

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**O SABER TRADICIONAL – DE OFÍCIO – DO PESCADOR E  
DA PESCADORA ARTESANAL DE LAGOA DE CIMA EM  
CAMPOS DOS GOYTACAZES –  
RIO DE JANEIRO**

**DENISE COSTA DE BRITO**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O SABER TRADICIONAL – DE OFÍCIO – DO PESCADOR E DA  
PESCADORA ARTESANAL DE LAGOA DE CIMA EM CAMPOS DOS  
GOYTACAZES –  
RIO DE JANEIRO**

**DENISE COSTA DE BRITO**

*Sob a orientação da Professora*  
**Dra. Luciana Helena Maia**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Dezembro de 2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DENISE COSTA DE BRITO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 20/12/2021

---

Luciana Helena Maia, Dra. UFRRJ

---

Claudio Luis de Alvarenga Barbosa, Dr. UFRRJ

---

Lilian Sagio Cezar, Dra. UENF

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862s BRITO, DENISE COSTA DE , 1966-  
O SABER TRADICIONAL - DE OFÍCIO - DO PESCADOR E DA  
PESCADORA ARTESANAL DE LAGOA DE CIMA EM CAMPOS DOS  
GOYTACAZES - RIO DE JANEIRO / DENISE COSTA DE BRITO.  
- Seropédica, 2021.  
101 f.: il.

Orientadora: LUCIANA HELENA MAIA PORTE.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. Saber tradicional de ofício. 2. pescador e  
pescadora artesanal. 3. educação formal. I. PORTE,  
LUCIANA HELENA MAIA , 1975-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

a minha vó Francisca *in memoriam*  
que me deixou o que tinha de mais  
caro: o seu exemplo de amor...  
ao meu pai *in memoriam* que iria dar  
um sorriso para demonstrar sua alegria com  
minha conquista.

a todas as brasileiras e todos os  
brasileiros que perderam a vida para esse vírus  
da COVID-19 e pela negação de políticos,  
todo meu respeito e lamento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pela vida.

Agradeço a ciência, as pesquisadoras e aos pesquisadores por toda dedicação em desenvolver e disponibilizar a vacina contra o vírus COVID 19 para todos os Brasileiros.

Agradeço por estar vacinada.

Agradeço ao meu filho Eduardo, meu filho Ciro, minha filha Maria e minha filha Nina, por compreenderem, me apoiarem e continuarem demonstrando tanto amor nesse período de estudos e pesquisa. Amo vocês.

Ao meu pai *in memoriam* e minha mãe, que forjaram em mim os valores morais para me desenvolver enquanto um ser humano ético ainda em construção.

Às minhas amigas e aos meus amigos de uma vida, aqui representado na pessoa do querido Mestre Nelson Crespo Pinto Pimentel que nunca desistiu de mim. Agradeço por seu tempo, paciência, generosidade em compartilhar comigo o conhecimento...

Ao meu Paulo André, parceiro de uma caminhada, agradeço pela compreensão, apoio e incentivo, respeitando a mulher que sou em constante construção.

Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e em particular ao Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola por me apresentar uma formação continuada para trabalhadores com a qualidade que desejamos, despertando em mim novamente a crença por uma educação na construção de um caminho. Salve a Universidade Pública Brasileira!!!!

A minha orientadora Professora Doutora Luciana Helena Maia Porte a qual, com toda competência, disciplina, generosidade e amorosidade me convidou a aprender, estimulando a curiosidade, perseverança e a ousadia na busca por respostas que ainda não se findaram, declaro toda minha admiração e gratidão!

Às professoras e professores do PPGEA na pessoa do Professor Doutor Jorge Luiz de Góes Pereira por sua paciência e cuidado durante esse processo, em particular comigo no período dos seminários de estágios onde a compreensão e o apoio foram essenciais para a minha saúde física e mental.

À comunidade da UFRRJ pelo acolhimento, hospitalidade e alegria em todos os lugares por onde dividi esse período de estudos.

As minhas e meus colegas de trabalho do Instituto Federal Fluminense que permitiram esse processo de formação continuada, agradeço pelo incentivo, parceria e toda a contribuição para a concretização dessa pesquisa.

Ao PEA PESCARTE por me apresentar ao mundo da pesca artesanal na Bacia de Campos e me instigar a conhecer mais e mais profundamente os povos tradicionais.

Às pescadoras e aos pescadores artesanais de Lagoa de Cima todo meu respeito e honra. Aceitaram fazer parte dessa pesquisa, disponibilizando seu tempo e valiosos conhecimentos tradicionais, abrindo a porta de suas casas, seus quintais, ou cedendo a cadeira do bar, que contribuíram grandemente para a realização dessa dissertação.

Às educadoras da Escola Municipal Ponta da Palha em Lagoa de Cima que me receberam para as entrevistas e compartilharam seus fazeres e sua dedicação pela educação no município de Campos dos Goytacazes.

Aos povos tradicionais da América Latina, os povos originários, minha reverência pelos ensinamentos sobre a vida, a relação respeitosa com o ambiente, pela resistência e pelo amor compartilhado.

## RESUMO

BRITO, Denise Costa. **O Saber Tradicional – de Ofício – do Pescador e da Pescadora Artesanal de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro**. 2021. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2021.

Esta pesquisa relaciona o saber dos povos tradicionais, o saber tradicional de pescadoras e pescadores artesanais, a educação formal, educação escolar desses povos no contexto da educação formal na comunidade pesqueira de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Tem como objetivo analisar os processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima, buscando conhecer o processo de produção dos saberes tradicionais de ofício desses povos tradicionais, compreender a relação do saber tradicional de ofício com a realidade da educação formal local e identificar os canais de difusão e de valorização desses saberes tradicionais da comunidade da pesca artesanal em Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes. A abordagem metodológica corresponde a um estudo de caso, utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada com pescadoras e pescadores artesanais e professoras da escola local e captação de imagens. Constatamos a ausência da política pública possibilitando uma educação continuada para as professoras da escola local e a falta de uma pedagogia diferenciada para a compreensão e valorização desses Saberes.

**Palavras-chaves:** Saber tradicional de ofício, pescador e pescadora artesanal, educação formal.



## ABSTRACT

BRITO, Denise Costa. **The Traditional Knowledge – by trade – of the fisherman and artisanal fisherwoman of Lagoa de Cima in Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro.** 2021. 101p. (Master's Dissertation in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2021.

This research relates the knowledge of traditional peoples, the traditional knowledge of artisanal fishermen, formal education, school education of these peoples in the context of formal education in the fishing community of Lagoa de Cima in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. It aims to analyze the processes of production, organization and appreciation of traditional craft knowledge of artisanal fishermen in the context of formal education in the community of Lagoa de Cima, seeking to know the production process of traditional craft knowledge of these traditional peoples, understand the relationship of traditional craft knowledge with the reality of local formal education and identify the channels of dissemination and appreciation of this traditional knowledge of the artisanal fishing community in Lagoa de Cima, in the city of Campos dos Goytacazes. The methodological approach corresponds to a case study, using as an instrument the semi-structured interview with artisanal fishermen and teachers at the local school and image capture. We note the absence of public policy enabling continuing education for teachers at the local school and the deficiency of a differentiated pedagogy for understanding and valuing this knowledge.

**Keywords:** Knowledge of traditional craft, fisherman and artisanal fisherman, formal education.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Vista aérea da Lagoa de Cima com a comunidade de São Benedito em destaque.	34
<b>Figura 2</b> – Escola Municipal Ponta da Palha.....	35
<b>Figura 3</b> - Mapa do município de Campos dos Goytacazes com as comunidades e localidades de pesca artesanal recenseadas pelo PEA Pescarte no ano de 2015 .....	37
<b>Figura 4</b> - Pescador Artesanal na Lagoa.....	39
<b>Figura 5</b> – Pescador artesanal em atividade da pesca na Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, RJ. ....	41
<b>Figura 6</b> – Principais condições para uma boa pescaria em Lagoa de Cima.....	52
<b>Figura 7</b> - Representação da rotina de trabalho dos pescadores de Lagoa de Cima.....	53
<b>Figura 8</b> - Área em frente à Escola Municipal Ponta da Palha com uma marquise de parada de ônibus .....	57
<b>Figura 9</b> – Pescadores em atividade de pescaria com barco próximo a escola local .....	58
<b>Figura 10</b> – Rede de espera para pescaria secando em local próximo a escola.....	59
<b>Figura 11</b> - Canoa ou barco tradicional com remo e motor utilizado para a pesca na Lagoa .	66
<b>Figura 12</b> - Pescador com uma maquete de uma canoa feita por ele, respeitando a proporção do tamanho da canoa original e utilizando a mesma madeira .....	66
<b>Figura 13</b> – O petrecho de pesca zagaia ou fisga .....	67
<b>Figura 14</b> – Canoa cheia de peixe após pesca noturna .....	68
<b>Figura 15</b> - Pescadores recolhendo a rede que é confeccionada com nylon, boia, chumbada, corda e com uma canoa na captura de tilápias.....	69
<b>Figura 16</b> - Caniço ou vara confeccionada com bambu que é retirado na própria comunidade, linha de nylon e anzol utilizado na pescaria de piabas por crianças.....	69

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Idade, tempo de residência dos pescadores na Lagoa de Cima .....46

**Tabela 2** – Número de filhos, ocupação secundária e escolaridade dos pescadores .....48

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Tipos de pescado, nome científico, nome popular, apetrecho de captura e imagem .....	54
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1      CAPÍTULO 1 A PESCA E O PESCADOR E PESCADORA ARTESANAL.....</b>	<b>4</b>
1.1      O Ofício da Pesca: O Saber-Fazer do Pescador e da Pescadora Artesanal .....	5
1.2      A pesca em Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.....	13
<b>2      CAPÍTULO 2 EDUCAÇÃO FORMAL E COMUNIDADE TRADICIONAL .....</b>	<b>17</b>
2.1      A Educação Formal e sua Relação com os Conhecimentos das Comunidades Tradicionais .....	19
2.2      O Saber e a Tradição do Ofício em Comunidades Tradicionais .....	27
2.3      Educação nas Famílias dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais .....	29
<b>3      CAPÍTULO 3 METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
3.1.      “Navegando” pelos Conhecimentos das Pescadoras e dos Pescadores Artesanais e dos Educadores Formais da Comunidade de Lagoa de Cima .....	32
3.2.      Lagoa de Cima – O Local do Estudo.....	34
3.3.      Sujeitos da Pesquisa .....	38
3.4.      Procedimentos Éticos da Pesquisa.....	40
3.5.      Coletando de Dados.....	40
3.5.1      Saberes tradicionais de ofício dos pescadores locais.....	40
3.5.2      Identificação da utilização do saber tradicional de ofício dos pescadores na educação formal da localidade .....	41
3.5.3      Análise dos dados coletados .....	42
<b>4      CAPÍTULO 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>44</b>
4.1.      O Perfil Social e Profissional dos Sujeitos Envolvidos.....	45
4.1.1      Sobre as pescadoras e os pescadores artesanais em Lagoa de Cima.....	45
4.1.2      Sobre as educadoras da escola local .....	56
4.2.      A relação da escola local e a comunidade de pesca .....	62
4.2.1      A difusão dos saberes da pesca na metodologia aplicada pelas professoras .....	63
4.2.2      A forma como os pescadores transmitem seu conhecimento .....	71
<b>5      CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>6      REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>
<b>7      APÊNDICES .....</b>	<b>90</b>
<b>Apêndice A - Roteiro de entrevista com pescador (a) artesanal.....</b>	<b>91</b>
<b>Apêndice B - Roteiro de entrevista com professores (as) da escola local .....</b>	<b>94</b>
<b>Apêndice D – Parecer Consubstanciado do CEP.....</b>	<b>96</b>
<b>Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>98</b>
<b>Apêndice F – Formulário TCLE.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Em aspectos geográficos, Campos dos Goytacazes ocupa 4.026,712 km<sup>2</sup> de território, configurando-se como o maior município do Estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada em quase 500 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2010).

Campos dos Goytacazes possui um litoral que se estende por 28 quilômetros, ao sul fazendo fronteira com o município de Quissamã, e ao norte com o município de São João da Barra, de acordo com Bulhões et al. (2016). Além do Oceano Atlântico, Campos é atravessado pelo rio Paraíba do Sul e possui diversas lagoas de água doce. Em função desses importantes recursos hídricos, a atividade pesqueira oceânica ou marinha, de águas de interiores ou continentais, em ambientes que compõem as bacias hidrográficas gerando renda para o município. Para melhor compreensão desta atividade pesqueira praticada no município de Campos dos Goytacazes, se fez necessário observar as formas de organização e de representação da classe dos pescadores artesanais.

Em 1988, de acordo com Silva (1991), a categoria dos pescadores artesanais obteve a partir da legislação uma representação de classe com força de expressão equiparável a um sindicato, passando então a avançar nas políticas e direitos sociais, que anteriormente não estavam garantidos, em função da categoria ser definida apenas como “agrupamento” de pescadores.

Além de Associações de Pesca, em Campos dos Goytacazes existe a Colônia de Pesca Z-19 fundada em 15 de fevereiro de 1981 em Farol de São Tomé, de acordo com Siqueira (2019) e é a única que apresenta condição de classe comparável aos sindicatos de trabalhadores.

A descoberta de petróleo na década de 1970 no litoral do município de Campos dos Goytacazes, modificou profundamente a economia da região, pois a bacia petrolífera se transformou de acordo com Pimentel (2003), na principal base de extração do petróleo brasileiro, chegando a ser responsável na época por 80% da sua produção.

Diante de um cenário de transformações provocadas pela exploração de petróleo e gás, surgiu a preocupação com o ambiente e a necessidade de uma política voltada para os povos tradicionais. A definição legal de Povos e Comunidades Tradicionais foi promulgada por meio do Decreto Presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que instituiu uma política nacional de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais.

O conceito de comunidades tradicionais que foi apreciado neste estudo, também é o do Decreto n.º 6.040 (BRASIL, 2007), que inclui as populações que vivem em estreita relação e dependente dos recursos naturais, como são considerados também os pescadores artesanais.

A pesca artesanal é um importante posto de trabalho e de economia no Brasil, segundo Silva (2011) destacando-se como cadeia produtiva que faz parte do circuito nacional, em que também encontra a pesca industrial e a aquicultura. A pesca artesanal no Brasil possui diferentes características e tem sido discutida mais amplamente nos seus aspectos econômicos, nos territórios de exploração e sobre os estoques pesqueiros. Na pesca artesanal, na maioria das vezes o trabalhador é dono dos seus equipamentos de produção: o barco, a rede, os petrechos e tem o domínio da técnica de pescar. Este é um ofício muito antigo tendo origem nas técnicas indígenas, portuguesas e espanholas de navegar, pescar, produzir redes e de pensar e construir embarcações, considerando que esta atividade se origina no período pré-colonial.

No Estado do Rio de Janeiro, região sudeste do Brasil, as pesquisas estudadas sobre a pesca artesanal estão, em maior escala, direcionados para a pesca marítima ou oceânica. Na pesca em águas de interiores ou continentais, os estudos encontrados estão concentrados na

região norte do país. Nesse sentido dissertações e artigos científicos sobre população ribeirinha da região norte do Brasil subsidiaram esta pesquisa.

A partir das atividades desenvolvidas por esta pesquisadora em parceria com a equipe pedagógica do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA Pescarte, no ano de agosto de 2017, pelo período de dois anos, no qual a educação ambiental crítica é uma das ferramentas pedagógicas, que visa fortalecer a organização comunitária das pescadoras e dos pescadores artesanais no município de Campos dos Goytacazes/RJ, foi instigado o desejo de aprofundar questões como saberes tradicionais da comunidade de pesca, dialogando com a educação formal. Em encontros com membros da comunidade de pesca, esta pesquisadora era abordada para uma conversa com o pescador ou a pescadora, e este/esta se apresentava e dizia que não tinha estudo. A insistência nessas falas causou um incômodo nesta pesquisadora e despertou o desejo de estudar mais profundamente sobre os saberes tradicionais dos povos destas comunidades pesqueiras. A escolha de Lagoa de Cima localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ, como lócus de estudo, se deu pela baixa participação de membros da pesca da comunidade de Lagoa de Cima no PEA Pescarte, causando uma inquietude e reflexões sobre como se dá a participação dessa comunidade na educação formal da escola local. Este foi o motivo para realização dessa pesquisa na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima.

Cabe ressaltar que a Lagoa de Cima é a segunda maior lagoa do município de Campos dos Goytacazes e chama atenção por sua bela paisagem e do seu tamanho. Em função de sua balneabilidade é muito utilizada para atividades esportivas e lazer funcionando como um importante ponto turístico para a população campista.

A Lagoa de cima possui três comunidades e em apenas uma delas, na comunidade de São Benedito possui uma creche e uma escola municipal (Ponta da Palha) que oferece em dois turnos o primeiro segmento do ensino fundamental e onde também foi desenvolvida a pesquisa. Destacamos que a prefeitura da cidade de Campos dos Goytacazes, por meio da Lei nº 5.394 de 24 de dezembro de 1992 (PMCG, 1992) instituiu a Área de Proteção Ambiental de Lagoa de Cima (APA) e nesse sentido, vale lembrar que esta pesquisa foi desenvolvida em área protegida por lei.

Destarte, esta pesquisa tem como tema central o saber tradicional dos pescadores artesanais no contexto e desafios da educação formal na comunidade de Lagoa de Cima no Município de Campos dos Goytacazes. Para Saldanha (2005), o conceito de saber tradicional está fundamentado no amplo conhecimento empírico, aprendido e reunido através de gerações. E dessa forma, “a intuição, a percepção e a vivência são parte desse “saber tradicional” que consolida a prática da pesca” (SALDANHA, 2005, p.12). Esse saber produzido é oralmente transmitido pelos pescadores artesanais. De acordo com Diegues (2001), o saber dos pescadores artesanais são saberes tradicionais acumulados.

Embora a educação esteja presente nas ações e convívios entre os sujeitos e grupos interagindo com o mundo, esta nem sempre se deu de forma igual, existindo sob muitas formas e praticada em uma diversidade de situações. Nesse sentido, existe um interesse em estabelecer a relação da educação formal com um princípio do saber tradicional.

De acordo com Gohn (2014), a discussão sobre a efetivação do direito à educação e escolarização de pescadores e pescadoras artesanais, relaciona-se como aquela que se compreende neste mundo em que vivem, por meio dos processos onde partilham as experiências com maior relevância em espaços e ações coletivas cotidianas. Portanto, a proposta aqui apresentada visa entender a realidade desses sujeitos enquanto cidadãos, trabalhadores, e acima de tudo seres humanos.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar os saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal na comunidade

de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes, localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

A partir do exposto foram desenvolvidos objetivos específicos, para dar suporte ao objetivo geral desta pesquisa, onde foi preciso conhecer o processo de produção dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais; compreender a relação do saber tradicional de ofício dos Pescadores Artesanais com a realidade da educação formal local; identificar os canais de difusão e de valorização dos saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais na comunidade de Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes.

Buscou-se realizar descrição dos sujeitos a fim de permitir a apreensão de dados válidos, a saber, quem são estes pescadores e pescadoras artesanais e de que forma os processos de formação contribuem no seu enfrentamento em manter a tradição de ofício, presentes na atividade da pesca. Para tanto, em aspectos metodológicos a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório.

Apresentados os principais aspectos introdutórios que tangem a pesquisa, esta se estrutura em cinco seções, contendo a introdução correspondente à primeira seção. Desta forma, a estrutura da pesquisa se baseia na seguinte organização:

Após a introdução, no primeiro capítulo discutiu-se a revisão teórica, destacando os principais assuntos que tangem a Área de Proteção Ambiental de Lagoa de Cima - que ainda não possui um plano de manejo -, a comunidade tradicional e o pescador artesanal, bem como discussões teóricas sobre o saber tradicional e apresenta o ofício da pesca e o saber fazer do pescador e pescadora artesanal, onde o conceito de saber tradicional está fundamentado no amplo conhecimento empírico aprendido e reunido através de gerações.

No segundo capítulo, o aporte teórico sobre a educação formal na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima, foi problematizado no contexto do saber tradicional dos pescadores artesanais dialogando nesses espaços de educação. Ainda com questionamentos sobre os sentidos que a escolarização assumiu nessa comunidade pesqueira, estabeleceu-se algumas questões que foram consideradas como norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa. A partir disso, foi compreendido e problematizado as atribuições, contradições e possibilidades da educação formal nos processos de geração, organização e difusão dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e das pescadoras artesanais da comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes.

No terceiro capítulo foram apresentados os aspectos metodológicos e os instrumentos de coleta e análise dos dados empíricos, que subsidiaram a realização dessa pesquisa de abordagem qualitativa na busca de respostas para as questões que nortearam a pesquisa. Após a descrição sobre os instrumentos de pesquisa, este Capítulo cumpre com a função de ressaltar o processo de elaboração deste estudo, chamando a atenção principalmente para a interação do pesquisador no campo.

No quarto capítulo, apresenta-se a análise e discussão dos resultados, sistematizado por meio de gráfico, tabelas, discursos e imagens e apresentados dialogando com a literatura existente sobre a temática. E por fim, mas não menos importante, são apresentadas as Considerações finais da pesquisa.



## 1 CAPÍTULO 1

### A PESCA E O PESCADOR E PESCADORA ARTESANAL

*Todos esses que aí estão  
Atravancando meu caminho,  
Eles passarão ...  
Eu passarinho!*  
Mario Quintana



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2020

Neste capítulo será desenvolvida questões conceituais e estudos já realizados sobre a pesca, o pescador e a pescadora artesanal no Brasil. A pesca artesanal é um importante posto de trabalho e de economia no Brasil e, segundo Silva (2014) destaca-se como cadeia produtiva que faz parte do circuito nacional, em que também encontra a pesca industrial e a aquicultura. Em sua maioria, na pesca artesanal o trabalhador é dono dos seus equipamentos de produção: o barco, a rede, os petrechos ou apetrechos e tem o domínio da arte e técnica de

pescar. A pesca tem uma grande importância na história da humanidade. É uma das atividades mais antigas praticadas pelo homem para a obtenção de alimentos.

### **1.1. O Ofício da Pesca: O Saber-Fazer do Pescador e da Pescadora Artesanal**

Segundo Silva (2014) o ofício da pesca é muito antigo e tem em suas origens as técnicas indígenas, portuguesas e espanholas de navegar, a arte de pescar, de produzir redes e de pensar e construir embarcações, considerando que esta arte se origina no período pré-colonial. Várias sociedades ao longo da nossa história se desenvolveram a partir da atividade pesqueira que também é mencionada pelos cristãos pois é descrita em seu livro religioso e esta atividade foi sendo desenvolvida junto com a própria humanidade.

No Brasil Colônia, de acordo com Silva (1988) os indígenas foram os responsáveis pelo maior legado das técnicas de pesca em rio e em mar incorporadas e modificadas ao longo do tempo pelos europeus aqui estabelecidos e os negros escravizados. Os indígenas pescavam com redes, anzóis e arpões, pedras, madeiras e galhos nas embocaduras dos rios menores e outras técnicas que ainda são utilizadas atualmente. Em relato, Silva (1988, p. 33) destaca que entre os “grupos de horticultores da costa, a pesca era praticada como complemento da alimentação” e hoje temos os pequenos agricultores que tem na pesca um complemento financeiro e alimentar e também os pescadores e pescadoras artesanais trabalham com a agricultura que de acordo com Diegues (2000) é uma prática tradicional como é o caso das comunidades caiçaras<sup>1</sup> que ocupam também o sul do estado do Rio de Janeiro.

Algumas artes da pesca descrita no período colonial ainda são encontradas nos dias de hoje com algumas mudanças nos apetrechos. Um exemplo dessa prática descrita por Silva (1988) é a rede de arrasto e ainda foi descrito que os indígenas Yurimagua praticavam também a pesca noturna e utilizavam o fogo em uma madeira para produzir a luminosidade na água e garantir a visibilidade dos peixes assim conseguindo uma boa pescaria.

Na confecção dos apetrechos ou petrechos, Silva (1988) relata que os indígenas que habitavam o sul da Bahia, produziam linhas e redes para pesca vendidas pela colônia.

As redes de pesca eram tecidas com fibras de palmeiras tucum e do ananás, enquanto as linhas, consideradas por um viajante inglês "as melhores do mundo", eram feitas de algodão bem trançado, e esfregadas, repetidas vezes, na parte interna da cortiça de uma dada árvore que contém resina glutinosa. Após este processo, as linhas eram endurecidas ao sol, tomando-se à prova de água salgada. Isto tornava as linhas elásticas, embora permanecessem bastante resistentes. (SILVA, 1988, p.35)

A arte do saber fazer os apetrechos da atividade da pesca, ainda estão preservadas nos dias atuais sendo que a utilização da matéria prima pode ter sido modificada ao longo do tempo, principalmente por pescadores artesanais das áreas urbanas. Porém, a essência da cultura da pesca artesanal se encontra preservada por esses povos tradicionais.

No Estado do Rio de Janeiro, a pesca artesanal vem vivendo períodos de crises de acordo com Silva (2011) e é preciso compreender o circuito da produção no contexto metropolitano. Por ser atividade primária e de base comunitária, a sua dependência do espaço geográfico é primordial, relata Silva (2011) e os núcleos constituem-se de pequenos grupos de pescadores artesanais que vivem pela área litorânea. Algumas das dificuldades enfrentadas por esses pescadores foram identificadas pela pesquisadora, como a dependência ao

---

<sup>1</sup> As comunidades caiçaras de acordo com Diegues (2000, p. 42), são “formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos”, que apresentam uma forma de vida própria baseada em agricultura itinerante, pequena pesca, extrativismo vegetal e artesanato que se desenvolveu áreas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina.

“atravessador”, a poluição ambiental nos ambientes da pesca artesanal, a redução legal dos territórios de pesca, a dificuldade de acesso às políticas públicas, os enfrentamentos aos interesses das indústrias.

Nesse sentido ainda é preciso contribuir para a compreensão da atividade da pesca artesanal e do acesso às políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro. No setor da pesca artesanal segundo Silva (2011), são escassos e ainda pouco precisos os estudos sobre as características da atividade da cadeia produtiva e das necessidades dos trabalhadores da pesca artesanal. Os estudos ainda se concentram na biodiversidade das águas e do mercado pesqueiro e na atividade industrial da pesca. Do ponto de vista econômico, se conhece o mercado pesqueiro e o circuito da pesca industrial na metrópole do Rio de Janeiro, onde a pesca artesanal é muito expressiva, de acordo com Silva (2011) pois envolve mais de 20.000 trabalhadores (pescadores e coletores), porém, ainda é pouco estudada e analisada, conforme apontam as instituições relacionadas a comunidade da pescadores e pescadoras.

A pesquisa aqui iniciada buscou o entendimento sobre os saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais no contexto da educação formal em Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes e a seguir conheceremos a localidade desse estudo.

O município de Campos dos Goytacazes em aspectos geográficos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2010), ocupa 4.026,712 km<sup>2</sup> de território, configurando-se como o maior município do Estado do Rio de Janeiro, com uma população de 463.731 mil habitantes de acordo com o último Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010.

A referida cidade possui um litoral que se estende por 28 quilômetros, conforme o Censo (PEA Pescarte<sup>2</sup>, 2015), fazendo fronteira ao sul com o município de Quissamã, ao norte é com o município de São João da Barra. Além do oceano atlântico, Campos é atravessado pelo Rio Paraíba do Sul e possui diversas lagoas de água doce. Em função desses importantes recursos hídricos, a atividade pesqueira oceânica ou marinha e continental em ambientes que compõem as bacias hidrográficas, gera renda para o município. Para melhor compreensão desta atividade pesqueira praticada no município de Campos dos Goytacazes se faz necessário observar as formas de organização e de representação da classe dos pescadores artesanais.

De acordo com Silva (2011) para o Decreto Lei de nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), pesca é toda atividade que tende ao trabalho de extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. Continua a autora que a Lei em seu artigo 4º compreende que a atividade pesqueira engloba todos os processos de pesca como extração, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e a pesquisa dos recursos pesqueiros. E em relação à atividade pesqueira artesanal<sup>4</sup> para os efeitos desta Lei, compreende os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos

---

<sup>2</sup> O Programa de Educação Ambiental - PEA Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal e conduzida pelo IBAMA. O PEA Pescarte atua em dez municípios da Bacia de Campos tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda. Fonte: <http://www.pea-bc.ibp.org.br> Acesso em 06 de junho de 2021.

<sup>4</sup> Esta atividade é regulada por uma legislação específica onde o pescador pode legalmente possuir uma carteira de identificação profissional onde concede acesso ao Seguro Defeso que é um benefício instituído por lei. A carteira de identificação profissional do pescador artesanal é emitida e controlada pela Colônia de Pesca.

realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Apesar da pesca artesanal ser responsável pela maioria da produção no mercado fluminense em particular, Silva (2011) afirma que atinge mais de 50% da produção, a atividade vem passando por forte processo de crise acelerando sua precarização, apesar do quadro de lutas de seus trabalhadores e de reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor. Este quadro apresentado já possui uma década, provavelmente o cenário a ser analisado atualmente deverá estar mais crítico.

O trabalho desenvolvido pelo pescador e pescadora artesanal se encontra no contexto histórico prejudicado, pois os pescadores e pescadoras são desconsiderados nos processos de debates na elaboração das políticas públicas para o setor. As ideias dominantes afetam de certa forma, comunidades da pesca onde se desconhece os direitos e quando se reconhece que a pesca artesanal constitui comunidades tradicionais, é necessário analisar essas condições que ainda são negadas.

Em sua obra “Viagem à terra do Brasil” o escritor francês Léry (1980) descreve a prática da pesca artesanal dos índios e que esta atividade estava no cotidiano deles que habitavam todo o território brasileiro, compreendendo como uma das formas de sobrevivência desses povos. Léry também destaca que os índios costumavam pescar separadamente quando tinha bom tempo. Os índios faziam uso troncos de árvore para construir suas canoas e jangadas, ambas embarcações utilizadas na pesca artesanal oceânica, além do uso das flechas e espinhas de peixe no formato de anzóis. Porém, o escritor também ficou impressionado com a facilidade que os nativos tiveram ao se adaptar à pesca com redes, trazidas pelos europeus. Assim, a atividade da pesca artesanal sempre foi caracterizada por ser realizada com muita habilidade.

A atividade da pesca é anterior a atividade agrícola, destaca Diegues (1983), e representa uma importante fonte de alimento. A pesca artesanal é uma modalidade de pesca praticada por populações em águas marinhas e continentais utilizando petrechos ou apetrechos e embarcações de pequeno porte e este tipo de pesca ainda está enraizado em muitas comunidades tradicionais de pescadores. Em relação ao consumo do pescado, este aumentou a partir do cristianismo pois entre os cristãos o peixe fazia parte de uma tradição que foi difundida por toda a Europa.

Para uma definição sobre quem é o pescador artesanal, Diegues (1983) diz que o ponto que caracteriza este não se resume apenas ao ato de viver da pescaria, mas sim de conhecer e comandar, completamente, o trabalho de produção da pesca: “o controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca” Diegues (1983, p. 193). E desta forma, considera-se que o pescador se faz pescador.

No século XIX a partir da invenção do barco a vapor, Diegues (1983) revela que a pesca industrial teve seu início, pois pode-se usar redes maiores aumentando assim a captura do pescado. Este fato causou conflitos com os pequenos pescadores em função da diminuição dos estoques pesqueiros pois a pesca industrial era de longo curso. Diegues (1983) relata que a pesca industrial fez surgir, na época, novos portos fazendo desaparecer vilas de pescadores por toda a Europa. Como consequência os pescadores artesanais passaram a servir de mão de obra para a indústria da pesca e mesmo que algum pescado fosse capturado de forma artesanal ele era fornecido para a indústria.

O conceito sobre os povos e comunidades tradicionais foi destaque por meio do Decreto Presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007, p.316), onde foi Instituída uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e trouxe em seu Artigo 3º uma definição sobre esses povos e essas comunidades:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização

social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

O conceito de comunidades tradicionais que será desenvolvido neste estudo, também é o do Decreto nº6.040 (BRASIL, 2007), que inclui as populações que vivem em estreita relação e dependência dos recursos naturais como são considerados também os pescadores artesanais. Porém, as comunidades tradicionais apresentam uma busca natural pelo conhecimento do seu entorno e vivem se associando aos recursos naturais, mas, não ficam limitados aqueles conhecimentos de natureza prática vinculados a sua alimentação e a sua sobrevivência.

Um conceito sobre Comunidades e povos tradicionais tem sido tema de debates e reflexões a partir de provocações às universidades. O PEA Pescarte (2021) apresenta uma reescrita ao conceito definido no Decreto para melhor compreensão dos povos tradicionais que passam também por processos de urbanização.

Comunidades tradicionais da pesca artesanal” constituem grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se identificam e se aceitam na ocupação e usos de recursos naturais existentes em um determinado território, que pode ou não ser de moradia, mas que esteja relacionado ao ambiente aquático, tendo nas águas suas marcas, símbolos e práticas que demarcam as condições para sua tradicional produção cultural, linguística, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos num movimento dialético entre resistência e transformação. Essas populações buscam construir e afirmar uma imagem pública ambientalmente correta, pautada no uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social e construção de instituições participativas com legitimidade para reivindicar protagonismos tanto para fazer cumprir seus costumes, regras e leis como na enunciação de novos direitos socioambientais. (PEA Pescarte, 2021, p.21)

E neste sentido, a comunidade de pescadores e pescadoras de Lagoa de Cima se enquadra na definição apresentada no referido decreto e tem nesta proposta apresentada pelo PEA Pescarte uma ampliação em seu conceito.

O saber tradicional dos pescadores a ser analisado envolve a própria vivência deles, assim como o processo de construção desse saber. Assim, refletimos sobre a diferenciação entre “tradição” e “costume” conforme apresentado por Hobsbawm & Ranger (1997)<sup>5</sup> quando discutem a necessidade de relativizar e pesquisar a fundo o próprio nascimento das tradições que podem mesmo ser “inventadas” conforme determinações sócio-políticas e econômicas:

A “tradição deve ser nitidamente diferenciada do “costume” vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. De acordo com Hobsbawm & Ranger (1997, p. 12) “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado mesmo que apenas pela imposição da repetição”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que eles se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora

---

<sup>5</sup> O livro A invenção das tradições foi organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger e a obra reúne textos de outros historiadores com ensaios sobre os hábitos e comportamentos de algumas sociedades. O primeiro capítulo apresenta a distinção entre costume e tradição e apresenta a “pompa” da realeza britânica que faz referência a um passado, porém data nos séculos XI e XX.

evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. (HOBSBAM & RANGER, 1997).

Dessa forma, como podemos compreender, a questão que se refere a tradição em comunidades de pesca artesanal, tem se tornado nos dias atuais, complexas e de análise mais difícil pois elas se adaptam a arte da pesca de forma constante ao meio em que estão estabelecidas de forma original ou não. A comunidade de Lagoa de Cima se refere a tradição na arte da pesca como forma genuína no seu modo de produção do pescado, portanto essa não corresponde a uma tradição inventada. A tradição de acordo com Cunha (2003) é dinâmica, que transita e se movimenta como algo para ser entregue “de geração a geração para reproduzir-se no tempo – ainda que ressignificado no fluxo da história” (p.70).

Para ser pescador artesanal não basta sobreviver da pescaria de acordo com Diegues (1983), é preciso compreender e conhecer plenamente os meios sobre os quais aquele dirige seu trabalho, bem como ser construtor de práticas com parcerias, de sociabilidades que são típicas desse ofício.

A pesca artesanal, ou “pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil” (DIEGUES, 1983, p. 149), pode ser entendida como uma das formas de pesca praticada por pescadores de forma autônoma, que podem usar força de trabalho individual, familiar ou de sua comunidade, e que é realizada com práticas de pesca não predatória ou de pouco impacto no ambiente. O pescador artesanal vive e reproduz suas condições de existência na pesca, que é voltada para o consumo e o comércio. A comercialização é o propósito de sua atividade laboral, ainda que o consumo do peixe está estabelecido como uma das bases de segurança alimentar para esse profissional e também de sua família de acordo com Diegues (1983).

Em Mestria da pesca: cultura de um ofício, estudo recente de Ramalho (2020, p. 323) está definido que “O saber-fazer, assim, torna-se uma condição básica para o exercício da pesca artesanal, um domínio compartilhado e chão construtor de uma identidade comum entre os pescadores, de uma mesma sociedade do trabalho.” Ramalho apresenta em seu estudo análise sobre a arte do ofício de pescadores da praia do Suape em Pernambuco onde compreende que o a arte do fazer do pescador artesanal é resultado de um saber ancestral, pois não existe ninguém melhor do que o pescador artesanal para reunir a arte de ser pescador e educador de uma arte de ofício ensinada e aprendida de forma secular numa atividade que exige uma necessidade de confrontar “ventos, marés, ciclos lunares, tipos de cardumes, armadilhas certas para capturar determinados peixes, velocidade a impor à embarcação, profundidade da área em que se busca capturar os pescados” (RAMALHO, 2020, p. 321) bem como as relações que são inerentes ao trabalho desenvolvido. O pescador artesanal trabalha em forma de parceria para sua organização e não existe trabalho assalariado, mas “laços de compadrio, de amizade e familiares” (RAMALHO, 2020, p. 322) como forma de repartir o ganho.

Uma das variações de ofício, segundo Bueno (2000), tem seu significado relacionado ao trabalho, profissão, trabalho manual. Ainda nesta direção sobre conceito de ofício Ramalho (2020) busca conceituar ligando-o a história social e individual do sujeito, organizando sua atividade podendo agir em seu meio. O autor apresenta as relações entre trabalho e arte das pescadoras e pescadores artesanais, compreendendo-as como parte da cultura de um ofício, de um saber-fazer pesqueiro. Ressalta-se, ainda, que o saber tradicional de ofício adotado por esta pesquisa, entende-se por ser o saber aplicado a determinada atividade profissional desde sua origem até a sua história.

Para Diegues (1983) as formas tradicionais de trabalho assentadas na lógica do regime de parceria, são as regras da pesca artesanal, de maneira geral em diversas localidades brasileiras de norte a sul. Portanto o ofício desenvolvido pelos pescadores artesanais encontra

o trabalho sob forma de cooperação de saberes e de fazeres que é a própria razão de ser da pesca artesanal.

O entendimento de Diegues (1983) sobre o saber dos pescadores artesanais, conceitua os saberes sobre os ciclos naturais como a reprodução e migração da fauna, a influência da lua e das marés, a escolha da madeira para a construção da embarcação e a atividade da pesca são saberes tradicionais acumulados.

Outros conceitos foram encontrados em estudos anteriores. Saldanha (2005) define que o saber tradicional fundamentado no amplo conhecimento empírico aprendido e reunido através de gerações. E dessa forma, “a intuição, a percepção e a vivência” são parte desse “saber tradicional” que consolida a prática da pesca (SALDANHA, 2005, p.12). Esse saber produzido é oralmente transmitido pelos pescadores artesanais.

Discorrendo a respeito de uma comparação sobre a arte da pesca a outros trabalhos artesanais, Diegues (1983) apresenta que em relação a pesca, o domínio da arte que exige um período de experiência mais longo em relação a outras formas de artesanato. “Se compararmos o pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira.” Diegues (1983, p. 198). Já em relação ao pescador artesanal este necessita dominar o manejo de diferentes instrumentos de capturas utilizados para diferentes espécies, num meio em contínua mudança e aprendizado.

Os saberes tradicionais da arte da pesca são considerados uma atividade transmitida de forma geracional e que de acordo com Ramalho (2020, p. 337)

É o pai quem prepara seu filho para ser mestre, quando esse mostra interesse e qualidade. A pesca é uma atividade familiar e de parceria, porém isso não confere ao filho a herança obrigatória da arte de pescar. O mestre é um educador, que avalia e reconhece o talento. Há um código ético balizado pelo reconhecimento do talento e dedicação dos que se tornarão mestres. Há um compromisso corporativo, de um ofício, de uma cultura do trabalho, do qual o mestre não pode se abster, porque ele “tem que repassar” a arte de ser pescador. Assim, o pescador feito é o resultado de um fazer paulatino que vai ao mesmo tempo fazendo quem faz. Para o pescador, o valor de sua arte, antes de tudo, está em conferir maior perfeição ao seu trabalho, mais do que propriamente em gerar um objeto único. Esse valor colocado na perfeição também é uma herança das corporações de ofício, que se desdobraram em outras formas de artesanato, de artes populares, no Brasil.

Compreende-se por meio de estudos anteriores apresentados, no que se refere à estrutura da atividade da pesca, esta, de caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros que são em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade. As comunidades de pesca artesanal utilizam em sua maioria, pequenos barcos alguns a remo ou a motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo para a atividade desenvolvida.

A habilidade e o talento dos pescadores e pescadoras artesanais, reforça que seu conhecimento e a utilização dos instrumentos de trabalho são dinâmicos, exigindo um criativo saber fazer desses pescadores sobre um meio em constante transformação. Sendo assim, a pesca artesanal brasileira possui complexas características como fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos.

A pesca artesanal ou pesca de pequena escala é descrita por diversos autores como atividade individual ou de grupos pequenos, que utilizam materiais e técnicas bem simples e impacta de forma mínima o meio ambiente. Os pescadores comercializam de forma local seu produto por meio de intermediários. Importante destacar que os pescadores artesanais utilizam de seus conhecimentos tradicionais acumulados de geração em geração para a prática da pesca

que são distintas por região. E atualmente diversas formas importantes da prática da pesca são desenvolvidas por todo país que servem para a produção de alimentos para consumo humano.

O pescador e a pescadora artesanal se definem quando são portadores e portadoras de um conhecimento e de caminhos que os permitem conduzir-se, ao saber e desafios das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de relações ambientais e sociais. O pescador e a pescadora artesanal são conhecedores da arte da pesca, porém em constante conflito com as interferências ambientais e as invisibilidades sociais.

Em Ramalho (2011, p. 316-317) encontra-se uma definição sobre quem é o Pescador Artesanal, em que o trabalho encontra o ofício:

O saber-fazer pescador artesanal liga-se à edificação de conhecimentos náuticos e pesqueiros, bem como à educação dos sentidos humanos. Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele – saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor. Na realidade, tais saberes celebram aproximações e são indissolúveis. Isso tudo ganha mais força pelo fato de ser o pescador uma espécie de artífice, um artesão do mundo aquático.

A arte da pesca representa de fato “como meio de produção (característica do fator trabalho), um fator fundamental na compreensão da resistência à proletarização tantas vezes demonstrada pelos pescadores artesanais” (DIEGUES, 1983, p. 202). Considerando um aspecto que evidencia esta compreensão que “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas” Idem (p. 199). Entender tal definição - a partir das identidades e saberes locais destas populações - ajuda a entender e refletir o próprio conceito de arte, enquanto algo antagônico ao trabalho produtivo. A arte de pescar dos pescadores e das pescadoras artesanais resulta de sua criatividade, da manutenção do seu sentimento de liberdade, de existência e resistência, pois a pesca artesanal sempre apresentou como uma particularidade para seus profissionais, a não submissão a sociedade de consumo, fizeram com que seu trabalho e sua forma de viver, que consideram livres, consentissem a origem de uma arte com seus códigos e referências singulares.

No Brasil a atividade da pesca artesanal é importante em função, principalmente, de dois aspectos: fonte de alimento para a população e postos de trabalho. O pescador e a pescadora artesanal se envolvem na confecção e manutenção de suas ferramentas de trabalho - petrechos ou apetrechos - até sua produção sem contudo visar acumulação do lucro. Porém, a comercialização do produto da pesca de acordo com Diegues (1983), em sua grande maioria das vezes é definida pela figura do intermediário ou como chamam de “atravessador” que determinam o preço do pescado. Dessa forma se faz importante a compreensão da dinâmica da pesca artesanal enquanto atividade produtiva e reprodutiva.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 (BRASIL, 2017) o termo usado para pescado significa: peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis, equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana. A pesca artesanal se faz importante quando se pensa na segurança alimentar e de nutrição humana oferecendo o pescado para as mesas de uma parte da população brasileira. Porém, o pescado oriundo da fonte produtora necessita de prévia fiscalização sanitária para ser vendido de forma direta para o consumidor (MAPA, 2017).



No estado do Rio de Janeiro de acordo com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) é desenvolvida diversas artes da pesca para a captura extrativista oceânica ou marítima e costeira ou continental FIPERJ (2021, p.12). São elas:

**Arrasto de fundo:** Nessa modalidade é usada uma rede cônica, presa à duas estruturas que mantém a rede aberta no fundo, chamadas "portas", e tracionadas por uma embarcação. Pode ser usado na captura de camarões, peixe-sapo, pescadas, linguado, trilha, raias, entre outras espécies.

**Cerco:** Consiste em uma grande rede liberada do barco principal, e com a ajuda de uma embarcação auxiliar, conhecida como "panga", é feito o cerco do cardume de peixes pelágicos, fechando a rede. É utilizada para a captura de sardinhas, xerelete/carapau, galo, cavalinha.

**Emalhe:** É uma rede extensa, presa à boias que marcam sua localização, atuando de forma passiva. Pode ser fixa ou ficar à deriva, na superfície ou no fundo. É utilizada para a captura de corvina, peixe-sapo, peruá, anchova, bonito.

**Espinhel:** Em uma linha principal são presas linhas secundárias espaçadas, com anzóis nas pontas. Essa arte de pesca atua de forma passiva, com as iscas atraindo os peixes. O espinhel pode ser vertical ou horizontal, de fundo, meia-água ou superfície. É utilizado para a captura de atuns e afins, cações, dourado, namorado, pargo.

**Linha de mão:** Uma série de linhas independentes entre si são lançadas da embarcação, com um anzol na extremidade. A isca pode ser viva ou não. É utilizada para a captura de dourado, atuns e afins.

**Vara e isca-viva:** Embarcações chamadas "atuneiras" capturam espécies de pequenos pelágicos, como as sardinhas, para usarem como isca-viva. Elas são mantidas em tinas até a chegada dos locais de pesca de bonitos. Cada pescador se utiliza de uma vara com um anzol na extremidade. As iscas-vivas são lançadas na água para a captura dos cardumes com as varas.

**Armadilhas:** Estruturas chamadas de armadilhas, covos ou potes são lançadas ao fundo do mar, atuando de forma passiva. São utilizadas para a captura de caranguejos, polvos, lagostas.

Os recursos gerados pela atividade pesqueira em Campos dos Goytacazes são fundamentais para o desenvolvimento e manutenção dos meios de vida das pescadoras e pescadores artesanais e suas famílias. De acordo com o Censo (PEA Pescarte, 2015) em Campos dos Goytacazes foram entrevistadas em comunidades pesqueiras, 1.643 pessoas em 586 famílias de pescadoras e pescadores artesanais e chamaram a atenção os dados na categoria insegurança alimentar. Em 64,2% dos domicílios pesquisados o temor que a comida acabasse foi um dado alarmante quando se trata de trabalhadores que tem dificuldades de assegurar sua subsistência, mesmo que tenha uma proximidade com os alimentos e sua captura.

Em relação aos dados do Censo (PEA Pescarte, 2015) a manutenção das atividades pesqueiras no município enquanto atividade cultural e econômica, só seria possível diante da superação dessa insegurança alimentar, já que em resposta ao Censo os pescadores disseram que não desejam que suas filhas e filhos ingressem na atividade da pesca como fonte de subsistência. Dentre alguns fatores que registram esse dado está o desejo de um futuro melhor para os filhos, a atividade não é boa economicamente e é muito desgastante.

Importante ressaltar que o pouco conhecimento e a ausência de dados oficiais estatísticos da pesca artesanal no município de Campos dos Goytacazes – RJ, como por exemplo estoque e produção pesqueira por parte de órgãos públicos, tem como consequência obstáculo na criação de políticas públicas que visa fomentar e promover de certa forma melhoria na renda de centenas de famílias da atividade da pesca nesta região. Além disso, entende-se que as comunidades de pescadores têm papel importante na utilização, preservação e conservação dos ambientes de pesca.

## 1.2. A pesca em Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

O estudo de Costa (2008) descreve que a região norte fluminense possui um relevo que engloba também a bacia hidrográfica da Lagoa Feia, e entre a foz dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, o relevo apresenta serras, colinas e tabuleiros. Costa (2008) relata que viajantes que estiveram de passagem pela capitania de São Tomé (onde se localiza Campos dos Goytacazes) entre os séculos XVIII e XIX, narraram que as terras localizadas na região norte estado do Rio de Janeiro eram ocupadas por diversas etnias indígenas. Dentre os grupos que habitavam esta região, uma pequena nação indígena, os Goitacás ocupavam somente esta região do Brasil.

Nestas terras Goitacá, as bacias hidrográficas mais importantes são as dos rios Itabapoana, Paraíba do Sul e da Lagoa Feia onde a Lagoa de Cima está incluída de acordo com Costa (2008). Em relação ao povoamento do entorno da Lagoa de Cima, Costa (2008) entende que essa interferência tenha ocorrido logo após a instalação do homem europeu na região. Ainda o autor, na Lagoa de Cima as canoas de grande porte alcançavam a cabeceira do Rio Imbé com facilidade, e ainda os terrenos no entorno do espelho d'água, por serem menos acidentados, se mostraram adequados para a atividade agrícola.

A Lagoa de Cima fica localizada no município de Campos dos Goytacazes e está situada a 28 km do centro urbano do município. Possui um espelho d'água com 15 km<sup>2</sup> de área e é abastecida pela confluência dos rios Imbé e Urubu. O maior desses rios, o Imbé, em conjunto com a lagoa, forma a Bacia de Drenagem do rio Imbé e Lagoa de Cima. Esta bacia possui 1.270 km<sup>2</sup> e abrange grande parte da região Serrana do Norte Fluminense e do Parque Estadual do Desengano, um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. Desta área, 860 km<sup>2</sup> (68%) situam-se no município de Campos dos Goytacazes, enquanto 395 km<sup>2</sup> (31%) e 15 km<sup>2</sup> (1%) pertencem aos municípios de Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, respectivamente. A Lagoa de Cima foi elevada a Área de Proteção Ambiental (APA) a partir da promulgação da Lei Municipal nº 5.394 de 24 de dezembro de 1992 (REZENDE et. al. 2006, p. 15).

Em Lagoa de Lima, como assegura Brandão (1989) apud Costa (2008), o povoado de São Benedito foi constituído pelo decreto provincial nº 391 de dezembro de 1868 e naquele tempo contava com uma população de 4.174 habitantes que ocupavam os vários engenhos de açúcar e propriedades rurais com plantações de café que estavam espalhados por toda a região. Hoje o município de Campos dos Goytacazes é dividido em catorze distritos e a região da Lagoa de Cima não possui o mesmo contingente populacional descrito nos estudos de Costa (2008). A Lagoa está localizada entre os distritos de Morangaba e Ibitioca sendo que os moradores se identificam pertencentes ao território<sup>6</sup> do distrito de Ibitioca. Atualmente, no distrito Ibitioca, no qual a Lagoa de Cima está localizada, residem, de acordo com IBGE (2010), uma população de 3002 pessoas. Esta população ocupa o entorno da Lagoa de Cima que é constituído três localidades: São Benedito, Barra do Ururai, Santa Rita. Na localidade de São Benedito, os moradores residem em terras que tem proximidade ao corpo d'água.

Em função das mudanças econômicas nas áreas rurais, Costa (2008) descreve sobre a alternativa que os proprietários de terras em Lagoa de Cima encontraram para iniciar uma nova atividade econômica com loteamentos de suas terras para construção de casas de veraneio. A exploração imobiliária na região da Lagoa trouxe um fenômeno residencial com

---

<sup>6</sup> A definição de território, no sentido que texto apresenta, se dá pelo sentimento de territorialidade e aqui encontramos a melhor explicação com o geógrafo Milton Santos (2001, p. 19), quando diz que “pertencer àquilo que nos pertence. [...] sentimento de exclusividade e limite [que] ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. [...] Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”.

casas de alto padrão principalmente em Santa Rita, onde ocorreu a construção de condomínio fechado ocupando inclusive o leito da Lagoa (COSTA, 2008).

Cabe ressaltar que em todo entorno da Lagoa de Cima a infraestrutura é precária com fornecimento apenas de energia elétrica para as comunidades que ali estão estabelecidas (SIQUEIRA, 2019).

O IBGE (2010) aponta em sua estatística na categoria Território e Ambiente, o município de Campos dos Goytacazes apresenta 57.1% da população possuindo esgotamento sanitário adequado e que 81.8% desses domicílios em área urbana possuem arborização em suas vias públicas. 34.2% desses domicílios em vias públicas possuem uma urbanização considerada adequada, pois foi encontrada a presença de bueiros, pavimentação, calçada. Porém na Zona Rural do município a realidade é diferente, pois apenas em parte dela há distribuição de água potável, A localidade de São Benedito em Lagoa de Cima não conta com a distribuição e tratamento de água potável. Também na zona rural não existe recolhimento e tratamento de esgoto, e de acordo com o IBGE (2010), o município não possui registro de número de domicílios que utilizam fossa séptica como uma solução alternativa ao recolhimento e tratamento do esgoto.

A partir do Diagnóstico da APA (Área de Proteção Ambiental) de Lagoa de Cima elaborado por Rezende et. al. (2006), foi produzido um censo socioeconômico e ambiental que identificou 104 famílias residentes na localidade de São Benedito em Lagoa de Cima e juntas somavam um total de 403 pessoas. Deste total a maioria da população é masculina. Eram 193 pessoas do sexo feminino e 210 pessoas do sexo masculino. Evidenciando que este foi o diagnóstico mais recente sobre a população da comunidade de São Benedito até o momento.

De acordo com Siqueira (2019), a APA da Lagoa de Cima ainda não possui um plano de manejo e um regramento para a utilização e desenvolvimento de qualquer tipo de atividade na mesma.

A pesca artesanal local na comunidade de Lagoa de Cima, possui um caráter familiar e é prática comum os casais irem pescar juntos em seus próprios barcos. De acordo com Siqueira (2019), quando não estão em companhia de suas esposas, os pescadores costumam ir pescar sozinhos em seus barcos e trazem o pescado para ser beneficiado em casa por eles e/ou pelas esposas.

Em estudo, a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2020) revela que desde o ano de 2008 não existe uma estatística pesqueira no Brasil e hoje estima-se que existe em torno de um milhão de pessoas envolvidas na atividade pesqueira artesanal, o que pode representar em torno de 60% da produção de pescado no país.

Em outras regiões do Brasil, a pesca artesanal é realizada quase que completamente por homens. De acordo com a FAO em recente relatório (2020), cerca de 59,5 milhões de pessoas estavam envolvidos no setor primário da pesca e aquicultura no mundo no ano de 2018, sendo apenas 14% delas mulheres.

De acordo com Sousa (2019) o papel da mulher na pesca artesanal tem sido considerado de ação limitada. Para a autora o papel da mulher na pesca é reconhecido pela participação dos movimentos de luta pelos seus direitos e o seu trabalho na pesca fica condicionado ao beneficiamento do pescado capturado por outros pescadores, em geral de suas próprias famílias.

No que diz respeito à luta por organização de interesses de classe, Costa (2008) disserta que os pescadores e pescadoras da Lagoa de Cima buscaram se organizar para ter acesso as políticas públicas, e para isso pensaram em fundar uma Associação de pescadores.

No Município de Campos dos Goytacazes de acordo com Siqueira (2019), são seis associações ligadas à atividade da pesca. As associações foram fundadas a partir do ano 2000 e são assim nominadas: Associação dos Pescadores Artesanais de Coroa Grande do Rio Paraíba do Sul; Associação dos Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos; Associação dos Pescadores Artesanais do Parque Prazeres do Rio Paraíba do Sul; Associação dos Pescadores Artesanais do Rio Paraíba do Sul; Associação de Pescadores Profissionais e Artesanais de Lagoa de Cima; Associação dos Pescadores Artesanais da Lagoa do Campelo.

Antes de formalizar a associação os pescadores de Lagoa de Cima se aproximaram da Colônia Z-19 do Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes. Este foi um movimento de articulação que de acordo com Costa (2008) buscou por uma representação de classe com a inclusão dos pescadores na Colônia sediada em Campos dos Goytacazes pois consideraram que este novo arranjo político poderia fortalecer a classe para reivindicar acesso a programas sociais e verbas públicas oferecidas pelo município de Campos dos Goytacazes.

As associações, destaca Siqueira (2019) costumam ser um local de atendimento aos pescadores tendo o papel de regularização da documentação dos seus associados.

Além dessas Associações, existe uma Colônia de Pescadores<sup>8</sup>, a Z-19 que fica localizada em Farol de São Tomé e foi fundada em 15 de fevereiro de 1981. Em estudo, Siquera (2019) observou que existia aproximadamente 900 pescadores artesanais associados na Colônia Z-19, oriundos de todas as localidades de pesca do município, mas a maioria dos associados é de Farol de São Tomé, que praticam a pesca extrativista oceânica. Essa Colônia é a única que apresenta a condição de classe comparável aos sindicatos que desempenham papel de representar a classe dos pescadores e pescadoras em questões jurídicas e coletivas.

Na comunidade de Lagoa de Cima, segundo Siqueira (2019) existe uma Associação de Pescadores Artesanais de Lagoa de Cima (APALCIMA) que fica localizada na Estrada de Lagoa de Cima - São Benedito, s/ nº (área central da comunidade) e foi fundada no ano de 2007 embora a atividade pesqueira na Lagoa tenha sido desenvolvida anteriormente. De acordo com Siqueira (2019), a APALCIMA conta com 50 associados e trabalha de forma mais direta com a organização documental dos pescadores e a autora constata que o número de pescadores artesanais associados na APALCIMA tem diminuído ao longo do tempo, com

---

<sup>8</sup> A primeira Colônia de pescadores de acordo com Silva, (1988, p.66) “foi mandada fundar, na enseada das Garoupas, Porto Bello, uma Colônia de Pescadores, chamada Nova-Eríceira” no ano de 1818. Ainda Silva, (1988, p.67) “Coube a Marinha Portuguesa a administração da Colônia” contrariando os interesses da comunidade de pesca pois não levou em conta as aspirações dos pescadores. Ainda Silva (1988) A Colônia foi imposta aos pescadores e tornou a região uma área da Marinha portuguesa e menos um espaço onde os pescadores poderiam manter seu modo de vida. Posteriormente, de acordo com Ferreira (2012) a Marinha do Brasil com a intencionalidade de reconhecer a importância os pescadores espalhados pelo país resolvem usar seus conhecimentos tradicionais com o intuito de proteção do território nacional inicia o processo de criação de colônias de Pescadores ao longo do litoral brasileiro e no ano de 1920 foi instalada na Ilha do Governador a primeira colônia de pesca do Brasil, a Z-1, hoje chamada de Z-10. Cabe ressaltar que as Colônias de Pesca desempenham o papel de representantes dos pescadores atuando de certa forma como um sindicato.

muitos migrando para outros serviços. A única política pública assegurada para os associados da APALCIMA e da Colônia Z-19 é o seguro defeso<sup>9</sup>.

O destino do pescado de Lagoa de Cima de acordo com Siqueira (2019) é o Mercado Municipal de Campos, sendo uma pequena fração da pescaria comercializada na própria comunidade para outras famílias, bares e restaurantes.

A arte da pesca na comunidade de Lagoa de Cima é composta de variadas técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais como o anzol de boia, fisga, tarrafa e redes de diversos tamanhos. O horário varia de acordo com os métodos da captura segundo Costa (2008). Dessa forma a pescaria pode ocorrer ao amanhecer, no fim da tarde ou à noite. Os métodos da captura que são realizados é a malheira na cheia e fisga na seca. A malheira pode ser caracterizada por rede de espera com a manobras do caracol ou a tarrafa (COSTA, 2008). Na Lagoa de Cima em relato de Siqueira (2019), o nível d'água vem diminuindo e a quantidade e variedade dos peixes vem sendo reduzidas de forma drástica.

Dentre as espécies existentes em Lagoa de Cima Costa (2008) relata que apenas cinco são de interesse para a pesca comercial como a tilápia, manjuba, acará, traíra e sairu e estas duas últimas são as que oferecem um maior lucro aos pescadores. O autor destaca ainda, que o sairu possui alta produtividade durante todo o ano, mas, tem baixo valor de mercado. Já a traíra possui maior valor comercial, sendo preferida pelos turistas nos bares locais e por toda a região.

A comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes de acordo com Siqueira (2019) possui uma praça central, um coreto, um campo de futebol, uma igreja católica de São Benedito, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), duas escolas (uma creche e uma escola de ensino fundamental), uma pequena rede de comércio de cunho familiar com bares, mercadinho, peixarias. A importância socioeconômica do espelho d'água para os pescadores de São Benedito é grande, pois é da lagoa que extrai a fonte de proteína em sua alimentação assim como a captura para fins comerciais garantindo renda às famílias (COSTA, 2008).

De acordo com Costa (2008), Lagoa de Cima passou a ser local de interesse da população urbana a partir do ano de 1990, com o intuito de se estabelecer um maior contato com a natureza e, em função disso, as excursões para todo o entorno da Lagoa passaram a acontecer de forma frequente. Costa (2008, p. 93) diz que “Os pescadores afirmam que, a partir deste momento, quando são facultadas melhores condições de acesso rodoviário ao entorno do espelho d'água, um maior número de pessoas passou a frequentar o lugar e São Benedito foi incluído como um dos destinos para desfrutar das praias de água doce”, elevando a Lagoa, no contexto da região, como um espaço de lazer.

Diante dos aspectos teóricos apresentados neste capítulo referente ao ofício da pesca artesanal em Lagoa de Cima e com objetivo de analisar os processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal, no contexto da educação formal da escola local, esperamos compreender as questões sobre a educação formal da escola na comunidade de São Benedito, contextualizando com saberes tradicionais das pescadoras e pescadores artesanais.

---

<sup>9</sup> De acordo com a FIPERJ o defeso está de acordo com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 que define a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies. Uma determinada espécie ou todo um ambiente pode ter definido o seu defeso. Na maioria das vezes se limita a um período fixo anual com objetivo de proteger a época de reprodução ou de recrutamento que é uma fase do ciclo da vida do peixe que atinge a maturidade reprodutiva. Em Lagoa de Cima e seus afluentes o defeso foi instituído por meio da Lei municipal de nº 7308 de 19 de setembro de 2002 que define o período entre 1º de setembro a 31 de outubro de 2002, e 1º de fevereiro a 28 de fevereiro de 2003.

## 2 CAPÍTULO 2

### EDUCAÇÃO FORMAL E COMUNIDADE TRADICIONAL

*Há escolas que são gaiolas e  
há escolas que são asas*  
Rubem Alves



Fonte: Rede Social da Escola Municipal Ponta da Palha (2012)<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Rede social da Escola Municipal Ponta da Palha Disponível em: <https://www.facebook.com/pontadapalha>. Acesso em: 07 de junho de 2021

A educação formal de acordo com Gohn (2006), deve ser aquela com os conteúdos definidos, promovida pelas escolas. A autora conceitua a educação formal como as que possuem estruturas delimitadas: o local onde acontece a educação, os “espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais” (GOHN, 2006, p. 27); a responsabilidade de educar cabe aos “professores”; a forma de educar “pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente” (p. 27); em termos de objetivos, continua a autora, pode-se destacar que os conteúdos são “historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais se destacam o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade” (GOHN, 2006, p. 27).

A luta por uma educação como direito para todos foi estimulada a partir da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) através do Artigo 205.

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a educação em nosso país possui garantias na Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo III, onde a educação é apresentada. Em seu artigo 206 três são os princípios básicos que se destacam por estabelecer:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

E ainda destacamos os direitos estabelecidos no Decreto 6.040 de 08 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007) que trata dos povos e comunidades tradicionais e está norteando o Artigo 1º em relação a todas as atividades e ações a PNCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais devem acontecer a partir de uma integração, coordenação e sistematização entre setores voltados para a aplicação das políticas públicas. No Artigo 1º nos 19 itens apresentados, os itens I, II, VIII, IX, XIV estão em consonância com a valorização dos saberes dos povos tradicionais:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

Em alinhamento com os princípios estabelecidos no Artigo 1º, o Artigo 2º traz o principal objetivo da PNPCT definindo que é necessário a promoção do desenvolvimento sustentável desses povos tradicionais reconhecendo, fortalecendo e garantindo que seus direitos estabelecidos tem como base o respeito e a valorização da sua identidade, organização e instituições.

Em seu Artigo 3º da PNPCT dos 17 objetivos específicos foi elencado o item V que dialoga diretamente com a pesquisa desenvolvida, que visa

garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

Assim a garantia da educação diferenciada para os povos tradicionais, promovendo e fortalecendo seus saberes tradicionais está determinada por Lei no Brasil.

## **2.1. A Educação Formal e sua Relação com os Conhecimentos das Comunidades Tradicionais**

Nesse aspecto o que se deseja na educação formal é que a escola promova um espaço de diálogo junto à comunidade e que possa possibilitar uma educação aonde as pessoas vão se construindo, desconstruindo e reconstruindo ao longo da vida com escuta, participação e transformação, podendo assim de algum modo refletir sobre a realidade. Assim, encontramos uma concepção de educação para além das salas de aula interagindo e contribuindo para a comunidade como define Paulo Freire (2007, p.58):

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

A promulgação da LDB 9.394/1996 (BRASIL, 1996) abre precedentes para o movimento da Educação do Campo, que se materializaria visando dentre outros objetivos estabelecer por meio da educação escolar a valorização dos povos que vivem em áreas rurais. Por meio de seu Artigo 28, estabelece que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Ainda em manifesto sobre a educação para os povos residentes em áreas rurais a LEI nº 12.960 de 27 de março de 2014 (BRASIL, 2014) “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de



escolas do campo, indígenas e quilombolas”. Em seu parágrafo único determina que “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar” (LEI Nº. 12.960, 2014, p. 1).

O município de Campos dos Goytacazes instituiu o novo Plano Municipal de Educação por meio da Lei nº 8.653, de 11 de junho de 2015 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015) para o decênio 2015/2025 que estabeleceu em seu Art. 2º: “O PME estabelece metas, objetivos e estratégias, respeitando as peculiaridades locais e as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.” Portanto, a educação formal para os povos tradicionais, no município de Campos dos Goytacazes, ficou assegurada por força de Lei.

Gadotti (2005) conceitua toda educação como educação formal possuindo como essência a intencionalidade, com objetivos particulares e que não oferecem dúvidas. Assim, a educação formal necessita de diretrizes educacionais hierarquizadas e burocratizadas centralizada nacionalmente e fiscalizadas pelo Ministério da Educação.

Para Gohn (2006), a educação formal possui características relevantes que demanda tempo, lugar definido, recursos humanos especializados, organização pedagógica e administrativa, ordenação seriada, ordenamento disciplinar. Em função disso apresenta sua estrutura metódica, compartimentada onde o resultado que se espera prioritariamente é que a aprendizagem ocorra de forma fundamentada, além da conclusão de uma etapa onde os sujeitos podem verticalizar seus estudos.

Na educação não-formal, Gohn (2006) define que quem educa é aquele com quem temos interação, nos espaços que acompanham a caminhada de vida dos “grupos e indivíduos” (GOHN, 2006, p. 29), interagindo de forma intencional, porém, “uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p. 29) para que o cada indivíduo possa ser capacitado para viver o mundo como um cidadão. A educação não-formal ainda deve atuar desenvolvendo o pertencimento do grupo auxiliando na descoberta da “identidade coletiva do grupo” (GOHN, 2006, p. 30) sendo baseada na solidariedade. Desta forma, o resultado que se espera na educação não-formal ainda, de acordo com Gohn (2006), é que os indivíduos possam aprender a interpretar e interagir com o mundo que os cerca.

Nesta perspectiva é possível ressaltar que conhecer a visão de uma educação crítica, onde a questão da educação formal também está baseada se faz necessária, pois esta educação desperta e permite que o homem seja o sujeito, que segundo Freire (1967), se construa enquanto agente transformador do mundo e de suas relações com a cultura e história:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p.90).

Portanto, a educação de pescadores(as) artesanais pode ser compreendida por meio dos processos onde partilham as experiências, com maior relevância em espaços e ações coletivas cotidianas e nesse sentido a proposta aqui nesta pesquisa é buscar a discussão sobre a efetivação do direito a educação dos povos tradicionais.

Gohn (2004) salienta, a importância de as escolas interagirem com a comunidade organizada no território em que se localizam, além do caráter educativo presente nas ações e

mobilizações desenvolvidas pelas organizações, associações e movimentos que atuam no campo da educação não-formal e se relacionam com a comunidade educativa mais geral. Assim o conceito da educação pode ultrapassar os limites da educação considerada formal e compreender que também as experiências de vida podem desenvolver a autonomia desejada e “ se estivesse claro para nós foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos dos alunos, de pessoal de administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (FREIRE, 1997, p. 50).

O Plano Municipal de Educação do Município de Campos dos Goytacazes destaca em sua Meta 2 a necessidade de “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.” para alcançar essa meta são definidos dentre outras estratégias essas que foram destacadas para melhor compreensão do estudo: “2.5 criar programas de formação continuada para os profissionais da educação, a fim de fortalecer as práticas pedagógicas nas unidades escolares; 2.11 estimular a oferta do ensino fundamental, em especial, para as comunidades do campo, pesqueiras, ribeirinhas, indígenas e quilombolas nas próprias comunidades” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015, p.2).

A oferta da educação para a população residente em área rural ainda é inexpressiva na esfera das políticas públicas no Brasil. De acordo com Vianna (2018) esse fator foi construído a partir de uma concepção hierárquica entre o campo e a cidade e para compreender a escola rural no contexto brasileiro, se faz necessário o entendimento do seu processo que está vinculado ao pensamento estrutural da sociedade.

No início do século XX, Vianna (2018) destaca a característica da população brasileira que em grande parte era residente no campo e em sua maioria, analfabeta ou com a escolarização precária em função de não ter acesso a escola “o que reforça o atual quadro de desigualdade da educação entre o campo e a cidade, pois este fator mudou de forma lenta.” (VIANNA, 2018, p. 39). O autor constata que no último Censo no ano de 2010, o município de Campos dos Goytacazes/RJ, possuía 24.162 pessoas analfabetas com idade acima de 15 anos e isso ainda é preocupante diante de uma população jovem e adulta (VIANNA, 2018).

Este cenário reflete um Estado brasileiro pouco atuante em relação a população rural e principalmente no que interessa em relação as políticas educacionais que são formuladas. Vianna (2018, p.39) aponta que um “Estado forjado por um pensamento em que para viver no, ou do campo não era necessário que trabalhadores tivessem acesso ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade” e dessa forma as escolas rurais não fazem sentido em existir pois o trabalho executado na terra não tem necessidade de ser aprendido na escola. As políticas educacionais voltadas para o campo foram inicialmente desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura com a intencionalidade de “controle das oligarquias agrárias sobre as populações do campo” (VIANNA, 2018, p. 39) produzindo uma força de trabalho minimamente especializada para o trabalho no campo.

Ao longo da história da educação no Brasil os debates sobre o ensino agrícola se tornaram necessários de acordo com Vianna (2018, p. 40) “mediante a ingerência de novos atores que polarizaram a disputa sobre as políticas educacionais agrícolas em torno de dois eixos: 1) a escola rural como instrumento de alfabetização; e 2) a escola rural como instrumento de qualificação para o trabalho”, porém, ainda com pouca relevância em um país considerado agrícola e com sua maioria da população rural considerada analfabeta. E dessa forma como estratégia era necessário “ampliar e massificar a construção de escolas primárias como elemento difusor dos valores nacionais, de uma nova nação” (VIANNA, 2018, p. 41).

Nesse contexto se buscou resolver o problema do êxodo rural e tentar fixar o homem no campo, por meio da educação, moldando o currículo escolar à realidade local de acordo com Vianna, (2018, p. 43):

A defesa do projeto da escola rural, contida no ruralismo, buscava sensibilizar professores, governantes e a sociedade em geral da necessidade de pensar um outro tipo de educação para as populações do campo. Tinham por objetivo o estímulo aos professores em conhecer através dos estudos rurais e da preparação para o trabalho docente, aplicado ao mundo rural. Esses estudos deveriam fazer parte da formação inicial dos professores do Curso Normal, antes mesmo deles atuarem junto às escolas rurais. Eram propostas metodológicas de aproximação do mundo rural, sobre a vida no campo. O movimento também defendia a criação de Cursos de Formação Normal, que tivessem em todo o percurso o “Ruralismo Pedagógico”.

Dessa forma, a inadequação dos currículos pautados apenas na concepção urbana, pensada para a elite do país ficou distante das experiências e lutas do homem e da mulher das áreas rurais cujo trabalho era visto apenas como “trabalho braçal” e não necessitava de educação por esse motivo. O “pensamento sobre o campo e a educação percorreu quase todo o século XX e, ainda hoje, é necessário discutirmos sobre a Educação do Campo, pois ainda há uma tendência a redução a uma prática pedagógica, ou mesmo o corte de orçamento, desconsiderando que no campo existem muitos trabalhadores que resistem e produzem por todo o Brasil.” (VIANNA, 2018, p. 40). Esse dualismo nas políticas públicas em relação a educação do campo e urbana acirram as lutas “dos ruralistas naquele período e, ainda nos dias atuais” (p.45).

O Plano Municipal de Educação (PME) do município de Campos dos Goytacazes (2015, p. 6) em sua Meta 7 no item 7.23 define a necessidade de “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais para o IDEB” e como estratégia o Plano Municipal de Educação Campos dos Goytacazes (2015, p. 6) estabelece que o município tem o dever de “desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo” em comunidades tradicionais.

A concepção da educação a partir dos anos de 1960 até este momento, tem forjado na escola, o modelo de reprodução de um ideário de outro mundo, outra civilidade e outra urbanidade. Esse aspecto explica (VIANNA, 2018) em parte, os insignificantes investimentos para uma política de Educação do Campo, “uma vez que parte significativa dos recursos públicos são mobilizados para o setor do agronegócio, ou seja, para a dimensão da produtividade agrícola.” (p.47).

O fechamento de escolas rurais, estaduais ou municipais que ofertam em grande parte os anos iniciais, tem como fator relevante a precarização e ausência da política educacional rural que está sob a referência do capital, visto a ausência em quase sua totalidade de escolas de segundo segmento do ensino fundamental e de ensino médio no campo. A realidade em Campos dos Goytacazes, é que das 114 escolas rurais hoje temos 98 (VIANNA, 2018) e dessas, apenas 20 oferecem o segundo segmento do ensino fundamental e a maioria dessas escolas rurais se localizam dentro fazendas pelos distritos do município.

Vianna (2018) destaca que a partir o início da década de 1990, o estado do Rio de Janeiro “vem ora “paralisando”, ora municipalizando as escolas rurais” (p.48) e de acordo com o autor os dados do INEP, apontam que “somente na mesorregião Norte Fluminense, são aproximadamente cerca de 164 escolas extintas que encerraram suas atividades no campo entre os anos de 1997 e 2017” IDEM.

Por meio da publicação do Decreto Presidencial, nº. 7.352/2010 (BRASIL, 2010) foi instituído o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA) que buscou sinalizar a

complexidade e pluralidades dos diferentes modos de vida presentes no campo no Brasil onde define:

- I - Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;
- e II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010).

As leis referentes a Educação do Campo demandam o comprometimento dos responsáveis por aplicá-la a partir de um “amplo debate com as instituições e segmentos da sociedade civil.” (VIANNA, 2018, p.57). Com esta compreensão, Vianna (2018) aponta que a Educação do Campo vem sendo trabalhada de forma crítica, envolvendo diferentes sujeitos, buscando promover o diálogo com os grupos organizados do campo que englobam a diversidade e nela estão incluídos os pescadores artesanais e ribeirinhos.

A Educação do Campo em Campos dos Goytacazes busca a articulação com o poder público e os demais setores de desenvolvimento. Uma das dificuldades apontadas por Vianna (2018) em seu estudo foi “a questão da personificação e da dificuldade de diálogo com os gestores, de forma intersetorial” (p.83).

Nesse sentido, os Povos e Comunidades Tradicionais que chegam às escolas no campo demandam a necessidade dos profissionais se compreender os valores e formas de pensar desses sujeitos de acordo com Gonçalves (2017), além de olhar para particularidade dessa cultura para que de alguma forma possa despertar o sentimento de pertencimento ao espaço escolar.

Os Projetos Político-Pedagógicos e as Práticas Pedagógicas para a Educação do Campo devem ser inclusivos e emancipatórios, as comunidades tradicionais podem ir se reconhecendo e reconhecendo a importância da participação e a corresponsabilização de todos os envolvidos nesse processo ensino e aprendizagem. Os povos do campo e as comunidades tradicionais foram perdendo sua identidade por não serem considerados nos “Projetos Político-Pedagógicos, nos Currículos, assim como nas práticas pedagógicas, ou seja, por não terem voz ativa e não serem levados a pensar sobre suas crenças, costumes, tradições, a questão da Terra, dos modos de vida, e de suas resistências e existências” (GONÇALVES, 2017, p. 37). Assim, uma das funções dos currículos de educação do campo, no campo e para o campo será a de dar centralidade política e pedagógica ao direito desses sujeitos a se reconhecerem no contexto histórico e no processo externo de inferiorização. A desconstrução dessas representações também é um dos papéis que a escola desempenha. É preciso ainda de pesquisa e teoria problematizando com profundidade sobre todos os determinantes que ainda persistem em precarizar as Escolas do Campo, enfatizando os saberes tradicionais e científicos sendo evidenciado diante da possibilidade de ambos serem complementares no processo educativo.

De acordo com estudo produzido por Souza (2015) “A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty – RJ”, aponta que para que funcione e existam comunidades tradicionais, todo o conhecimento que antes era produzido de forma orgânica ao trabalho, hoje, não têm mais sentido. A educação formal na cultura caiçara impõe um conhecimento sem sentido impedindo esses grupos de libertar-se da relação oprimido-opressor e impõe-lhes a permanência numa situação de dominação segundo Souza (2015), quando se retiram os meios de produção desses grupos.

A falta de oferta escolar com educação formal que dialogue com a comunidade tradicional implica em dificuldades e consequências diversas para esses povos onde os saberes práticos e tradicionais da cultura caiçara “tornam-se secundário ou são até mesmo desconsiderados, pois priorizam-se os conhecimentos da cultura dominante, legitimados pela existência de um certificado de escolarização” (SOUZA, 2015, p.5) e uma das consequências consideradas mais relevantes para Souza (2015, p.4) é “a migração compulsória para outros lugares em busca deste direito negado, onde a família se desloca por inteiro para outras regiões que possuem escolas ou as crianças saem dos núcleos familiares para frequentar a escola, ficando aos cuidados de outros parentes”.

A escolarização como uma necessidade para esses povos caiçaras de acordo com Souza (2015) não existia há até alguns anos nessas regiões, entretanto, diante da interferência da sociedade capitalista a educação se torna necessária como imposição para existência desses povos.

Na Península da Juatinga, o interesse em estudar está vinculado ao enfrentamento dos mecanismos excludentes que estão, cada vez mais evidentes, na relação dos povos tradicionais com o poder econômico estabelecido na cidade de Paraty. Portanto, identifica-se, como demanda das comunidades que não possuem escolas, o direito ao acesso à educação formal e, nas regiões que possuem as séries iniciais do ensino fundamental, a continuidade do processo educacional através do oferecimento das séries seguintes. (SOUZA, 2015, p.6)

No estudo Souza (2015) ressalta que existe o interesse dessas comunidades em se apropriar da construção do plano pedagógico da escola local onde poderá definir o calendário de forma adequada a realidade, o currículo, a forma de avaliação, o espaço e tempo de aprendizagem. Também há interesse em participar da construção de projetos que tenham compromisso com as comunidades tradicionais onde “há a reivindicação por uma educação que seja diferenciada, ou seja, contextualizada, levando em consideração a cultura e o contexto local.” (SOUZA, 2015, p.6).

Quando o tema é a educação, de acordo com Souza (2015) o que agrega as comunidades tradicionais no município de Paraty, com todas as suas particularidades, “é a necessidade de uma educação que seja contra hegemônica, diante do projeto societário que não contempla a existência desses grupos.” (p.9). A população tradicional não deseja que as soluções apontadas sejam específicas e transitórias por meios de projetos que venham a silenciar a voz desses povos na defesa de uma escola e os impactos que a falta dela faz para as suas lutas políticas que acreditam poder participar na construção e implementação de políticas públicas venha atender às suas necessidades de existência.

Uma vez que a educação é permeada e influenciada por interesses, ideologias e forças políticas diversas, ou seja, pelas relações sociais, só poderá contribuir para o desenvolvimento de um projeto contra hegemônico de sociedade se for de fato oferecida através da escola pública, construída para atender as necessidades dos povos tradicionais em sua luta e com o oferecimento de conhecimentos capazes de produzir mudança na ordem. (SOUZA, 2015, p. 8)

Assim, a educação dos povos e comunidades tradicionais de Paraty (SOUZA, 2015) está inserida na participação política lutando pelo território tradicional e para isso é necessário dominar conhecimentos básicos como a leitura e a escrita, negado para alguns grupos, até a interpretação leis que garantam seus direitos. A educação escolar e a falta dela têm sido fatores importantes de expulsão dos povos caiçaras de seus territórios. Ao deixarem seus ambientes para outras regiões, que possuem oferta de escola, esses povos “perdem o direito”

de lutarem por suas comunidades tirando força da luta dos povos tradicionais e fortalecendo o capital dominante. A autora (p. 12) aponta que “a educação formal descontextualizada das relações sociais que acontecem no território tradicional tem contribuído para o encantamento pela cultura que é externa e dominante, reforçando o quadro de desvalorização dos conhecimentos e abandono das práticas tradicionais da cultura caiçara.”. E assim, a educação que tem compromisso com os povos tradicionais pode contribuir de alguma forma para transformação dessa realidade preparando esses povos para que possam lutar para permanência em seus territórios tradicionais.

Se faz necessário conhecer o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aprofundar no que consiste na proposta da Educação do Campo pois os povos tradicionais são ricos em saberes e práticas, com modos de vida que se aproximam da natureza e se afastam da lógica dominante de mercantilização da vida, do tempo e entende-se que a educação, quando defendida como diferenciada, tem como pressuposto ser realizada em cima das necessidades reais, na superação das dificuldades e na promoção da inclusão não tratando de incluir os excluídos no atual sistema econômico e político, mas sim, promover a transformação almejada pelos mesmos e a valorização dos seus saberes.

Estes povos tradicionais têm o direito e precisam de uma educação de qualidade, a qual valorize seus saberes e também tenham acesso ao conhecimento científico produzido ao longo do tempo pela humanidade. A BNCC pode provocar impactos e desafios para a Educação do Campo a partir de estudos das fontes teóricas homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com resolução do Ministério da Educação (MEC). O projeto (BNCC) não condiz com a proposta da Educação do Campo que é romper com a lógica do sistema capitalista.

Atualmente a Educação do Campo perpassa por momento de enfrentamento nas execuções dos programas governamentais de políticas públicas, como a garantia de escolas no campo e a participação da comunidade na construção dos projetos pedagógicos que seja adequado as necessidades e da realidade do campo.

A BNCC com um caráter normativo determina os conteúdos mínimos e essenciais que os alunos da educação básica deverão apropriar-se. Define um padrão de conteúdo e de avaliação com provas seguindo a imposição definida pelos materiais didáticos de acordo com Lima (2021) que destaca que quando a educação se ajusta a um único modelo, “ desconsidera as especificidades socioculturais e econômicas regionais, bem como as necessidades e peculiaridades dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, comprometendo o direito dos educandos de terem acesso aos conhecimentos e às culturais locais que permitam a sua inserção crítica na sociedade.” (p.5). Este é o modelo de educação que a Educação do Campo não se apropria, pois, as questões de diversidade, contextos sociais da realidade brasileira devem ser observados em todas as suas dimensões. Portanto o que se encontra na BNCC é uma proposta que pretende avaliar a rede de ensino e não tem a orientação no trabalho escolar.

O eixo central nos anos iniciais do ensino fundamental de acordo com a BNCC é a apropriação do processo de escrita, com o conhecimento das letras do alfabeto, de modo que os/as estudantes possam ser conduzidos a ler e a escrever palavras e textos.

Nesse sentido, Lima (2021, p. 6) destaca que

A BNCC afirma ainda que um dos seus objetivos é garantir às crianças e jovens o direito à aprendizagem; no entanto, atrela este direito dos estudantes a uma lista de objetivos prescrita por um grupo de especialistas, com forte viés conteudista, desconsiderando os conhecimentos e saberes produzidos pelas crianças no seu universo sociocultural, assim como a diversidade dos estudantes as desigualdades regionais e a complexidade da vida na escola. Ou seja, o

direito de aprender se constitui num processo deslocado do seu contexto social, político e cultural, desconsiderando as relações entre os sujeitos e seus contextos.

A Educação do Campo apresenta as concepções de educação que foram se formulando através do processo histórico onde uma reflexão sobre o sentido do trabalho do homem do campo tenta garantir a sobrevivência desse trabalho. Assim, de acordo com Lima (2021) o currículo das escolas do campo passa por espaços dialógicos acerca de diferentes conhecimentos e saberes que permeiam o cotidiano do campo nos âmbitos social, econômico e político, podendo sistematizar este conjunto de conhecimentos para o favorecimento da compreensão crítica do seu território. A BNCC conforme Lima (2021) apresenta, tem uma proposta de currículo limitada e apropriação de conteúdos restritos às áreas de conhecimento uma vez que desconsidera “as aprendizagens construídas a partir das práticas sociais, uma vez que concebe o processo educativo restrito à sala de aula, desconsiderando os conteúdos culturais, sociais, artísticos e políticos construídos pelos camponeses” (LIMA, 2021, p.14). A educação do campo deve trabalhar com as diversas situações do cotidiano, adquirir conhecimento e uma vida de qualidade e bem viver em suas diversas dimensões.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo de acordo com (LIMA, 2021) a reflexão sobre a valorização da cultura do campo atrelada à comunidade pode propiciar uma identidade sociocultural que leva o aluno a querer transformar o mundo. Ainda em destaque a Cultura e a Identidade são conceitos que devem ser problematizados a partir da própria trajetória de vida dos alunos. A defesa de Lima (2021, p. 15) é por uma pedagogia que crie “condições para para que os/as camponeses/as tenham acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, que são imprescindíveis para sua inserção crítica no mundo, bem como para a construção das alternativas de vida no campo”.

No estudo de Lima (2021) na questão da área do conhecimento da BNCC e da Educação do Campo o autor afirma que a BNCC propõe “uma educação que estimule e potencialize a lógica do consumo em detrimento da adoção de práticas e atitudes associadas à sustentabilidade, à justiça social, à cooperação e à solidariedade” (p.12) e não dão elementos que sustentem projetos de sociabilidade que não dialoguem ao modelo de sociedade capitalista que se apresenta injusto e desigual e não contribui para formação do sujeito do campo (LIMA, 2021). O documento da BNCC tem assumido ponto central nas políticas educacionais do Brasil podendo ter grande impacto sobre as políticas voltadas para a educação da população do campo.

Dessa forma, Lima (2021) defende que é preciso pensar em um currículo que permita a compreensão dos diferentes projetos em disputas no campo, enfrentando “os riscos e desafios das políticas associadas ao agronegócio para a vida no campo. Isto exige a superação da tensão dialética entre pensamento científico e pensamento técnico e a busca de relações entre teoria e prática, visando instaurar outros modos de organizar os conhecimentos” (LIMA, 2021, p.14)

O desafio é pensar em uma forma que não seja de oprimir, mas de libertar de algum modo os estudantes que estão presentes nas escolas em áreas rurais onde estudam famílias de populações tradicionais como pessoas capazes de transformar sua realidade da forma que desejarem. Quando não se considera a necessidade de transformação o alcance intencional das reformas educacionais já está pensado no momento mesmo de suas proposições. Assim há de se buscar significados e brechas para que se continue avançando nas conquistas para a Educação no, do e para o Campo em conjunto com os povos e comunidades tradicionais.

## 2.2. O Saber e a Tradição do Ofício em Comunidades Tradicionais

A forma como os povos tradicionais são caracterizados possui significação própria com a normatização, por meio de olhares no contexto da sociedade urbanizada. A referência que se faz aos pescadores artesanais é comumente associada a “povos atrasados, indolentes, preguiçosos” (CUNHA, 2003, p. 69) e sua forma de organização e trabalho invisibilizada onde a relação homem natureza sequer é legitimada.

De certa forma também não se defende a visão romântica em relação ao que se pensa sobre os pescadores artesanais que vivem na natureza de forma plena, isolados, paralisados no tempo sem conflitos e sem desordem. Isso não representa a realidade da comunidade tradicional da pesca artesanal em Lagoa de Cima.

Nesse sentido, a condição de humanidade do pescador é desconhecida e seu conjunto de saberes que são intrínsecos com a natureza não impedem que a modernidade e as mudanças sociais aconteçam dentro destas comunidades de pesca, de acordo com (CUNHA, 2003) respeitando seu próprio tempo e seu próprio ritmo. É assim os pescadores artesanais desenvolveram seus conhecimentos por meio de observação e experimentação seguindo o movimento da natureza e do ecossistema.

Os saberes tradicionais de ofício na pesca artesanal, no qual se busca a identidade destes sujeitos desde suas raízes, pretende contextualizar com a formação da identidade do trabalho do pescador. Ela se caracteriza e se fundamenta por meio da educação formal e da forma que a educação formal pode contribuir para a difusão desses saberes podendo pensar sobre os saberes tradicionais como força propulsora do conhecimento.

Está se referindo a todo um saber mítico, simbólico e cultural – patrimonial – que índios, seringueiros, pescadores, coletores – povos do mar, da terra e da floresta – vêm produzindo em simbiose com os ciclos produtivos e naturais, em relação de profundo respeito ao meio em que se inserem. O conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam constitui um verdadeiro patrimônio de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta. (CUNHA, 2003, p.75)

O estudo sobre as formas de transmissão do saber de ofício dos construtores de embarcações do Tocantins no Pará, (CORRÊA, 2014) identifica que as populações tradicionais ribeirinhas têm forte relação com o rio quando se trata do saber local que interage com a tradição da população *cabocla* oriunda do saber indígena.

Nos estaleiros locais, os mestres interagem com os aprendizes onde o respeito está estabelecido sobretudo pelo saber “intelectual tácito” (CORRÊA, 2014, p.61) na construção das embarcações. Esse processo de reprodução do saber é difundido no próprio local de trabalho e o autor destaca que a relação de vínculos que é estabelecida pelos mestres entre familiares, vizinhos e aprendizes “durante séculos, sempre se deu e ainda hoje continua sendo realizada de forma dominante no setor, o que referenda a própria continuidade, permanência e reprodução da atividade” (2014, p. 61).

O saber tradicional de ofício na arte da pesca possui essa característica de transmissão de conhecimento de forma geracional e também para aqueles que desejam aprender essa arte. O destaque no baixo Tocantins se evidencia entre os mestres artesãos onde segundo Corrêa (2014, p.63) “o ofício da construção naval artesanal tem fundamentos sólidos baseados em relações familiares e de territorialidade, no saber local dos mestres artesãos detentores de conhecimento tácito passado de geração em geração, em seu processo de reprodução social”



As relações e vínculos que são estabelecidos prevalecem o do território, da família e dos vizinhos que podem ser capacitados e preparados para a reprodução de acordo com Corrêa (2014):

“saber local tradicional em sociedade que exige cada vez mais de seus indivíduos o uso de um saber científico, técnico e especializado. Esses argumentos explicam a solidez com que este ofício se mantém e se reproduz diante de uma sociedade centrada por relações de trabalho cada vez mais flexível, fragmentada e precária.” (CORRÊA, 2014, p. 63).

Os saberes de ofício do pescador e pescadora artesanal têm sido elaborados e produzidos na relação de proximidade com o ambiente natural em que se encontram. Esses saberes podem ser compreendidos de acordo com Rocha e Contente (2021) por meio de acompanhamento da atividade, observação da prática, instrumentos de pesca e outras aprendizagens em relação à pesca. Esses saberes têm a tradição em suas raízes e dessa forma tem sido a condição de transmissão geracional pois, “a relação de troca e convívio estabelecido entre os moradores – pescadores e pescadoras, adultos e crianças – objetiva perpetuar os ensinamentos e ressignificá-los diante da realidade” (p. 105).

O estudo de Rocha e Contente (2021) aborda a percepção das crianças sobre os saberes da tradição da comunidade de ribeirinhos em Segredinho no Pará e observa que na comunidade as crianças estão envolvidas com os afazeres dos pais durante a pescaria e são incorporados os sentidos por meio da convivência e observação da atividade. As crianças convivem com os adultos e compartilham de suas atividades e saberes.

Portanto, Rocha e Contente (2021) apontam um processo educativo onde existe o envolvimento através da “interação, comunicação, diálogo e experimentação” (p.107) de todo o processo vivido pelas crianças em que existe uma estratégia e organização própria desses saberes. Há evidência das possibilidades que os saberes da pesca artesanal nas comunidades tradicionais contribuem para apoiar, dar significado e importância as práticas dos acontecimentos cotidianos dos pescadores e pescadoras artesanais onde a pesca é um mecanismo de aprendizagem.

A partir do reconhecimento da tradição local Rocha e Contente (2021) destacam que as crianças compreendem a importância de “uma cultura que se constrói em diferentes percepções” (p.108) para que possam expandir a consciência sobre a forma de interpretar o mundo para outras possibilidades de “fazer ciência, que se projeta nas relações, na experiência e na diversidade” (p.108) construindo uma capacidade de aprender com o ambiente natural sem a necessidade de acabar com seus recursos.

Assim, tais colocações são fundamentais com vistas a construção de uma consciência que reafirma o princípio da indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, respeitando os saberes tradicionais locais existentes nas comunidades de pescadoras e pescadores artesanais.

Na tradição da pesca artesanal em Lagoa de Cima as famílias de pescadoras e pescadores são constituídas de forma que o homem e a mulher são os e as chefes e realizam efetivamente a pescaria, auxiliados pelos outros membros da família que realizam a pesca de maneira artesanal, empregando petrechos de pesca simples em horário no qual reconhecem que a disponibilidade maior de peixes encontra-se no período da manhã e no período noturno e a limpeza do pescado acontece sempre entre o horário em que chegam da pescaria que pode ser de manhã bem cedo ou no horário que antecede o almoço. A venda do produto se faz aos compradores que estão na comunidade e para os compradores habituais que são o comércio e bares da comunidade.

Sobre o tema de gênero na cadeia produtiva da pesca, na literatura comumente é destacado que a atividade de captura do pescado depende de coragem e da força e esses

atributos são características dos homens. Porém, em outros estudos como o de Hellebrant (2017) e na pesquisa desenvolvida na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima a expectativa foi desconstruída na medida que as mulheres pescadoras que foram entrevistadas, relataram que o trabalho desenvolvido por elas em diversas etapas na atividade pesqueira vai da captura, armazenamento, beneficiamento, comercialização e distribuição do pescado assim como a confecção dos próprios instrumentos de trabalho.

### **2.3. Educação nas Famílias dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais**

A educação formal é um tema importante para a família dos pescadores e pescadoras artesanais. Os pais e as mães desejam que seus filhos estudem para que possam buscar outras profissões que não seja tão perigosa. Esse pensamento gera um conflito nas famílias de pescadores e pescadoras, pois Garcia (2007) relata que ao mesmo tempo que os saberes tradicionais de ofício são passados de forma geracional, as famílias da pesca não querem que seus filhos e filhas reproduzam este ofício.

Embora existam leis que garantam às populações tradicionais os seus direitos como o da educação, ainda existe um abismo entre a lei e o seu cumprimento. Souza e Loureiro (2015) destacam a importância em compreender a educação que esses povos almejam e a educação que é praticada. Uma vez que as políticas públicas educacionais definidas para esses grupos não dialogam com os interessados, não levando em consideração as necessidades locais e os possíveis conflitos vivenciados por eles. (SOUZA; LOUREIRO, 2015).

As escolas estão geralmente localizadas em regiões centrais de mais fácil acesso e na área rural a oferta de ensino vai até o primeiro segmento do ensino fundamental. De acordo com Souza e Loureiro (2015) os moradores das comunidades rurais, para terem acesso à continuidade da escolarização, precisam se deslocar para outras áreas com escola. No caso da comunidade de São Benedito, em Lagoa de Cima, são 28 Km de distância da escola com oferta do ensino fundamental II e ensino médio. Por vezes, é necessário se mudarem para outras localidades mais próximas da escola, “abandonando suas terras e territórios tradicionais, ou permanecerem em suas comunidades de pertencimento e se manterem sem acesso a escolarização” (SOUZA; LOUREIRO, 2015, p. 7).

A Escola Municipal Ponta da Palha, de acordo com Costa (2008) é a única escola de ensino fundamental da localidade e todas as crianças de São Benedito estudam nela. A escola funciona somente durante o dia e oferece apenas o primeiro segmento do ensino fundamental.

Os estudantes egressos da escola segundo Costa (2008), em grande parte das vezes não continuam seus estudos por não terem condições financeiras para estudar na sede do município e dão por encerrada sua formação escolar ou ingressam na pesca artesanal ou no trabalho rural assalariado.

A história da Escola Municipal Ponta da Palha<sup>11</sup> que fica na localidade de São Benedito em Lagoa de Cima foi relatada por um funcionário da escola que buscou saber junto à comunidade sobre essa história. O servidor público relatou que antes da fundação da escola pelo Estado, a comunidade era assistida por professores contratados pelo município através do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adolescentes e Adultos que era conhecido como MOBREAL<sup>12</sup> nos anos de 1967 e 1968, e as aulas eram ministradas na casa das monitoras (que

---

<sup>11</sup> A história da Escola possui registro escrito, porém fruto de histórias contadas por moradores antigos na comunidade de São Benedito. O relato do secretário Marcos Anacleto (2020) sobre a história da Escola Municipal Ponta da Palha está registrado em suas anotações para futura publicação.

<sup>12</sup> O MOBREAL foi instituído por meio da LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967 que “Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos” e foi executado pelo período de 15 anos. Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002033.pdf>

eram professoras sem formação específica e eram contratadas para alfabetizar quem não era alfabetizado) ou em espaços cedidos pela comunidade. E é nesse contexto que o governo do Estado do Rio de Janeiro decide em parceria com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, construir uma escola na localidade de São Benedito (ANACLETO, 2020).

Em 1968, de acordo com Anacleto (2020) iniciou-se a construção de salas de aula onde as aulas do MOBREAL seriam ministradas durante o horário noturno. A construção da escola utilizou mão de obra local e gerou diversos benefícios para a comunidade, inclusive a chegada do fornecimento de energia elétrica que até aquele momento não existia.

Ainda em seu relato o servidor informou que no ano de 1969 as demais dependências da escola foram construídas dando origem a Escola Reunida Ponta da Palha, inaugurada na gestão do governador da época (ANACLETO, 2020).

No ano de 1970, a escola passou a atender a educação regular, funcionando no turno da manhã atendendo até a antiga 4ª série primária, prosseguindo assim até o ano de 1977 quando passou a se chamar Escola Estadual Ponta da Palha, momento no qual foi acolhida em definitivo pelo poder estadual, que alocou professoras formadas para lecionarem porém, não designou funcionários para produção de merenda e serviços gerais, além de não contar com o fornecimento de água. Neste contexto, vale ressaltar que de 2005 em diante o processo de aprendizagem desta Unidade Escolar ficou bastante comprometido devido ao número insuficiente de professores existentes para atender a escola (ANACLETO, 2020).

O servidor continuou seu relato dizendo que em agosto do ano de 2007, a referida instituição iniciou seu processo de municipalização passando a ser reconhecida como Escola Estadual Municipalizada Ponta da Palha, que permanece até os dias atuais. E no ano de 2008, já por conta da administração municipal, a escola passou a contar em seu quadro de servidores quatro professores atuando em sala de aula (ANACLETO, 2020).

A escola iniciou seu ano letivo no ano de 2019 com muitas expectativas, mas a comunidade foi surpreendida pela maior enchente já assistida pelos moradores da região. A escola foi utilizada como abrigo para os desalojados e desabrigados, o que comprometeu a conclusão do ano letivo dentro do calendário escolar (ANACLETO, 2020).

Atualmente a escola atende cerca de 70 alunos nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil (Pré II e Pré III), 1º Segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e possui em seu quadro de funcionários nove profissionais da educação (QEdu, 2020).

Compreender os saberes da comunidade tradicional a partir do diálogo com a educação formal, representou reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas populações do campo e a necessidade de diálogos entre escola e comunidade. Neste sentido no próximo capítulo será apresentado o percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes.

### 3 CAPÍTULO 3 METODOLOGIA

*As coisas têm peso, massa, volume, tamanho  
Tempo, forma, cor, posição, textura, duração  
Densidade, cheiro, valor, consistência  
Profundidade, contorno, temperatura  
Função, aparência, preço, destino, idade, sentido  
As coisas não têm paz  
As coisas. Arnaldo Antunes*



Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

### 3.1. “Navegando” pelos Conhecimentos das Pescadoras e dos Pescadores Artesanais e dos Educadores Formais da Comunidade de Lagoa de Cima

Ao longo do processo de investigação ficou estabelecido que a partir das leituras elencadas, a forma de relação estabelecida entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa seria a partir da observação e escuta. O diálogo seria o ponto de partida para as entrevistas que foram desenvolvidas a partir de um roteiro semiestruturado. Inicialmente o cronograma de visitas a comunidade de Lagoa de Cima na localidade de São Benedito precisou ser alterado em função da pandemia da COVID-19. Porém, quando as liberações sanitárias eram decretadas, as visitas foram agendadas e realizadas.

Durante os encontros para as entrevistas, a observação e os registros no caderno de campo foram importantes para entender a realidade da pesca artesanal e o “pensar” sobre o trabalho e a confecção dos petrechos para a pescaria.

A intenção da pesquisa foi estabelecer uma relação dialética e dialógica com as pescadoras e pescadores artesanais e com os educadores da escola local, a fim de explorar e descrever os saberes tradicionais no contexto da educação formal.

Considerando que o objetivo principal desse estudo, consiste em analisar os processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes, optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, buscando um entendimento dos aspectos que não podem ser quantificados e facilmente observados.

Utilizamos a expressão *investigação qualitativa* como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por *qualitativos*, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a seleccionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objectivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

Para Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa caracteriza-se, basicamente, pelos dados colhidos diretamente no ambiente natural, ou seja, no local onde ocorre o fenómeno, estando eles em forma de palavras ou imagens de maneira que possam ser descritos, tendo como principal instrumento o investigador. O enfoque substancial ocorre no processo e não apenas nos resultados ou produtos da investigação pois, “a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”, está correlacionado como contexto de que fazem parte e “Recolhem normalmente os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

Para o desenvolvimento desse estudo foram utilizadas duas etapas: a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa de campo.

Com a pesquisa bibliográfica buscou-se material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos *dos autores*: Diegues (1983), Freire (1967), Gadotti (2005), *artigos, dissertações e teses que permitiram conhecer, a partir da teoria, os pescadores e as pescadoras artesanais no Brasil e em particular na comunidade de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro*.

Foi utilizado ainda, para uma maior compreensão dos estudos, consultas na base de dados do Google Acadêmico e do Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), utilizando-se

como palavras-chave: saber tradicional, pescador artesanal, educação formal e Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Na pesquisa documental foram analisados documentos *referentes a legislação brasileira e municipal vigentes, como*: Decreto 6. 040 de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), o Plano Municipal de Educação no Município de Campos dos Goytacazes (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015).

Em relação à pesquisa de campo houve um aprofundamento de uma realidade específica na Comunidade São Benedito, de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro. De acordo com Bogdan e Biklen (1994) o trabalho de campo tem por objetivo realizar maior interação com os sujeitos da pesquisa por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, porém, “por um lado, o investigador entra no mundo do sujeito, por outro, continua a estar do lado de fora” (p.113).

A qualidade do trabalho de campo passa pelo estabelecimento de relações, quer o método de investigação seja a observação participante, a entrevista ou a busca de documentos. No caso da entrevista, o investigador visita regularmente os seus sujeitos, entrevistando-os, por vezes, durante várias horas. Mesmo quando a entrevista é menos extensa, a tónica é colocada na qualidade e proximidade da relação em detrimento do formalismo. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 114).

A pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo de caso, na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro e neste contexto específico, estão os saberes tradicionais de ofício das pescadoras e pescadores artesanais dialogando com a educação formal na escola local.

O plano geral do estudo de caso pode ser representado como um funil. Num estudo qualitativo, o tipo adequado de perguntas nunca é muito específico. O início do estudo representado pela extremidade mais larga do funil: os investigadores procuram locais com pessoas que possam ser objecto do estudo ou fontes de dados e, ao encontrarem aquilo que pensam interessar-lhes, organizam então uma malha larga, tentando avaliar o interesse do terreno ou das fontes de dados para os seus objectivos. Procuram indícios de como deverão proceder e qual a possibilidade de o estudo se realizar (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 89).

As técnicas que foram utilizadas para a coleta de dados incluem a realização de entrevistas com roteiro estruturado e a observação não participante. Para as entrevistas foram desenvolvidos dois roteiros distintos: um roteiro para os pescadores e pescadoras artesanais (Apêndice A) e o outro roteiro, para as educadoras da Escola Municipal Ponta da Palha (Apêndice B). O caderno de campo proporcionou registro das atividades vivenciadas durante as entrevistas com os sujeitos, potencializando a compreensão do cotidiano da comunidade e da escola estudada.

Portanto, através dessa fase exploratória da pesquisa que foi possível de acordo com Minayo (2009, p. 61), “estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico” significativo para analisar e desenvolver uma abordagem sobre os saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais no contexto da educação formal.

Alguns obstáculos foram enfrentados na coleta de dados no campo em função da pandemia da COVID-19. Foi preciso aguardar a liberação municipal (bandeira verde) para que se pudesse transitar no município e não colocar em risco a saúde dos sujeitos da pesquisa como também a saúde desta pesquisadora. Também cabe ressaltar que as entrevistas e visitas ao campo foram feitas com a segurança exigida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em momento adequado para a comunidade da pesca em Lagoa de Cima, essa pesquisadora irá retornar ao local, na Escola Ponta da Palha, para apresentar a dissertação e os



resultados encontrados a partir dos objetivos propostos na pesquisa.

### 3.2. Lagoa de Cima – O Local do Estudo

A localidade de Lagoa de Cima (Figura 1), no município de Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro, de acordo com Rezende (2006), se situa a 28 quilômetros de distância de centro urbano do município. O município possui catorze distritos e a Lagoa está localizada no distrito de Ibitioca. De acordo com PERFIL (2018, p. 54), a população residente no distrito de Ibitioca é de 3002 habitantes, sendo o segundo menor distrito em termos habitacionais de Campos dos Goytacazes.

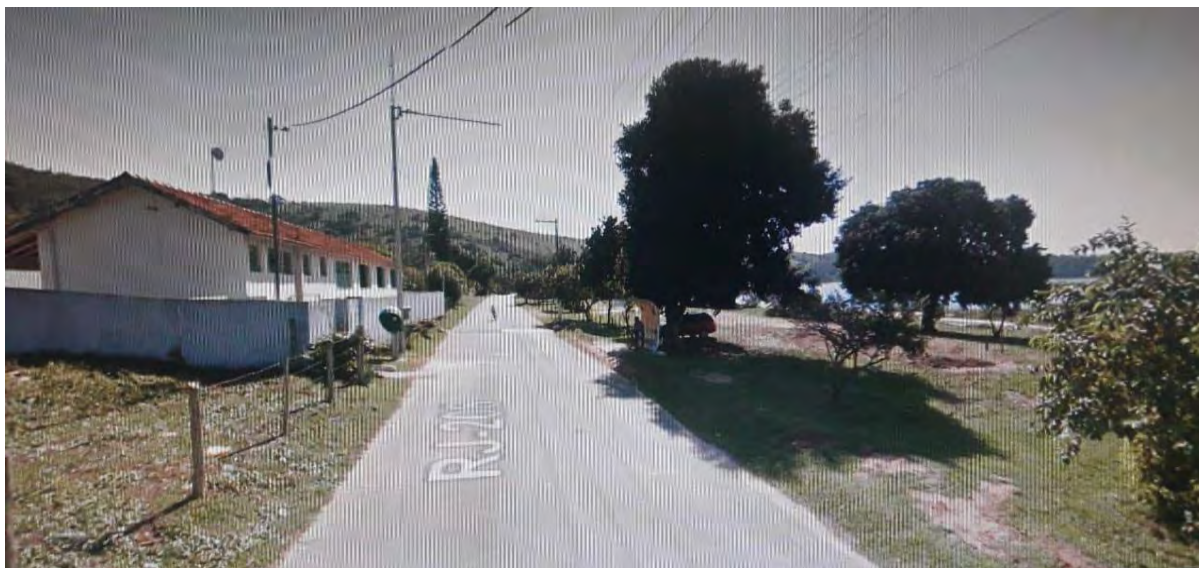


**Figura 1** - Vista aérea da Lagoa de Cima com a comunidade de São Benedito em destaque  
Fonte: Google Maps (2021).

A Lagoa de Cima está localizada em área rural, cujo acesso se dá por três estradas principais (RJ 158, RJ 190 e RJ 208) sendo que uma está em estado precário e outras duas em melhores condições o que facilitou essa pesquisadora a desenvolver a pesquisa.

Em Lagoa de Cima existem três comunidades que fazem parte do seu entorno: São Benedito, Santa Rita e Barra do Ururai (SIQUEIRA, 2019). A comunidade estudada foi a de São Benedito.

Na comunidade de São Benedito está localizada a única escola da lagoa, a Escola Municipal Ponta de Palha (Figura 2) e uma creche.



**Figura 2** – Escola Municipal Ponta da Palha

Fonte: Google Maps (2020)<sup>13</sup>

Segundo dados do Qedu.org (2020), a escola municipal Ponta de Palha oferece vagas na pré-escola (n=24) e séries iniciais do ensino fundamental (n=44) com um total de 68 matrículas no ano de 2020. A escola Ponta da Palha possui em seu quadro de funcionários, três professoras (uma professora possui duas matrículas na escola), uma diretora, um secretário, um servente, duas cozinheiras e um porteiro.

Para que os moradores da comunidade de São Benedito continuem os estudos no segundo ciclo do ensino fundamental e, posteriormente, no ensino médio, eles precisam se deslocar por uma distância de dez quilômetros até a escola mais próxima, que fica no Bairro de Santa Cruz. Ressalta-se que o transporte público é deficitário, principalmente em épocas de transbordamento da lagoa em períodos de chuvas fortes, o que impede a passagem de veículos pela via mais próxima. Sendo assim, os egressos das primeiras séries do ensino fundamental, muitas vezes encerram sua formação escolar e ingressam no mundo do trabalho na prática da pesca ou como trabalhador rural.

Lagoa de cima apresenta um espelho d'água com 14,95 quilômetros quadrados de área, 18 quilômetros de circunferência e aproximadamente quatro metros de profundidade. Conforme descrito no Diagnóstico de 2006 elaborado por Rezende et al. (2006), a drenagem natural da Serra do Desengano, coberta de Mata Atlântica, e que está englobado o Parque Estadual do Desengano é o principal responsável pelo abastecimento hídrico da lagoa.

A Área de Proteção Ambiental Lagoa de Cima, localizada no município de Campos dos Goytacazes, de acordo com Siqueira (2019) possui uma característica própria, da unidade de conservação onde ela mesma é seu corpo hídrico. A Lagoa de Cima é abastecida pelos Rios Urubu e Imbé, e é drenada para outra lagoa, a Lagoa Feia através do Rio Ururá que nasce na própria lagoa.

De acordo com o Censo (PEA Pescarte, 2015), o município de Campos dos Goytacazes possui 1650 pescadores e pescadoras artesanais oceânicos e continentais distribuídos em sete comunidades (Figura 3): Farol de São Tomé, Ponta Grossa dos Fidalgos, Sant'Ana, Lagoa de Cima, Parque Prazeres, Tocos e Coroa Grande e catorze localidades pesqueiras.

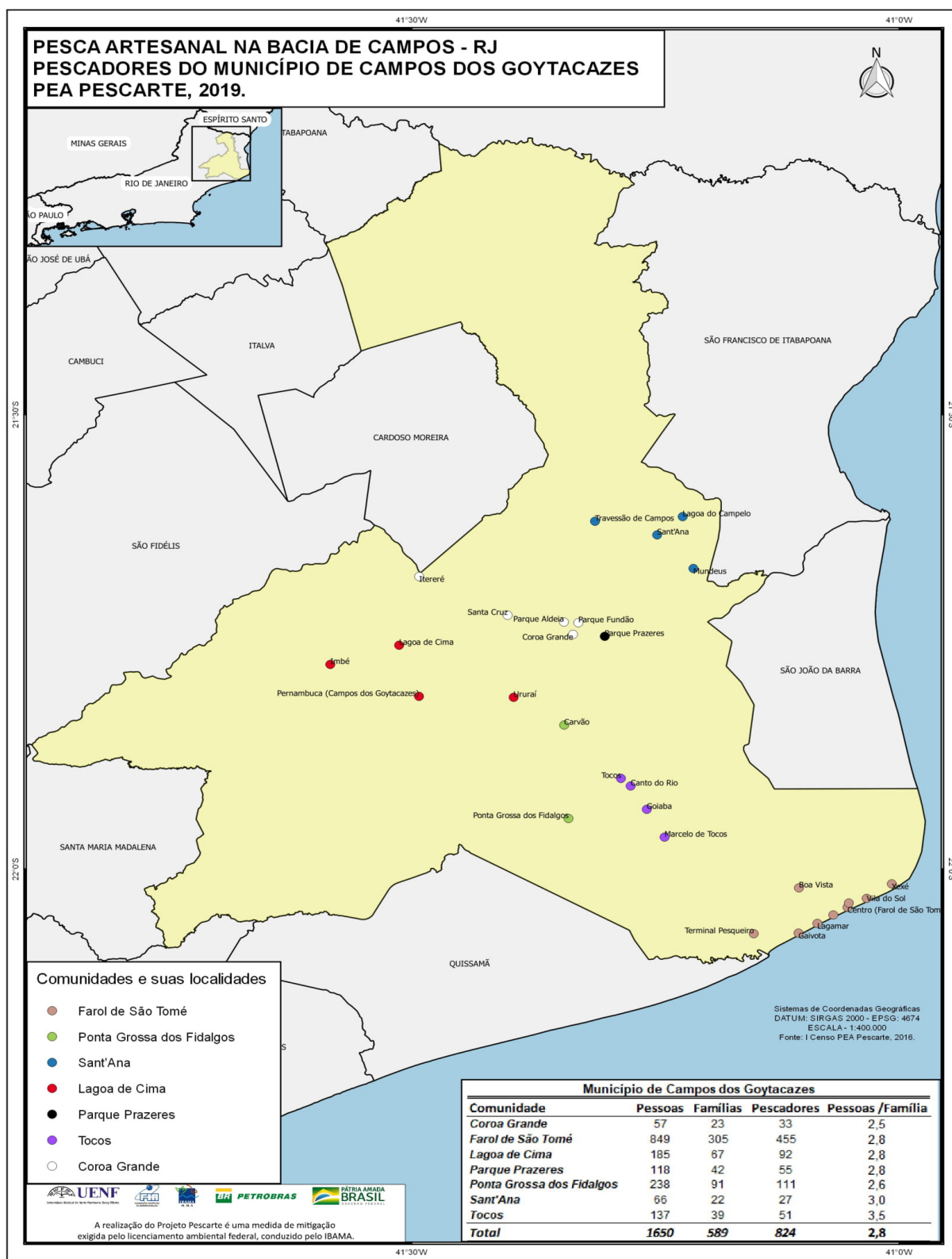
---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Estadual+Ponta+da+Palha/@-> Acesso em: 15 abr. 2020.



A pesca oceânica é feita por pescadores em uma única comunidade, a de Farol de São Tomé em oito localidades identificadas. As outras seis comunidades identificadas possuem pescadores e pescadoras artesanais que praticam a pescaria em água doce (pesca continental).

A comunidade de Lagoa de Cima é composta, de acordo com o Censo (PEA Pescarte, 2015) pelas localidades pesqueiras, do Imbé, Pernambuco, Ururai, além da própria Lagoa e no referido Censo foram entrevistadas 185 pessoas em 67 famílias, sendo identificados nesse total, naquelas localidades 92 pescadores artesanais.



**Figura 3** - Mapa do município de Campos dos Goytacazes com as comunidades e localidades de pesca artesanal recenseadas pelo PEA Pescarte no ano de 2015  
Fonte: PEAPescarte (2019).<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Os dados do Censo (PEA Pescarte, 2015) foram solicitados por esta autora no ano de 2019 quando foi elaborado o Projeto para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio do Decreto Estadual Nº 9.760 de 11 de março de 1987 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1987) que posiciona as áreas de interesse especial localizadas no interior do estado, e define de que forma deverão ser ocupadas, a Lagoa foi considerada Área de Interesse Especial como está estabelecido no anexo I do referido decreto.

A partir do interesse na proteção daquele ambiente pelos governantes, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Cima foi promulgada pela Lei Municipal nº 5.394 de 24 de dezembro de 1992 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1992) sendo criada uma unidade de conservação de uso sustentável nos distritos de Ibitioca e Morangaba, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (REZENDE et. al., 2006).

A APA da Lagoa de Cima, segundo Siqueira (2019), é usada de diversas formas: como balneário, para pesca, esporte, turismo, bebedouro de água para animais diretamente no corpo hídrico e ainda fonte de captação de água pelos moradores. Cabe ressaltar que o turismo é intensificado aos finais de semana e principalmente no verão e a pesca é realizada em toda a lagoa, gerando assim conflitos com os praticantes dos esportes náuticos e a comunidade da pesca.

O interesse em desenvolver a pesquisa na comunidade de Lagoa de Cima possui um caráter pessoal de trabalho, já que a autora iniciou sua trajetória de pesquisa no Projeto de Educação Ambiental Pescarte na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atuando junto à equipe pedagógica do projeto, na pesquisa em educação ambiental e educação formal de pescadores e pescadoras artesanais. A baixa participação de pescadores da comunidade de Lagoa de Cima numa atividade pedagógica no Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – Projeto PEA Pescarte, iniciada por esta pesquisadora no ano de 2017, causou uma inquietude e reflexões sobre a referida comunidade.

Desenvolver uma pesquisa de âmbito da educação formal dos povos tradicionais despertou na autora da pesquisa que aqui se apresenta a instigação em buscar conhecer este universo que cada vez mais se apresenta com novidades, descobertas, causos e conhecimentos que ficaram ausentes nas aulas que cursei na minha formação em Pedagogia e no meu trabalho com a educação profissional. Assim, este pode ser considerado como o ponto de chegada ao local de estudo dessa dissertação que, ao contrário do esperado de uma profissional da educação que trabalhou por quase 30 anos com saberes outros e em área urbana. A análise das questões do saber tradicional de ofício dos Pescadores e Pescadoras Artesanais como objeto foi, então, o ponto de chegada e de partida. Esta pesquisadora frequentou a Lagoa de Cima para práticas de esportes náuticos e até pouco tempo apenas enquanto turista.

### **3.3. Sujeitos da Pesquisa**

Os sujeitos desta pesquisa são os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de São Benedito, Lagoa de Cima (Figura 4) e as educadoras da escola municipal Ponta da Palha, em que estuda a nova geração de descendentes desses pescadores e pescadoras.



**Figura 4 - Pescador Artesanal na Lagoa**

Fonte: Rust (2017)<sup>15</sup>.

A primeira visita a Lagoa de Cima enquanto pesquisadora, ocorreu no mês de setembro do ano de 2020, através da visita a Associação de Pescadores Profissionais e Artesanais de Lagoa de Cima para início dos contatos e encontrou a instituição fechada. Desta forma, não foi realizado contato com o Presidente da Associação de Pescadores. O contato com pescadores e pescadoras locais se deu por meio de indicações e as entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados.

O primeiro contato foi feito a partir de indicação de um técnico do Projeto Pescarte e a partir deste contato outros contatos foram estabelecidos por meio da técnica Bola de Neve. A técnica Bola de Neve é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais, como definem Baldin e Munhoz (2011), em que os primeiros participantes da pesquisa indicam outros sujeitos, que podem fazer parte da pesquisa e esses novos participantes indicam outros novos participantes e assim sucessivamente, até que sejam respondidas as questões propostas ou se encontre o ponto de saturação. O ponto de saturação, segundo Baldin e Munhoz (2011), é alcançado quando as informações já não trazem outras contribuições para a pesquisa, apenas as informações se repetem, os conteúdos são repetidos e é para o pesquisador uma demonstração de que os dados já não mais contribuirão com informações que possam ser relevantes para atender os objetivos da pesquisa.

Desta forma, foram entrevistados 13 pescadores e/ ou pescadoras artesanais de diferentes idades no período de outubro de 2020 a junho de 2021.

Após autorização da Secretaria Municipal de Educação do município (Apêndice C), para realização da pesquisa, realizou-se contato com a diretora da escola local, no mês de dezembro de 2020, e posteriormente com as três docentes da escola para apresentação do projeto e convite para participação na pesquisa. Inicialmente as docentes aceitaram participar da pesquisa como entrevistadas e foi agendada uma data, no mês de dezembro, para que fizéssemos a entrevista. As entrevistas foram desmarcadas pelas docentes e novos contatos foram estabelecidos.

No mês de maio foi iniciada as entrevistas com as docentes da Escola Municipal Ponta da Palha e uma docente não participou da pesquisa em função de licença médica. As entrevistas transcorreram de forma virtual pela plataforma *google meet*, sendo gravadas para

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/09/04/lagoa-de-cima-sobra-beleza-falta-incentivo/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

posterior transcrição e uma a diretora da escola foi entrevistada de forma presencial, seguindo toda as orientações da OMS para tempos de pandemia.

Assim sendo foram entrevistadas 3 profissionais de educação que atuam na escola local: sendo 2 professoras e a diretora da escola.

### **3.4. Procedimentos Éticos da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada de acordo com padrões de ética preconizados para pesquisa com seres humanos pela Resolução 466 (BRASIL, 2012), sendo submetido e aprovado pela Plataforma Brasil, conforme parecer 4.220.528 (Apêndice D).

Todos os participantes da pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E), que preconiza a participação em caráter voluntário e assegura o sigilo da participação do pesquisado. Além disso, deixa claro que a qualquer momento o pesquisado poderá desistir e retirar o seu consentimento e que sua recusa não lhe trará prejuízo algum em sua relação com o pesquisador ou qualquer setor desta Instituição.

Aos pescadores e pescadoras e professores da escola local que concordaram em participar da pesquisa foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) impresso, bem como foi explicado a necessidade de leitura prévia e assinatura do termo. Quando o participante apresentou dificuldade na leitura do termo, a leitura foi realizada pela pesquisadora.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das educadoras entrevistadas remotamente, foi no formato de formulário eletrônico (Apêndice F) e antes da entrevista cada educadora assinalou a concordância com o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido, apresentado na forma de formulário do *google form*.

### **3.5. Coletando de Dados**

#### **3.5.1 Saberes tradicionais de ofício dos pescadores locais**

A coleta de dados sobre os saberes tradicionais dos pescadores locais (Figura 5) foi realizada por meio da realização de entrevistas individuais estruturadas com roteiro constituído por questões fechadas e abertas (Apêndice A), a fim de incentivar o discurso dos pescadores e das pescadoras artesanais. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para que as falas dos sujeitos fossem analisadas.

O roteiro da entrevista com as pescadoras e pescadores artesanais foi dividido em dois blocos (Apêndice A). O primeiro bloco consistiu de um conjunto de questões introdutórias, com objetivo conhecer o perfil dos pescadores (as) artesanais; identificar se os pescadores (as) artesanais possuem escolarização e de conhecer o entrevistado, buscando entender quem ele é e o que ele faz em seu ofício. O segundo bloco a proposta foi de identificar a geração dos saberes do pescador (a) artesanal; verificar a organização dos saberes utilizado na pesca artesanal e verificar a difusão dos saberes tradicionais dos pescadores (as) artesanais no contexto da educação formal.

Cada entrevista teve em média a duração de 40 minutos e as conversas informais com cada sujeito levou entre uma hora e meia e a tarde toda.



**Figura 5** – Pescador artesanal em atividade da pesca na Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, RJ.

Fonte: Portal Campos 24 horas (2018)<sup>16</sup>

### **3.5.2 Identificação da utilização do saber tradicional de ofício dos pescadores na educação formal da localidade**

Após a identificação dos saberes tradicionais dos pescadores, foram realizadas entrevistas de forma virtual e presencial (Apêndice B), com educadores da escola local para verificar seus conhecimentos sobre tais saberes, bem como sua utilização como referência para o processo ensino-aprendizagem das crianças do local. As entrevistas realizadas de forma virtual e presencial foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Em relação ao roteiro de entrevistas com as docentes da escola local pensou-se e conhecer essa profissional, seu vínculo com a comunidade local e sua prática profissional no contexto dos saberes tradicionais.

Em função da pandemia da COVID-19, as aulas da Escola Municipal Ponta da Palha estavam ocorrendo de forma remota e o cronograma de execução dessa pesquisa foi reformulado por interesse da pesquisa pra que atingisse os objetivos propostos. O calendário escolar do ano de 2021 iniciou em primeiro de fevereiro e as entrevistas puderam ser remarcadas e feitas.

Considera-se que é preciso ir além da linguagem falada, gravada e transcrita. Há de se compreender além dos registros orais dos sujeitos que constituem o contexto. Portanto, é necessária a busca pela observação, bem como a captura das percepções em meio do contato e experiência junto a esses participantes do estudo. Assim, o trabalho contou com o diário de campo enquanto uma contribuição pertinente às questões de pesquisa e foi usado para a complementação dos dados coletados em aspectos relevantes como por exemplo outras atividades secundárias desenvolvidas pelos sujeitos em relação a atividade principal declarada.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.campos24horas.com.br/noticia/lagoa-de-cima-acpa-encontra-redes-de-pesca-em-periodo-de-defeso>. Acesso em: 16 abr. 2020.

Além disso, todo e qualquer material iconográfico registrado durante o trabalho de campo, constituiu como fonte de análise desde que contribuiu para o entendimento da dinâmica e das relações existentes na localidade estudada.

### **3.5.3 Análise dos dados coletados**

Um banco de dados foi constituído e por meio de planilha eletrônica, foi possível tabular as respostas das perguntas fechadas e analisar a frequência absoluta em que ocorreram.

Em relação às perguntas abertas, Minayo (2007) oferece uma proposta operativa. A entrevista estabeleceu que existem perspectivas, ou outros pontos de vista sobre o objeto de estudo para além daqueles que o entrevistador espera. Na opinião da autora, os indivíduos que vivem uma determinada realidade ao pertencer a grupos, classes e segmentos diferentes, são influenciados pelo momento histórico, podendo ter interesses comuns que os unem e interesses exclusivos que os distinguem. Na perspectiva dialética é essencial fazer a crítica das ideias resultantes dos produtos sociais, procurando nas suas particularidades históricas, a ligação estreita com o seu tempo, e nas diferenciações internas, a sua contribuição para a vida, para o conhecimento e para as transformações.

Minayo (2007) propõe dois níveis de interpretação: O primeiro reporta-se ao contexto sócio histórico do grupo em estudo, constituindo o marco teórico-fundamental para análise. Este é o plano do contexto (sempre parcial), sendo que, quando se procede à interpretação dos dados, se refere às determinações como recurso interpretativo, através do qual se procura saber as ligações entre a experiência empírica e as relações essenciais. As determinações fundamentais que são enquadradas neste nível, advêm da prática social, da ação humana e suas vivências, pensamentos, sentimentos e reflexões do mundo. Assim, se fará a análise dos saberes tradicionais de ofícios dos pescadores e das pescadoras locais, buscando-se enquadrar as vivências e o contexto histórico e cultural no qual os participantes desenvolvem as suas práticas.

A análise dos dados das questões que não geraram discurso foi realizada através da análise de conteúdo. A análise de dados foi dividida em: Pré-análise, Exploração do material; e, Tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados, conforme Mozzato e Grzybovski (2011). Na fase de exploração do material foram realizadas a categorização e a contagem frequencial destas categorias identificadas.

Nas questões que geraram discurso, foi realizada a análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005), por esta permitir a generalização dos resultados, que aparecem numa mesma escala coletiva, como um relato sob a forma de discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2015).

Os discursos foram analisados utilizando três figuras metodológicas: as expressões chave (ECH), a ideia central (IC) e o Discurso do sujeito coletivo (DSC), conforme metodologia proposta por Lefèvre & Lefèvre (2005).

A análise do DSC foi composta por alguns procedimentos sistematizados para melhor compreensão dos discursos destacando indicadores qualitativos, possibilitando assim, enfoque dos conhecimentos. Inicialmente foram feitas pré análise, exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos para a interpretação como procedimentos necessários para a produção do DSC (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005). Vale destacar que a pré análise se refere à construção do corpus dos relatos para se permitir a formulação das questões apresentadas. Para Minayo (2010) essa etapa da exploração do material ocorre a busca das categorias expressivas e das palavras significativas para a organização da pesquisa.

O segundo momento da análise corresponde à confrontação com os fatos empíricos. É necessário encontrar nos relatos dos sujeitos, o sentido, a lógica interna, as interpretações e as projeções.



## 4 CAPÍTULO 4

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Lagoa de Cima – outono de 2021 – acervo pessoal da autora

*“Você não vai ver nada  
Nem ouvir zoadá de moto  
Barulho de carro.  
Só vai ver passarinho cantando  
falando com a gente,  
peixe batendo na água.  
Só coisa boa!”  
(Relato de P13)*

Neste capítulo serão analisados os dados coletados por meio das entrevistas com os pescadores e pescadoras artesanais de Lagoa de Cima e com as educadoras (professoras e diretora) da escola local, com o objetivo de compreender a relação da escola com a comunidade de pescadores e seus saberes tradicionais.

As entrevistas com pescadores e pescadoras artesanais e com as professoras da escola local em Lagoa de Cima foram analisadas a partir de três eixos distintos: Perfil Social, Perfil Profissional e Difusão dos Saberes para poder conhecer os sujeitos da pesquisa a partir de suas características pessoais, compreender a relação profissional da arte da pesca com a atividade escolar e identificar os possíveis canais de difusão dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras no contexto da escola local.

#### **4.1. O Perfil Social e Profissional dos Sujeitos Envolvidos**

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa foram identificados aqui na análise pelas letras (P) para pescadores e pescadoras (P1 a P13) e (E) para as educadoras (E1 a E3) (professoras e diretora), sendo os sujeitos diferenciados por números.

A apresentação do perfil social e profissional dos sujeitos tem por finalidade caracterizar esses sujeitos e compreender a sua relação com a realidade local e com os saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais em Lagoa de Cima no contexto da escola formal local.

A análise dos dados e a discussão dos resultados será apresentada por grupo de sujeito: Pescadoras/ pescadores e educadoras, buscando entender e analisar os discursos dos entrevistados com base na proposta apresentada para a pesquisa.

##### **4.1.1 Sobre as pescadoras e os pescadores artesanais em Lagoa de Cima**

A Lagoa de Cima possui uma comunidade tradicional pesqueira em seu entorno com famílias voltadas exclusivamente para a atividade da pesca. Os moradores se conhecem e mesmo diante das dificuldades que vivem em relação a falta de infraestrutura local, como de transporte público, as pescadoras e pescadores se sentem pertencentes aquele ambiente.

Ambiente esse, que pela sua beleza natural e proximidade ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes, atrai frequentadores de outras localidades do município para realização de atividades de lazer náutico, aumentando o fluxo de pessoas tanto na margem, onde estão instalados bares para venda de bebidas e peixe da localidade, quanto na água, com o uso de jet-skis e embarcações utilizados para a prática de esportes náuticos.

Paralelamente, pescadoras e os pescadores locais mantêm suas atividades de pesca em meio aos frequentadores urbanos da lagoa e praticam a pesca com a rede de espera e técnica com manobra de caracol<sup>17</sup> em meio ao barulho dos motores de embarcações que não são as tradicionais da localidade e em função disso, alguns conflitos são gerados entre a comunidade de pesca e os frequentadores que estão na lagoa em busca de lazer.

Os tipos de pescarias praticados na lagoa são variados, porém, a pesca tradicional é a principal atividade pesqueira desenvolvida pela população local. Assim, a descrição de um tipo de pescaria em Lagoa de Cima praticada pela população tradicional da comunidade de São Benedito descrita por Costa (2008, p. 127) diz que:

A princípio, na descrição deste tipo de pescaria parece haver uma exacerbada dependência do acaso. Contudo, esta modalidade de pescaria é a de maior produtividade, seu êxito é em grande parte devido ao conhecimento naturalístico principalmente acerca dos ventos. Segundo os pescadores, os peixes andam/correm conforme o vento sopra e, deste modo, ao andarem na direção dada pelo vento e

---

<sup>17</sup>De acordo com Costa (2008) é a partir da identificação da direção do vento que está soprando na lagoa, o sul ou o nordeste, que é definida a posição em que a boca do caracol na rede estendida vai ser posicionada. Desta forma, a rede fica em espera de acordo com a movimentação dos cardumes que em algum momento ficam imprensados nela e assim são capturados.

estando o caracol com sua abertura voltada para a direção oposta ao vento, os peixes são capturados na rede.

Na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima foram entrevistadas 13 pessoas da comunidade de pesca, conforme apresentado na Tabela 1. Alguns desenvolveram a atividade na pesca e agora estão usufruindo da aposentadoria e outros ainda se encontram desenvolvendo a atividade de pescaria.

**Tabela 1** – Idade, tempo de residência dos pescadores na Lagoa de Cima

Pescadores	Idade (anos)	Tempo de residência na Lagoa de Cima (anos)
Mulheres		
P3	62	62
P5	60	37
P6	41	41
P9	47	47
P10	39	22
P11	70	50
Homens		
P1	39	39
P2	64	64
P4	65	65
P7	28	28
P8	18	5
P12	64	64
P13	57	57

Conforme apresentado na Tabela 1, foram entrevistadas sete pessoas do sexo masculino e seis pessoas do sexo feminino e desse total 12 pessoas nasceram no município de Campos dos Goytacazes e apenas uma nasceu no estado do Rio Grande do Norte.

Entre os entrevistados mais velhos foi entrevistada uma pescadora com 70 anos e um pescador com 65 anos e entre os entrevistados mais novos encontramos uma pescadora com 39 anos e um pescador com 18 anos.

De acordo com o Relatório do Monitoramento da Atividade Pesqueira do Norte Fluminense (PMAP) no ano de 2018, o município de Campos dos Goytacazes apresenta uma população de pescadores(as) artesanais envelhecida. Contudo, em estudo sobre análise socioeconômica e caracterização familiar de pescadores artesanais em sete municípios que fazem parte da Bacia de Campos (RJ), incluindo o município de Campos dos Goytacazes, Peixoto, Belo e Santos (2019) relatam que os achados empíricos desse estudo não corroboram a ideia de que haja uma população envelhecida entre os familiares dos pescadores artesanais, posto que apenas 10% da população encontra-se acima dos 60 anos de idade. Para esses autores, esse dado chama a atenção para uma possível baixa expectativa de vida entre os pescadores artesanais, ou seja, é possível que não existam idosos porque morrem antes de envelhecer.

Infelizmente não existem estudos ou dados científicos sobre a atividade do jovem na pesca em Campos dos Goytacazes. De acordo com o FIPERJ (2018), a dificuldade em encontrar jovens na atividade pesqueira pode ser em decorrência dos pais e mães pescadores e pescadoras não desejarem que seus filhos ou filhas atuem na pesca, por considerarem uma atividade instável financeiramente e também pela falta de ação do Estado diante das pressões ambientais e também econômicas que os pescadores são submetidos (FIPERJ, 2018).

Corroborando com essa ideia, de acordo com Peixoto, Belo e Santos (2019), uma das características mais marcantes que se ouve neste que podemos chamar de mundo da pesca, quiçá seja a tradição da profissão passada de pai para filhos de muitas gerações. E talvez seja esse um dos discursos mais presentes quando se discutem as dificuldades pelas quais passa atualmente a atividade, pois acreditam que a tradição esteja ameaçada ao não desejarem que seus filhos sigam a profissão.

Em relação ao tempo em que residem em Lagoa de Cima (Tabela 1), alguns pescadores e pescadoras entrevistadas responderam que desde que nasceram moram na Lagoa e inclusive, algumas relataram que nasceram em casa, na própria localidade de São Benedito em Lagoa de Cima, com uma parteira local.

Porém, o entrevistado mais jovem (P8) relatou que assim que nasceu foi morar em Lagoa de Cima e ainda criança saiu da comunidade e foi residir em uma região periférica da cidade de Campos com sua família que buscava outra forma de trabalho. No ano de 2015 a família, que é de pescadores e pescadoras, retornou a Lagoa para fixar novamente residência e desenvolver a atividade pesqueira. Esta ocupação P8 passou também a exercer de forma concomitante a continuidade dos estudos.

Verificou-se que a maioria (n= 9) dos entrevistados possuem ancestrais pescadores artesanais. Há relatos de entrevistados, em que toda a família participou da atividade da pesca pais, avós, irmãos e ainda descendente de índio pescador.

*“Desde que eu conheço é meus avós. Vem dos meus avós. Porque diz que vovô é descendente de índio. A família toda da mãe e do pai, os avós maternos e paternos e os pais também. A mãe e o pai também são pescadores” (Relato P1).*

Como foi apresentado, as famílias trabalham com a pesca de forma geracional e a partir desta constatação podemos considerar o que diz Silva (1988, p 191):

Ao lado de outras categorias socio-profissionais egressas do escravismo, do trabalho compulsório, os pescadores artesanais constituíram um grupo social distinto, específico, que se desenvolveu apoiado na tradição, constantemente transmitida, das técnicas de pesca, dos tipos de embarcações, das formas de consciência, do imaginário bem próprio do trabalho pesqueiro.

No entanto, quatro entrevistados declararam que são os primeiros a trabalhar na pesca e não possuem outros familiares desenvolvendo esta atividade.

A prática da pesca tem sido responsável pela manutenção e permanência de muitas das populações litorâneas e de águas de interiores brasileiras que vivem do saber e da prática que aliam tais conhecimentos ao seu modo de vida. E de acordo com Diegues (2000) em grande parte, esse conhecimento é entendido como uma conjunção de saberes que estão relacionados aos índios, nativos, e que transmitiram os saberes praticados como um legado para seus descendentes. A pesca que era praticada pelos índios de acordo com Diegues (2000) era uma atividade que surgiu antes da chegada dos navegadores portugueses ao Brasil e os alimentos oriundos da pesca era uma importante fonte de alimentos para esses povos naquela época e até os dias atuais.

Na questão que envolve descendentes, as pescadoras e pescadores da comunidade de São Benedito apresentaram um número relativamente baixo de filhas e filhos, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2** – Número de filhos, ocupação secundária e escolaridade dos pescadores

Pescadores	Número de filhos dos pescadores	Ocupação secundária dos pescadores	Escolaridade dos pescadores
<b>Mulheres</b>			
P3	4	Não possui	9º ano
P5	1	Vende varinha de pesca e gelo	5º ano
P6	3	Vende comida	Ensino Médio Profissionalizante
P9	1	Não possui	5º ano
P10	2	Não possui	8º ano
P11	10	Não possui	Nunca frequentou a escola
<b>Homens</b>			
P1	1	Não possui	5º ano
P2	3	Motorista	6º ano
P4	1	Não possui	2º ano
P7	2	Comércio de comida	Superior incompleto
P8	0	Garçom	Ensino Médio em curso
P12	3	Comércio de comida	3º ano
P13	0	Agricultura familiar	5º ano

Verifica-se pela Tabela 2, que dois pescadores não têm filhos, por outro lado, um dos entrevistados possui 10 filhos. O total de filhos dos 13 entrevistados soma 31 e a média total fica em 2,3 filhos para cada entrevistado. De acordo com o IBGE (2010), o número médio de filhos por mulheres brasileiras em período fértil no ano de 2010 foi de 1,86 filhos. Diante do resultado de número de filhos apresentados pelos entrevistados neste estudo encontra-se que a média de filhos dos pescadores da comunidade de São Benedito está maior dos que a média da população brasileira.

Todas as filhas e todos os filhos em idade escolar estudam ou já concluíram os estudos na escola local. Dos 31 filhos e filhas das pescadoras e pescadores local apenas dois concluíram a faculdade e um ainda está em fase de conclusão.

Os pescadores e pescadoras de Lagoa de Cima desenvolvem a profissão como pescador e pescadora em média a 27,5 anos. No entanto, há exceção, já que em relato o pescador P7 diz:

*“Trabalhei por pouco tempo, fui para a faculdade e voltei tem uns três anos”*(Relato P7).

Dos 13 entrevistados, 3 relataram que tiveram outra ocupação antes de trabalharem na atividade da pesca, como P9 e P10:

*“fui doméstica antes”* (Relato P9).

*“fui doméstica e babá”* (Relato P10).

A pesca é a principal fonte de renda dos pescadores e pescadoras artesanais em Lagoa de Cima e quase metade dos entrevistados não possui outra ocupação (Tabela 2). Quatro deles tem comércio complementar a pesca como a venda de gelo, varinha de pesca, venda de

alimentos e bar. Um entrevistado declarou ser motorista, outro pequeno agricultor e outro relatou ser garçom para complementação de renda.

O município de Campos dos Goytacazes possui seis Associações de Pesca e uma Colônia de Pescadores, conforme descrito no Capítulo 1. De acordo com Souza (2019), o número de pescadores filiados à Colônia é relativamente baixo. Segundo Belo e Peixoto (2019), identificou-se que o percentual de filiação de pescadores à Colônia foi menor que 50% dos entrevistados (n=412) e ainda foi identificado um número de ausência de respostas em relação ao tema de filiação a Colônia que foi em torno de 30%. Em relação ao nível de adesão as Associação de Pescadores, Belo e Peixoto (2019), relatam que a filiação é ainda menor que em relação das Colônias de Pesca.

A partir da coleta de dados, foi identificado que a filiação dos pescadores e pescadoras artesanais na Colônia de Pesca em Lagoa de Cima é de 61,5% (n=8), o que significa que é maior que o cenário municipal. Por outro lado, a filiação na Associação de Pesca que tem na localidade de São Benedito em Lagoa de Cima, se revelou muito baixa, com apenas 15,3% dos pescadores (n=2) e pescadoras entrevistados relataram que são filiados na Associação de Pesca local.

A relação dos pescadores com o trabalho da pesca foi apresentada como sendo uma relação de trabalho diferente de outras classes trabalhadoras. Dos 13 entrevistados, cinco (P2, P3, P7, P8 e P13) relataram que não fazem parte da Colônia<sup>18</sup> de Pescadores ou da Associação de Pesca<sup>19</sup> local. Apenas dois entrevistados (P1 e P12) fazem parte da Colônia de Pescadores e da Associação de Pescadores Profissionais e Artesanais de Lagoa de Cima. E seis entrevistados (P4, P5, P6, P9, P10 e P11) fazem parte da Colônia de Pescadores Z19. Os pescadores se pautam a partir do respeito e funciona de acordo com Costa (2008, p.45) “a partir de um código moral, cujo respeito ao trabalhador e seu saber-fazer estão acima dos interesses da maximização dos ganhos monetários ou na exploração dos pescadores por eles próprios.” Os pescadores possuem suas diferenças, porém definem uma forma de trabalho mais justa e igualitária, mesmo com a hierarquia que a pesca possui.

Com relação a escolaridade dos pescadores (Tabela 2), verifica-se que a maioria dos entrevistados (n=8) possui o ensino fundamental incompleto; 1 possui o fundamental completo; 1 está cursando o ensino médio; 1 possui curso técnico profissionalizante e 1 está cursando o curso superior. Somente um dos entrevistados nunca frequentou a escola, conforme o relato:

*“Perdi minha mãe com dois anos de idade e a minha família nunca me matriculava na escola” (Relato P11).*

Dois pescadores entrevistados, P7 e P8 relataram o desejo de trabalharem com a questão ambiental na Lagoa de Cima. P7 relatou que gostaria de investir em um comércio voltado para o turismo, porém a comunidade não suporta esse tipo de negócio pois não possui saneamento básico e o esgoto recolhido nas residências compromete o lençol freático que por sua vez contamina a lagoa e afeta a qualidade do pescado. P7 ainda relata que este deve ser

---

<sup>18</sup> “Colônias são unidades representativas de pescadores que podem abranger mais que uma cidade e não necessariamente têm uma comunidade de pescadores em seu entorno, mas no caso da área pesqueira em questão ainda se mantém o núcleo institucional da Colônia de Pescadores e em seu entorno o residencial, ambos assim denominados.” FERREIRA. (2012, p.3)

<sup>19</sup> De acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002), em seu art. 53, a definição de associação “Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. A Associação é formada por pessoas físicas que possuem objetivos comuns com finalidades diferentes entre si. No entanto, unem-se em Associação por possuírem características semelhantes.

um compromisso do poder público que deixou a região abandonada e por conta disso a comunidade está estagnada.

Em relato, P8 expressa o desejo de continuar os estudos na área ambiental e cobrar das autoridades uma maior fiscalização no entorno da APA de Lagoa de Cima. P8 afirma que os pescadores artesanais são os guardiões daquele ambiente natural e a pesca mantém preservada as espécies daquele lugar. Porém, o turismo não contribui para o uso daquele ambiente e por isso deseja que o plano de manejo da região seja discutido com a comunidade para ser colocado em prática.

Assim, a educação pode vir mostrar outras possibilidades as pescadoras e aos pescadores como defendem Barros e Rodrigues (2019) o processo que discute a educação diferenciada pode possibilitar uma proposta curricular que identifique e valorize os saberes locais as histórias tradicionais sem a necessidade de encaixar os saberes tradicionais em uma grade que, em muitos casos, não os cabe. E em função desta afirmação que a inclusão dos saberes tradicionais já nas séries iniciais da educação formal se faz necessária podendo envolver a Educação do Campo que também tem essa proposta de integração dos saberes.

Para os pescadores, a importância da sua ocupação pode ser representada por quatro ideias centrais principais: I. Geração de renda, emprego e sustento de famílias (n=7), II. Satisfação dos consumidores ao comprar os peixes (n=2); III. Fornecimento de alimentação saudável (n=2) e IV. Tradição (n=2).

Os agrupamentos dos discursos emitidos com as mesmas ideias centrais deram origem aos seguintes Discursos dos Sujeitos Coletivos (DSCs I ao IV):

DSC I. Geração de renda, de emprego e sustento de famílias (n=7)

*É muito importante. É sobrevivência. Gera emprego de pescador e marisqueira. É um trabalho que me dá renda, um meio de sustento para a família. Tudo que tenho, casa, carro foi conquistado da pesca.*

DSC II. Satisfação dos consumidores ao comprar os peixes (n=2)

*Quando você passa a vender o peixe, você vê que tem gente que valoriza. A turma já ficava preocupada se a gente vai ou não vai. Porque é gratificante chegar lá nos clientes, e eu fico mais satisfeito quando eu vejo os idosos comprando o peixe.*

DSC III. Promoção de alimentação saudável (n=2)

*Minha profissão é para alimentar as pessoas, porque trabalha com alimentação, alimentação saudável.*

DSC IV. Tradição (n=2)

*É muito importante, é uma coisa tradicional. Hoje em dia quase ninguém quer mais e o pouco que resta tem que manter essa tradição porque vai indo vai indo vai acabando porque quem vai chegando não quer.*

Fica evidenciado no DSC II, que a comercialização dos peixes pelos próprios pescadores, contribuiu para a percepção destes sobre a importância e valor da sua ocupação para clientes. Fato que não ocorria, quando somente pescavam e entregavam para terceiros comercializarem.

Destaca-se também, a consciência manifestada sobre a importância da pesca para a promoção da alimentação saudável das pessoas (DSC III) e para a manutenção da tradição da pesca (DSC IV).

Analisando os discursos coletivos a partir das temáticas apresentadas pode-se considerar que a ocupação da atividade da pesca pode ser considerada como mais do que um

trabalho para os pescadores. Miller, Rial e Neto (2016) afirmam que a pesca não é apenas um trabalho, mas é um ofício que ressalta tanto uma qualidade do sujeito que é dominar a arte da pesca, como também seu pertencimento a uma rede coletiva de transmissão e inclusão de conhecimento entre gerações.

A pesca em Lagoa de Cima é permitida do mês de março até o mês de outubro e nos demais meses se dá o período de defeso ou “*cema*” como alguns pescadores locais chamam. Assim, fora do período de defeso, os pescadores e pescadoras artesanais de Lagoa de Cima executam seu trabalho na pesca diariamente, sendo o domingo reservado para o descanso, exceto aqueles que possuem como segunda ocupação o trabalho no comércio (bares locais). No dia a dia do trabalho na pesca utilizam instrumentos ou como eles próprios chamam de “*petrechos*” ou “*apetrechos*” diversos e que variam de acordo com o tipo de pescaria ou a forma que mais gostam de pescar.

Os pescadores e pescadoras de Lagoa de Cima pescam com anzol, anzol de boia, fisga, linha, tralha, chumbo, tarrafa, rede de espera<sup>20</sup> e rede de arrasto e espinhel, utilizando como transporte o barco ou canoa com motor e remo. Nas pescarias específicas, como por exemplo na pescaria noturna, que consideram que se pesca os peixes maiores, utiliza-se a fisga, barco, remo, bateria e farol “*pra lumiar*”. De acordo com o pescador P2, nos tempos passados não utilizava a bateria e o farol, usava-se facho:

*“Naquela época era canudo de bambu e aqui você preparava uma trouxa de pano e colocava naquele espaço do canudo de bambu e metia óleo diesel ali dentro. Você tratava de facho. Botava fogo ali e saia com aquela tocha de fogo. Ai você tinha que ter visibilidade para você ver”* (Relato P2)

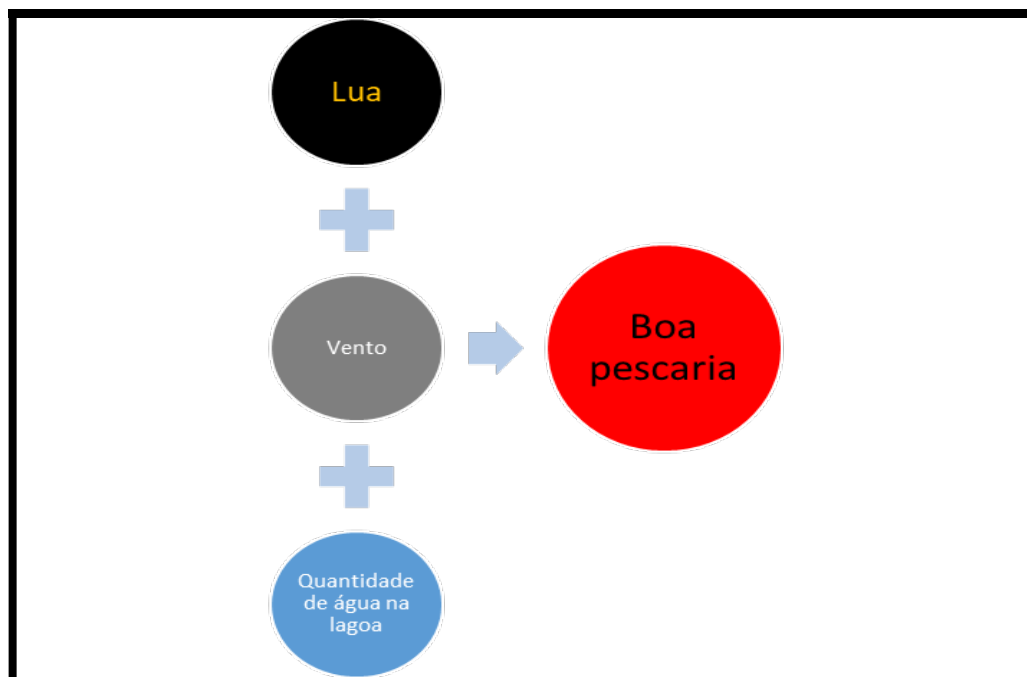
Nos demais tipos de pescaria, os instrumentos escolhidos são de acordo com os tipos de peixe que se quer capturar e o conhecimento específico para que a articulação entre os elementos da natureza contribua para a boa pescaria. O vento nordeste, lua para noites escuras, lua minguante, pouca chuva, e a autorização para a pescaria são de grande importância para a pesca na lagoa, segundo os relatos.

Na Figura 6 estão apresentadas as principais condições para uma boa pescaria na Lagoa de Cima de acordo com a percepção dos pescadores.

---

<sup>20</sup> Em relação a rede de espera Costa (2008, p.127) define que “a rede tem de estar estendida – como uma parede dentro d’água – em um local onde haja movimento de peixes. Assim, a rede permanece à espera e de acordo com a movimentação dos cardumes. Estes ficam, em algum momento, imprensados nela e desta forma são capturados.”. Enquanto a rede de lanço ou de arrasto é recolhida após ser colocada na água.





**Figura 6** – Principais condições para uma boa pescaria em Lagoa de Cima.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Verifica-se pela Figura 6, que o vento, a lua e a quantidade de água na lagoa são consideradas pelos pescadores, as principais condições para uma boa pescaria na lagoa. Com relação ao vento, os pescadores relataram que o vento de uma maneira geral atrapalha a pesca. O vento sul “levanta muito lixo da lagoa” e o vento nordeste, é o melhor para a pesca.

O conhecimento que os pescadores e pescadoras artesanais em Lagoa de Cima tem sobre os ventos, de acordo com Costa (2008), auxilia na organização da pesca e do posicionamento das redes pois a partir dessa identificação da direção do vento que está soprando que é definida a posição em que a boca do caracol (rede de espera) vai ser posicionada. Costa (2008) relata que a rede tem de estar estendida em um local onde haja uma movimentação de peixes e permanece à espera de acordo com a movimentação dos cardumes e desta forma são capturados. O domínio desta arte vem deste e de outros conhecimentos tradicionais que para além de poder obter uma boa pescaria, também podem planejar as pescarias futuras, a partir das dinâmicas naturais da Lagoa. Assim, Costa (2008) aponta que o pescador relaciona os seus saberes tradicionais sobre todo os eventos naturais e a probabilidade da ocorrência destes nos diferentes períodos do ano e pode planejar as pescarias mitigando seus possíveis prejuízos.

Com relação à lua, os relatos estão relacionados a luminosidade propiciada pelas diferentes fases da lua. A lua minguante aparece como a melhor para a pescaria. Os pescadores mencionam ainda, que para a pesca noturna, o ideal é que esteja escuro, ou como dizem “sem lua” (sem luminosidade). Contudo, os pescadores que pescam sairú e traíra com tarrafa, destacam que é preciso “ter lua” (com luminosidade). Nesse sentido, o pescador P4 relata:

*“Porque com a lua o peixe vê o anzol, o peixe vê a rede, porque o peixe é mais sabido que nós dois juntos. (Risadas) O peixe tá muito sabido! Ele vê o anzol, ele vê a rede, não vai no anzol nem vai na rede” (Relato P4).*

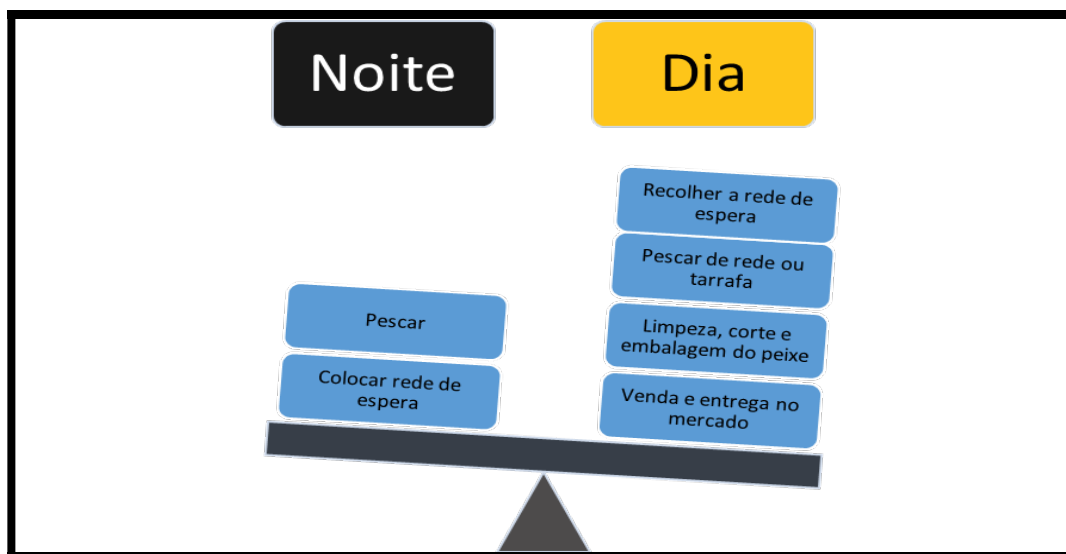
No artigo “A Lua cheia protagonizando as lendas e mitos Amazônicos”, Bruce e Torres (2018, p. 2) afirmam que “a Lua cheia é uma simbologia mítica transgressora que traz vida e fartura, mas também morte e destruição” e corroboram com os saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras em Lagoa de Cima, quando afirmam que com a luminosidade na água algumas espécies de peixe desaparecem, se escondem e por estes motivos fica difícil sua captura. Os pescadores da comunidade de São José em Parintins/Amazonas relatam, segundo Bruce e Torres (2018, p. 9), que “evitam pescar em noites de lua cheia e explicam que a luminosidade do astro faz com que os peixes desapareçam tornando a pescaria inútil”.

Para os pescadores de Lagoa de Cima, a melhor pescaria está relacionada com a quantidade de água na lagoa: sendo melhor com a “lagoa seca”, ou seja, em época de pouca chuva. A captura de peixe fica mais difícil com a lagoa cheia.

Os horários para a pesca dependem também do tipo de peixe que se deseja pescar. A rotina de trabalho é diferente entre eles e por vezes saem de “*manhazinha*”, tiram a rede de espera que foi colocada no final do dia anterior. Mas na maioria das vezes, saem de madrugada e retornam antes do horário do almoço para a limpeza<sup>21</sup> dos peixes e posteriormente a venda.

*“Acordo cedo, 4 horas é esse horário que acordo. Tem que correr a rede cedo, panhar a rede cedo, tirar os peixes, vim para casa limpar os peixes e sair para vender. Já fiz todo tipo de pesca na lagoa: de fisga, rede, tarrafa, mas pesco mais de rede”* (Relato P12).

As atividades relacionadas a rotina de trabalho dos pescadores de Lagoa de Cima estão representadas na Figura 7.



**Figura 7** - Representação da rotina de trabalho dos pescadores de Lagoa de Cima

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A qualidade da pescaria para os pescadores e pescadoras locais é determinada pela quantidade de peixes capturados em relação ao tempo de pesca. Contudo, verificou-se, que

<sup>21</sup> A limpeza dos peixes ocorre às margens da lagoa assim que acontece o desembarque. O grupo familiar se posiciona para a descamação e retirada das vísceras que são jogadas no espelho d'água no próprio local. Em descrição de Costa (2008, p. 82) aponta que “Conforme o volume da pescaria, a limpeza pode durar toda a tarde.” Por fim, o pescado vai ser armazenado no gelo ou no refrigerador até que o comprador venha retirá-lo que pode ser até no dia seguinte. Assim, acontece a limpeza e a comercialização do pescado na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima.



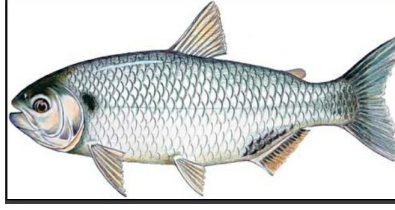
não há consenso sobre a quantidade: para P13 é mais de 10 Kg, para P7 mais de 60 Kg e para P5 “quando se pega algum peixe que dê para sobreviver”.

Os peixes capturados são diversos e a incidência de peixes exóticos (invasores), não nativos da lagoa, são identificados nos relatos dos pescadores. Os principais peixes nativos encontrados na lagoa são a Traíra, Crumatã ou Curumatã, Piabanha, Sairú, Jundiá, Piabinhas e Acará (Quadro 1). Os peixes exóticos (invasores) encontrados na lagoa são o Bagre Africano, Tilápia e Tucunaré. O Tucunaré da Amazônia e o Bagre Africano são relatados como predadores pelos pescadores artesanais de Lagoa de Cima..


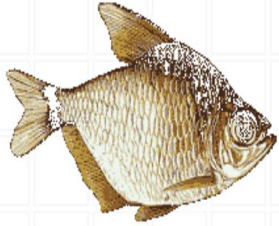




Em relato nas entrevistas com os pescadores e pescadoras em Lagoa de Cima depois da grande enchente no ano de 2018<sup>22</sup> surgiu o Tucunaré na pescaria na lagoa e hoje ele também é pescado.

No Quadro 1 estão apresentados os nomes científicos, nomes populares (como são comumente chamados pelos pescadores locais), tipos de instrumento para a captura e a imagem das espécies de peixes nativas e invasoras citadas pelos pescadores entrevistados.

**Quadro 1** – Tipos de pescado, nome científico, nome popular, apetrecho de captura e imagem

Nome Científico	Nome Popular	Nativa ou invasora/exótica	Apetrecho para captura <sup>a</sup>	Imagem
<i>Astyanax sp.</i>	Piabinhas (lambari)	Nativa	Tarrafa Anzol Barco Motor	
<i>Geophagus brasiliensis</i>	Acará	Nativa	Rede Tarrafa Anzol Barco Motor	
<i>Brycon insignis</i>	Piabanha	Nativa	Rede Fisga Farol Bateria Barco Motor Anzol	
<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra	Nativa	Anzol Tarrafa	

<sup>22</sup> “A Lagoa de Cima, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, transbordou após a chuva intensa que atingiu a cidade nos últimos dias. O transbordo da lagoa alagou estradas e imóveis da região.” Fonte: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/lagoa-de-cima-transborda-e-deixa-regiao-alagada-em-campos-no-rj.ghtml>. Acesso em 10 de maio de 2021.

			Rede Barco Motor Fisga Farol Bateria	
<i>Cyphocarax gilbert</i>	Sairu	Nativa	Rede Tarrafa Barco Motor	
<i>Prochilodus lineatus</i>	Crumatã ou Curumatã	Nativa	Rede Tarrafa Fisga Farol Bateria Anzol Motor Barco	
<i>Rhandia quelen</i>	Jundiá	Nativa	Rede Tarrafa Fisga Farol Bateria Barco Motor Anzol	
<i>Clarias gariepinus</i>	Bagre africano	Invasora	Rede Tarrafa Fisga Farol Bateria Barco Motor Anzol	
<i>Tilapia rendalli</i>	Tilápia	Invasora	Rede Tarrafa Fisga Farol Bateria Barco Motor Anzol	

<i>Cichla ocellaris</i>	Tucunaré	Invasora	Rede Tarrafa Fisga Farol Bateria Barco Motor Anzol	
-------------------------	----------	----------	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2021) a partir de Rezende *et al* (2006) e Costa (2008).

Os pescadores entrevistados afirmam que a quantidade de peixe na Lagoa de Cima está diminuindo e, não sabem se é por causa da presença dos peixes exóticos ou em função da pescaria de forma indevida ou outros fatores. Os entrevistados ressaltaram ainda, que o bagre africano não tem boa aceitação para a comercialização, enquanto o tucunaré é um peixe mais aceito e com o preço mais elevado.

#### 4.1.2 Sobre as educadoras da escola local

Na escola Municipal Ponta da Palha as educadoras do ensino fundamental são do sexo feminino. Três educadoras foram entrevistadas verificou-se que duas delas são moradoras da área urbana de Campos dos Goytacazes e uma é moradora na localidade de Lagoa de Cima onde a escola está localizada.

Conhecer a realidade da comunidade e interagir com os moradores locais podem levar as educadoras da escola local a utilizarem de acordo com Brandão (1984, p.8):

O saber da comunidade, aquilo que todos conhecem de algum modo; o saber próprio dos homens e das mulheres, de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos; o saber de guerreiros e esposas; o saber que faz o artesão, o sacerdote, o feiticeiro, o navegador e outros tantos especialistas, envolve, portanto, situações pedagógicas interpessoais, familiares e comunitárias, onde ainda não surgiram técnicas pedagógicas escolares, acompanhadas de seus profissionais de aplicação exclusiva.

Em relação ao tempo de experiência das professoras na Escola constatou-se que uma professora atua há 12 anos na escola, outra há quatro anos e a mais recente atua há dois anos na escola. Esse tempo de atuação como docente na escola reflete no conhecimento da comunidade local e em como os saberes locais podem ser valorizados e contribuir no processo de aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE as escolas rurais podem requerer um tratamento diferenciado para sua atuação e prevê, ainda, em seus objetivos e metas, formas de organização flexíveis para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, em forma de formação continuada considerando as especificidades do alunado e as particularidades do meio (BRASIL, 2001).

A Escola fica localizada em frente à Lagoa com um espaço desocupado e um ponto de ônibus como destacado na Figura 1. A pintura no ponto de ônibus com a escrita “Praça da Escola” foi feita pelos próprios estudantes. Este espaço pode ser um espaço de integração entre a escola e a comunidade podendo ali fazer encontros que promovam esta integração.





**Figura 8** - Área em frente à Escola Municipal Ponta da Palha com uma marquise de parada de ônibus

Fonte: Acervo pessoal da autora, (2021).

Desta forma, em uma escola localizada em zona rural, pensar em uma educação que seja no e do campo é pensar em estudar em uma escola e ser educado no lugar onde se vive, com seus saberes tradicionais e principalmente ter uma escola que vem representar uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referência as diferentes experiências dos seus sujeitos e valorizando o local em que a escola está inserida.

As professoras da escola em Lagoa de Cima atuam no ensino fundamental e foi verificado que uma atua no quinto ano, a outra atua no segundo ano e terceiro ano e outra ocupa o cargo de Diretora Geral da Escola, porém na falta de uma professora ela leciona para todas as séries. Neste período de pandemia, as aulas estão sendo ministradas de forma virtual e o relato da professora E1 considera que para melhor desenvolvimento na aprendizagem dos estudantes ela explica o conteúdo, passa os exercícios e deixa eles fazerem sozinho. Posteriormente ela volta aos exercícios e corrige com os estudantes tirando dúvidas que porventura surgirem. As atividades remotas acontecem pela plataforma google meet.

Ao pesquisar sobre a existência de algum familiar das professoras serem da comunidade de pesca ou possuírem algum vínculo com a pesca uma professora afirmou que não, a outra informou que apenas a família do marido e a outra respondeu que é de família de pescadores, pai e mãe são trabalhadores da pesca. E todas as professoras afirmaram que os estudantes da Escola possuem algum grau de parentesco com alguém da comunidade da pesca como pais, mães, irmãos e irmãs, tios e tias, avó e avôs e primos e primas.

Quando se pauta na perspectiva da negação dos saberes locais e da experiência dos professores das áreas rurais em detrimentos a outros saberes considerados superiores, segundo Arroyo (2007) sobre haver um desconhecimento do perfil do educador do campo e como é o desenvolvimento da sua atividade e como foi sua formação. Desta forma podemos considerar uma forma mais ampla de conceituar o termo educador(a) como aquele ou aquela que faça e

pense a educação humana na escola, na família, na comunidade, no movimento social, na educação de crianças, de jovens ou de idosos de acordo com Arroyo (2007).

Verificou-se que todas as professoras conhecem algum pescador ou pescadora artesanal da comunidade, inclusive uma professora (E3) é de família da pesca com pai e mãe pescadores. Porém, apenas uma professora (E1) não acompanhou pescador ou pescadora artesanal na atividade da pesca apesar de já trabalhar há quatro anos na escola. No entanto, todas as professoras afirmaram já terem visto algum pescador ou pescadora artesanal desenvolverem seus apetrechos da pesca em algum momento, praticando seus saberes tradicionais de ofício para a atividade da pesca em Lagoa de Cima.

As atividades de pescaria na Lagoa de Cima são realizadas em toda a lagoa e também em frente da Escola como mostra a Figura 2 e 3. A partir do exposto é possível trabalhar com os saberes tradicionais com os estudantes partindo da própria vivência do cotidiano da atividade de pesca no entorno da Escola.



**Figura 9** – Pescadores em atividade de pescaria com barco próximo a escola local

Fonte: Acervo pessoal da autora (2021)





**Figura 10** – Rede de espera para pescaria secando em local próximo a escola  
Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

Em função disto foi observado que as práticas educativas na escola local apresentam um conjunto de experiências que se demonstram tímidas ou nulas no tocante da identidade desta escola em relação a comunidade em que está inserida, mantendo a educação aplicada em área urbana, porém, sendo a escola detentora de uma função peculiar que é a formação de sujeitos sociais podemos ainda pensar que a escola, de certa forma, continua cumprido a sua função reprodutora do sistema capitalista dando continuidade à exclusão social conforme análise de Arroyo (2007):

A palavra adaptação, utilizada repetidas vezes nas políticas e nos ordenamentos legais, reflete que o campo é lembrado como o outro lugar, que são lembrados os povos do campo como os outros cidadãos, e que é lembrada a escola e os seus educadores(as) como a outra e os outros. A recomendação mais destacada é: não esquecer os outros, adaptando às condições do campo a educação escolar, os currículos e a formação dos profissionais pensados no paradigma urbano (ARROYO, 2007, p.158-159).

A reflexão a partir da proposta de Arroyo (2007) é que se pense em uma escola com compromisso de formador sujeitos, articulada a um projeto de respeito as diferenças e a diversidade humana e situá-la numa proposta conquista de direitos e acima de tudo de respeito à história local, às origens de cada sujeito. Desta forma não é possível compactuar com uma educação planejada na cidade para a cidade para ser executada no campo, sem nenhum vínculo com este espaço e com comunidade que está presente nele. As professoras da escola



em Lagoa de Cima têm trabalhado com as crianças buscando alguma forma de incluir a lagoa em sua prática na sala de aula apesar de pouco estarem integradas a comunidade. Porém, a partir de uma educação continuada ou da compreensão de que a escola pode ser um espaço da comunidade e para a comunidade propondo a construção de um planejamento participativo onde inclua a realidade local talvez o vínculo da escola com a comunidade e a participação da comunidade com a escola aconteça. Verificou-se que apenas a diretora da escola conhece os saberes tradicionais dos pescadores artesanais de Lagoa de Cima, por ser moradora local e filha de pescadores, de maneira que a prática da pesca fez parte do seu cotidiano:

*“Sim, a vida inteira. Já levanta da cama de olho na Lagoa. Aí começa a pegar a rede no barco, ajudar a lavar, fazer a boia que é confeccionada manualmente. Os pais fazem a canoa e as crianças ajudam a lixar, a pintar”* (Relato E3).

A atividade docente na maioria das vezes é realizada a partir do conhecimento científico e da experiência social adquirida e com a falta de uma vivência local o profissional da educação deixa de pensar a forma de agir e relacionar a cultura e saberes da localidade que leciona como prática de ensino. Conhecer e praticar uma educação que de acordo com Freire (2007) parte do conhecimento que se tem de mundo e da própria cultura integrando estes conhecimentos com conhecimentos científicos podendo permitir a todos os sujeitos uma visão mais ampliada e crítica da realidade.

As demais profissionais da educação, são moradoras da área urbana de Campos dos Goytacazes e demonstraram desconhecimento dos saberes dos pescadores e pescadoras da comunidade local.

*“Não conhece (os alunos já contaram, mas o pescador não)”* (Relato E1).

*“Saber tradicional seria o que? A técnica mais antiga? O jeito de pescar eles batem no barco para a vibração chamar o peixe”* (Relato E2).

Constatou-se que não há envolvimento e tampouco participação dos profissionais da educação no cotidiano da comunidade local. Essa falta de interesse sobre a arte da pesca pode comprometer o processo de valorização dos saberes locais.

Os profissionais da escola podem basear a construção do conhecimento dos estudantes a partir da própria história local e as dinâmicas dos saberes tradicionais.

Segundo Duarte (2010), que o grande diferencial de uma escola localizada em uma área de pesca consiste em um currículo diferenciado. A diversidade do conhecimento que os povos tradicionais carregam visam buscar uma junção entre o sistema de ensino promovendo o conhecimento valorizando o saber tradicional na instituição de educação formal com alunos do ensino fundamental. Esse encontro de conhecimentos pode ocorrer na escola ou fora dela por meio de projetos, visitas, entrevistas, tendo como conhecedores não somente os professores, mas também pessoas que detêm o saber tradicional que podem ser os próprios pais dos alunos segundo Duarte (2010) “A formação de alunos e professores deve estar voltada para a vida comunitária, jamais ignorando as relações entre sociedade e Educação, entre esta e o poder ideológico e político da Educação” (DUARTE, 2010, p.92).

Além das professoras não serem da comunidade de Lagoa de Cima e de não conhecerem os saberes locais, estas também afirmaram que nunca receberam ou participaram de nenhum tipo de curso, treinamento, oficina, palestra sobre a atividade de pesca na Lagoa de Cima, promovidos pela Secretaria de educação do município.

Desta forma fica evidenciado, a inexistência de uma política pública municipal voltada para a formação de professores que atuam na educação do campo.

O Plano Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes - PMECCG 2015-2025 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015) prevê que suas diretrizes e metas estarão alinhadas ao Plano Nacional de Educação resguardando as características em todos os níveis e modalidades de ensino inclusive a Educação do Campo.

No PMECCG prevê as garantias da formação continuada dos profissionais da educação que em sua Meta 2 está previsto a universalização do ensino fundamental no município e para isso é necessário também como consta como estratégia no item 2.5 define a criação de “programas de formação continuada para os profissionais da educação, a fim de fortalecer as práticas pedagógicas nas unidades escolares” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015, p.2).

Desta forma pode-se observar que o que está definido por lei, de acordo com o Plano Municipal de Educação no município de Campos dos Goytacazes não está sendo cumprido na comunidade de Lagoa de Cima e desta forma as profissionais da educação trabalham em desacordo com as diretrizes da Educação do Campo.

Essa falta de educação continuada dos profissionais comprometem a elaboração de um currículo diferenciado e próprio para as comunidades de pescadores de Lagoa de Cima. Ressalta-se, que uma das educadoras entrevistadas, já trabalha na escola local há 11 anos e nesse período não houve proposta vinda da Secretaria de Educação para capacitação dos professores sobre os saberes tradicionais locais

De acordo com Arroyo (2007), as dificuldades de formulação de políticas educativas e públicas para o campo vem de uma educação pensada para as cidades e para os cidadãos urbanos. E com essa visão que se tem da cidade se compreende que o campo é um lugar que se vive o atraso e se comporta como o quintal da cidade e, portanto, os serviços públicos que são prestados são adaptados e de certa forma precarizados e na educação não é diferente.

“Torna-se urgente rever e ultrapassar políticas generalistas que se revelaram excludentes, negando a educação básica às crianças e aos adolescentes, jovens e adultos do campo” (ARROYO, 2007, p.162).

O Plano Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes em sua Meta 7 prevê “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015, p.6) e como estratégia de ação, no item 7.23 propõe:

Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas, pesqueiras, ribeirinhas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência (DOCG, 2015, p.6).

Ofertar uma escola do campo e no campo visa estabelecer, segundo Arroyo (2007, p.163), “espaços e símbolos de identidade e cultura”, podendo iniciar um ponto de partida para as políticas públicas permanentes de formação de educadores. Quanto à formação de professores das Escolas do Campo, é preciso aprofundar a compreensão sobre os conhecimentos que compõem a profissionalização dos mesmos bem como sobre a origem deles e as formas como os professores os apreendem, também enfatizando a especificidade do trabalho que irão realizar nessas escolas.

No Plano Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes (2015 - 2025), umas das estratégias prevê a formação continuada para os profissionais da educação visando o fortalecimento de sua prática nas unidades escolares. Nesse sentido, para uma educação

pautada nos saberes dos povos tradicionais, se faz necessário que os profissionais da educação tenham uma formação continuada. De acordo com Caldart (1997), só assim será possível que os educadores dialoguem com os sujeitos sociais que estão na zona rural, podendo propor debates sobre o planejamento para a implementação dos currículos diferenciados que possa refletir um projeto pedagógico voltada para os moradores do campo.

Uma das lições da nossa prática é a de que a transformação da escola não acontece sem a constituição de coletivos de educadores. Um educador ou educadora que trabalhe sozinho/a, jamais conseguirá realizar esta proposta de educação, até porque isso seria incoerente com o processo coletivo que a vem formulando. São precisos coletivos para pensar a continuidade da luta por escolas em condições adequadas (CALDART, 1997, p. 51).

Com relação a utilização em aulas de materiais didáticos sobre pesca ou pescaria local, verificou-se que não há materiais didáticos para desenvolver um trabalho pedagógico adequado as particularidades e contexto da educação do campo, conforme relatos abaixo:

*“Vindo da Secretaria da Educação, não. Desenvolvo um projeto com alunos para determinar os tipos de peixes da lagoa”* (Relato E1).

*“Por algum momento do ano fazemos o planejamento. Pedimos que os alunos conversem com os mais velhos e as crianças trazem essas histórias e fazemos uma roda de conversa embaixo da árvore na beira da Lagoa contando as histórias sobre a Lagoa”* (Relato E2).

*“Há sempre um trabalho sobre meio ambiente, profissão da família. Teve um projeto que levamos para uma feira sobre a pesca, da cultura da pesca, do pescador artesanal. Sempre reforçamos com os alunos a importância de morar aqui e a valorizar”* (Relato E3).

Pelos relatos, fica evidente a inexistência da produção de materiais didáticos específicos para atendimento da comunidade pesqueira de Lagoa de Cima, por parte da Secretaria de Educação Municipal. Embora o mesmo esteja previsto na estratégia 5.8 do Plano Municipal de Educação 2015-2025:

Promover a alfabetização de crianças do campo, pesqueiras, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural das comunidades (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015, p.5).

Contudo, todas as educadoras relataram realizar algum tipo de atividade sobre pesca com os alunos, sendo projetos sobre peixes, rodas de conversas de histórias da comunidade ou meio ambiente. Constata-se que as ações são atividades pontuais com temáticas relacionadas a área de formação das professoras (Biologia, Literatura.).

#### **4.2. A relação da escola local e a comunidade de pesca**

A Escola Municipal Ponta da Palha está localizada na área rural do município de Campos dos Goytacazes e em função disso deveria receber uma atenção do poder público com políticas pedagógicas para um currículo diferenciado e referenciado na realidade local.

#### 4.2.1 A difusão dos saberes da pesca na metodologia aplicada pelas professoras

Com relação a contribuição do saber tradicional dos pescadores artesanais para o aprendizado do aluno, todas as educadoras afirmaram acreditar nessa relação saber tradicional-pescador/aprendizado-aluno, conforme apresentado nos relatos abaixo:

*“Pode sim. Porque podemos manter a cultura da pesca, a valorização do trabalho da pesca” (Relato E1).*

*“Sim. Eles gostam de contar as histórias e gostam de ouvir das pessoas antigas da família e gostam compartilhar conosco. Inclusive eles dizem que estão aprendendo a fazer a tarrafa, a rede, a boia, história de anzol que prendeu no dedo. Acho que os mais velhos ainda tentam passar um pouco para eles esses conhecimentos” (Relato E2).*

*“Contribui sim. Mas tudo depende do valor. As crianças sabem da importância, mas são desestimulados pelo reconhecimento financeiro” (Relato E3).*

Contudo, pelos relatos verifica-se que as educadoras relacionam essa contribuição do saber tradicional-pescador/ aprendizado-aluno ao processo de educação não formal.

Segundo Gohn (1999, p.98), educação não formal é uma “forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações”.

Não se verifica nos relatos das educadoras da Escola Municipal Ponta de Palha, o lugar do saber tradicional na escola. Na educação formal todos os modelos de pensar e produzir conhecimento podem e devem ser utilizados. A abordagem dos saberes da tradição em sala de aula, além de identificar, promover e valorizar conhecimentos das variadas culturas envolvidas no processo educativo, resgata a importância de saberes que muitas vezes são eles que dão suporte para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Contudo, conforme bem abordado por Gadotti (1992, p. 70) é preciso saber e entender que,

Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar, e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam. O processo de ensino-aprendizagem é mais eficaz quando o educando participa, ele mesmo, da construção do ‘seu’ conhecimento e não apenas “aprendendo” o conhecimento. (GADOTTI (1992, p. 70)

É necessário que os professores contextualizem suas disciplinas com o dia a dia da comunidade e problematizem as questões enfrentadas pelos pescadores e pescadoras artesanais, que são os pais e mães e familiares dos estudantes. Assim, os relatos abaixo demonstram a necessidade de um conhecimento e aprofundamento das questões locais para que possam refletir criticamente sobre a atuação da escola no contexto da comunidade.

*“Só o projeto para determinar os tipos de peixe que a lagoa tem.” (Relato E1).*

*“Só consigo trabalhar a parte teórica e eles contam a parte prática. Montamos textos em cima do que eles contam. Na área de literatura”* (Relato E2).

*“Na matemática para saber pesar o peixe, fazer o cálculo de quanto vai cobrar, o valor comercial. É o que está no dia a dia para aumentar o interesse. Por mais que eles não queiram pegar isso como profissão. Porque ao mesmo tempo que é muito bonito é uma profissão muito sofrida.”* (Relato E3).

Observou-se o esforço das profissionais da educação em manter alguma relação com o território em que a escola está inserida, porém o trabalho é feito de forma pontual e descontextualizado das bases da educação do campo, que buscam a valorização dos saberes, da cultura e das experiências/vivências locais dos sujeitos.

Cabe à educação do campo, o papel também de fomentar as reflexões sobre as produções dos saberes locais que possam contribuir para a difusão desses saberes contribuindo para a desconstrução sobre a ideia de que o campo é pouco desenvolvido, servindo apenas para abastecer a cidade com os alimentos que produzem. Desta forma Caldart (2003, p. 66) afirma que:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

Assim, a escola que é constituída com uma política pedagógica por meio dos sujeitos do campo consegue estabelecer o jeito do campo incorporando as formas, as especificidades regionais, históricas e as demandas desta realidade que se apresenta nas formas de organização e do trabalho destes sujeitos (CALDART, 2003).

Na concepção das professoras, o trabalho desenvolvido supre a necessidade de articulação da escola com a comunidade. Porém, a escola precisa reavaliar seu papel, buscando reformular suas ações diante da comunidade e definindo suas prioridades diante do contexto em que está inserida. Buscar o compromisso com os estudantes, despertando nesses “o direito de saber melhor o que já sabem, ao lado de outro direito, o de participar, de algum modo, da produção do saber ainda não existente” (FREIRE, 2006, p.111).

No que se refere a especificidade do material didático da Educação do Campo, há apontamento da necessidade de se aprofundar nas complexidades sobre suas formulações. Vianna (2018) aponta que as práticas que circulam em torno do desenvolvimento desse material nem sempre são compatíveis com os objetivos e metas que orientam a concepção de Educação do Campo. Em sua concepção esta última deve ser, de certa forma, organizada de maneira multidisciplinar tendo os currículos diferenciados; parte do foco deve ser em usar o material como instrumento de fortalecimento das identidades locais e globais criando situações que promovam compreensão de seus significados.

Segundo Freire (2006) produção do conhecimento não vem de um ato de doação da parte do educador para o educando, mas, por meio de uma interação e construção coletiva baseada na relação dialógica, reflexiva, crítica, libertadora.

A escola local pode se colocar como espaço de difusão e valorização dos saberes tradicionais dos pescadores. Contudo, a ação desenvolvida por ela em Lagoa de Cima, vem sendo feita de forma pontual e não direcionada a retratar o cotidiano da comunidade de pesca conforme relatos E1 e E3.

*“Sim, pode. Através de palestras com as famílias dos pescadores, levando pessoal competente e qualificado com novas metodologias e também aprendendo com eles” (Relato E1).*

*“Nesse período de pandemia a lagoa está sendo muito procurada e as pessoas sujam as margens, andam de jet-ski, rasgam as redes dos pescadores, eles batem nos barcos, eles destroem os barcos. Está faltando uma consciência que poderia ser trabalhada na nossa escola, mas nas escolas urbanas também. Por que quem vai para lá não está valorizando o que tem lá. Eles chegam e acham que são dono, colocam fogo nas árvores para fazer churrasco e sujam tudo. Acho que a secretaria poderia uma vez no ano conscientizando trabalhando desde a fonte que abastece a lagoa. Nós fazemos por nossa conta. Acho que ouvir relatos de moradores mais antigos que gostam de contar e gostam de contribuir para a escola e a escola pode divulgar e ajudar a valorizar os saberes tradicionais dos pescadores e preservar a lagoa” (Relato E2).*

*“Penso que registrar em um livro para as escolas do município. Não só as escolas públicas. Mas mostrar a cultura que temos e os conhecimentos dos pescadores da Lagoa” (Relato E3).*

De acordo com o relato da entrevistada E1, fica evidenciada a exclusão da escola do processo de difusão e valorização dos saberes tradicionais da comunidade pesqueira local atribuindo apenas o saber científico como aquele que deve ser valorizado com “pessoal competente e qualificado” buscando apresentar “novas metodologias” para o processo de aprendizagem, negando dessa forma, o saber tradicional que os pescadores e pescadoras possuem fazendo com que eles participem como agentes passivos no processo de ensino e de aprendizagem. O papel das comunidades tradicionais na escola deve ser o de agente ativo contribuindo para a valorização destes espaços de conhecimento incorporando os saberes tradicionais.

A partir do relato da educadora E3:

*“Acho que a secretaria poderia **uma vez no ano** conscientizando trabalhando desde a fonte que abastece a lagoa”*

O cotidiano escolar precisa ser percebido a partir das necessidades sociais de todos, inclusive a análise do lugar ocupado pela escola na vida dos alunos e formação profissional de professores (CAMPOS; ANDREOLI, 2015).

No contexto desta pesquisa foram apresentadas as professoras da escola local algumas imagens (Figuras 10-15) dos pescadores e pescadoras artesanais de Lagoa de Cima com suas práticas a partir dos saberes tradicionais para que pudesse identificar de alguma forma as percepções em relação a adequação do uso desses saberes em suas aulas com os alunos. Neste momento se buscou junto as professoras uma reflexão sobre os saberes da comunidade local contribuindo com o processo de ensino e de aprendizagem.

A Figura 11 apresenta barcos ou canoa tradicionais em Lagoa de Cima e a Figura 12, uma maquete de barco ou canoa produzida pelo pescador.



**Figura 11** - Canoa ou barco tradicional com remo e motor utilizado para a pesca na Lagoa



**Figura 12** - Pescador com uma maquete de uma canoa feita por ele, respeitando a proporção do tamanho da canoa original e utilizando a mesma madeira



Na Figura 11, a Canoa é feita com madeira da árvore chamada oiticica (*Clarisia racemosa*), que no entendimento dos pescadores é própria para trabalhar dentro d'água, pois não encharca. Podem ser usadas outras madeiras como o Vinhático (*Plathymenia reticulata*), porém, em virtude do seu alto valor, escassez e vigilância das autoridades sobre o corte de árvores não tem sido mais utilizada. A canoa possui seis metros de comprimento com capacidade para três tripulantes. A pintura é feita com tinta própria para conservar a embarcação que tem uma durabilidade média de 20 anos. O remo é feito da mesma madeira e flutua para caso cair na água o pescador não o perder.

A Figura 13 apresenta a zagaia ou fisga, um instrumento ou apetrecho de pesca e a Figura 14 apresenta uma canoa com pescado proveniente da pesca noturna.



**Figura 13** – O petrecho de pesca zagaia ou fisga





**Figura 14** – Canoa cheia de peixe após pesca noturna

A zagaia ou fisga apresentada na figura 13, é usada para a pescaria noturna para a captura de pescados maiores. Feita de ferro e com cabo de madeira. Cada pescador constrói este apetrecho de acordo com um tamanho e peso individual para conseguirem manusear com mais facilidade

A Figura 15 apresenta uma canoa com pescado da pescaria durante o dia e a Figura 16 apresenta o petrecho vara de pesca ou caniço.



**Figura 15** - Pescadores recolhendo a rede que é confeccionada com nylon, boia, chumbada, corda e com uma canoa na captura de tilápias



**Figura 16** - Caniço ou vara confeccionada com bambu que é retirado na própria comunidade, linha de nylon e anzol utilizado na pescaria de piabas por crianças

A partir das imagens apresentadas nas Figuras 11-16, as professoras da escola local relataram como que poderiam incluir as práticas da pesca artesanal tradicional em suas aulas.

As educadoras por meio dos relatos E1, E2 e E3 levantaram a questão em relação ao uso do material de ofício dos pescadores e pescadoras locais associado ao ambiente, artesanato e literatura, porém, necessita ser aplicada nos moldes da realidade social atribuindo sentido na construção participativa do currículo escolar em uma relação dialógica e no exercício contínuo da inquietude para o fortalecimento da aprendizagem.

*“Os alunos conhecem esses instrumentos eu levaria para trabalhar no artesanato, na pesquisa da lagoa, em história e convidar o pescador para contar as histórias da Lagoa, em Literatura, em Português na produção textual, Ciências”* (Relato E1).

*“Sim, pode ser um conteúdo de ciências humanas com a parte tradicional, trabalhar maquete fazendo de papelão, trabalhando medidas, Falar sobre o peixe que não é nativo na Lagoa”* (Relato E2).

*“Pode dar aula sobre cor, quantidade, medida, largura e comprimento, matemática, pode trabalhar artesanato. Pesquisar tipo de madeira apropriada para fazer a canoa. Pode usar na matemática também sobre o peso do peixe a malha da rede pode ensinar matemática e a forma de preservar porque cada malha é para pegar um tipo de peixe”* (Relato E3).

O conceito de Paulo Freire (1967) sobre o estudo da realidade seria um provocador de um processo de currículo diferenciado que pode ser contextualizado na forma de vida daqueles sujeitos naquela localidade, embebidos na cultura local, nos conhecimentos tradicionais das famílias que ali residem, dos sujeitos que ali moram, nas situações que eles vivem como um processo investigativo da realidade local pelos professores e alunos realizando um processo de produção de textos e produções de narrativas sobre o que é aquela realidade.

Pela proposta apresentada pelas educadoras para o trabalho em algumas disciplinas, em que as práticas tradicionais poderiam ser ensinadas, fica evidenciado que a relação existente entre as educadoras e a realidade local, se apresentam como “retalhos da realidade, desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação”, como aborda Freire (1987, p.57). Freire (1987) propõe que a reflexão sobre a relação do professor com a comunidade em que a escola está inserida deve partir do reconhecimento e dos ensejos sociais, demandas culturais e econômicas dos estudantes e sua família, assim como toda comunidade em seu entorno.

Se faz necessário que o profissional da educação reconheça a realidade a que pertencem os estudantes de escolas que não se localizam nas áreas urbanas, a fim de permitir que as discussões sobre a educação do campo não sejam silenciadas e, ao mesmo tempo, a educação do povo do campo não seja negada.

Sob essa perspectiva, Arroyo (2012) enfatiza que esses sujeitos (o povo do campo) são outros – diferentes daqueles residentes em áreas urbanas -, fazendo com que venham trazer outros tipos de conhecimentos e, portanto, se faz necessária a proposição de outras formas de produção de conhecimentos.

Esses novos conhecimentos podem ser construídos a partir da captação das histórias narradas locais (especialmente aquelas reproduzidas pelos habitantes mais velhos) e junto disso pode-se elaborar nesse processo, formas de exaltar a importância dessas histórias e propor maneiras de continuar a difundi-las, fazendo com que os habitantes venham a se organizar e se reconhecerem enquanto sujeitos políticos, além de tomarem conhecimento dos

direitos que lhes são garantidos (ARROYO, 2012). O saber deve começar por onde as pessoas estão, tendo em vista que na perspectiva por ele tratada, portanto, para Freire (2006), o conhecimento não é para ser transferido, mas compreendido, recriado, reinventado, uma vez que a educação é feita por gente, com gente e para gente

Da mesma forma, Caldart coloca que:

Trata-se, afinal, de recolocar para discussão da pedagogia a concepção da práxis como princípio educativo, no sentido de constituidora fundamental do ser humano (Marx). E esta retomada vem exatamente da exigência do pensar a especificidade: considerar a realidade do campo na construção de políticas públicas e de pedagogia significa considerar os sujeitos da educação e considerar a prática social que forma estes sujeitos como seres humanos e como sujeitos coletivos. E não pretender que a educação/a pedagogia valha e se explique por e em si mesma (CALDART, 2009, p. 42).

O que se tem observado na Escola Ponta da Palha na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima, em relação as políticas educativas pensadas para as diversidades dos sujeitos, é uma descontinuidade e descumprimento das orientações e diretrizes educacionais que visam manter as mesmas estruturas sociais de exclusão e apagamento dos saberes tradicionais.

#### **4.2.2 A forma como os pescadores transmitem seu conhecimento**

Ao se adaptar à natureza que compõe a APA de Lagoa de Cima, os pescadores e pescadoras possuem um modo de vida próprio que são mantidos quase em sua totalidade até os dias atuais.

A família dos pescadores e pescadoras artesanais constitui-se em um ambiente de interações entre gerações para as transmissões dos saberes, valores e o fazer-se pescador. Esses saberes são transmitidos dos mais velhos para os mais novos que escutam e praticam a atividade no cotidiano da pesca.

Quando os pescadores e pescadoras relatam sobre sua prática profissional e a qualidade do pescado da Lagoa, percebe-se o orgulho que o trabalho proporciona como relata E13:

*“É a “pacha<sup>23</sup>” da gente. Tentei outras coisas para trabalhar, mas gosto é da pesca. Pesca é minha paixão. Gosto de pescar e de vender o peixe”.*

Assim, mesmo que nem todos os moradores na comunidade de São Benedito trabalhem na atividade da pesca, a maioria deles tem algum vínculo com a cadeia produtiva da pesca.

Os relatos demonstram que os aprendizados do ofício de pescador se deram por meio de pais, mães, avós e avôs, tio, marido, irmão e irmã, padrinho e algum colega. E da mesma forma, ensinam o que sabem para filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, amigos e filhos de amigos e aqueles que estão próximos e querem aprender como relatou P2:

*“para aprender tem que estar perto e também observar. Acompanhando e te observando, interagindo”.*

---

<sup>23</sup> Gíria utilizada pelo pescador para dizer sobre o que foi atribuído ao gosto dele. Como se a profissão de pescador fosse seu destino porque ele gosta de pescar.

A responsabilidade em assumir a atividade pesqueira na família é dada à medida que os jovens atingem a idade entre 15-16 anos e após acompanharem os pais por um longo tempo nas pescarias, conforme relato de P3:

*“Ah quando chega a idade deles de 15, 16 anos a gente fala assim ó: daqui pra frente você toma conta do material, da rede, do barco, do motor. Foi o que eu fiz com eles. Daí pra lá eles aprenderam a ficar igualzinho a peixe dentro d’água”.*

Desta forma, fica evidente que os saberes de ofício são rituais aprendidos e ensinados geralmente entre gerações familiares e amigos. A elaboração dessas experiências, por meio dos ensinamentos, práticas e histórias são saberes entendidos num sentido amplo que abarca os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes profissionais. Esses saberes possuem característica marcante por serem um tipo de conhecimento concebido a partir do trabalho, isto é, um saber-fazer durante as atividades na pesca. Em relação à transmissão dos saberes de ofício, é necessário destacar que esta ocorre principalmente através dos exemplos práticos que é o aprender por meio do fazer, observando e sendo observado quando faz.

Os saberes tradicionais de ofício também são parte do processo de afirmação das identidades dos povos tradicionais e deve estar na proposta educacional da escola, pensar a educação de modo mais amplo, como afirma Arroyo sobre o “foco de nosso olhar não pode ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, a titulação dos professores” (ARROYO, 2011, p. 70). Desta forma, o olhar de quem pensa e faz educação pensando na diversidade deve ser direcionado ao diálogo comunitário na redefinição da educação escolar, organização social e sua *práxis* necessária.

Dos pescadores e pescadoras entrevistados, doze relataram que fazem e/ou consertam e remendam seus próprios materiais de pesca. Três entrevistados relataram que fazem os barcos e apenas um P10 relatou que não faz porque:

*“Não quis nem aprender. Quando chego da pesca tenho todo o trabalho da casa pra fazer. Então não quis aprender”.*

Em relação ao local específico para a atividade da pesca muitos relataram que foi aprendido no dia a dia, olhando os mais velhos, observando a lagoa, a lua, procurando os cantos e como relatou P12:

*“Procura um lugarzinho. Tem uns cantinhos que são bons e esses cantinhos são segredos que não pode contar a ninguém. (Risos)”.*

Todos os entrevistados relataram que nenhum dos saberes de ofício relacionados a atividade pesqueira foram aprendidos na escola local:

*“Não, em momento nenhum! Foi de geração para geração. De pai para filho. Aprendi com meu pai e minha mãe”(Relato de P7).*

O desejo de que os saberes de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais em Lagoa de Cima fossem ensinados na escola local, ficou evidente em todos os relatos dos pescadores, e a principal motivação foi para a valorização do trabalho da pesca.

Um relato chamou a atenção por divergir dos outros em relação ao trabalho realizado pela escola. P3 relatou:

*“Não tem como porque a escola ali não ensina nada. A escola tinha que ensinar tudo”.*

E ao serem questionados sobre quem poderia ensinar sobre a atividade de ofício da pesca na escola houve aqueles que sugeriram que as professoras poderiam aprender e ensinar e outros afirmavam que o próprio pescador ou pescadora poderia ir à escola ensinar os saberes tradicionais da pesca, como relatou P9:

*“Aqui as crianças aprendem com as famílias, mas se a escola ensina pode incentivar as crianças a gostarem do trabalho. Os próprios pescadores e pescadoras poderiam ensinar o dia a dia as professoras.”.*

Quando se fala em uma educação que pode ser diferenciada nos seus processos de ensino e de aprendizagem em comunidades tradicionais, ela pode ser praticada de forma própria, a partir da cultura, dos seus saberes incorporando os conhecimentos diversos valorizando os saberes locais e desta forma, difundindo-os. A educação para povos tradicionais deve reconhecer que os saberes e conhecimentos tradicionais são diversos podendo ser aplicado pela educação formal, pois desta forma a educação não será negada a estes povos.

Diante do exposto, percebe-se a importância da educação formal em comunidades tradicionais, e de acordo com Arroyo (2004, p. 82-83) “[...] teremos que responder a questões concretas e incorporar no currículo do campo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, os saberes que preparam para a emancipação, para a justiça, os saberes que preparam para a realização plena do ser humano.” E ainda pensar o ser humano com sua diversidade e saberes. A partir deste entendimento é considerado que o debate sobre a educação para os povos tradicionais deve ser posterior ao debate sobre os povos tradicionais, para que se possa preservar a indissociabilidade dos saberes.

De acordo com Caldart (2008, p. 79):

As lutas e o debate da Educação do Campo sobre políticas públicas têm se centrado na escola, mas esse foco no contexto das tensões já tratadas pode nos colocar, do ponto de vista da concepção pedagógica, como reféns de uma visão escolacentrista, que é justamente uma das marcas da visão moderno-liberal de educação.

Assim, Freire (1967) destaca que apenas sendo homem para ser capaz de captar os dados da realidade. Para se conseguir o saber, ainda que seja este saber simplesmente opinativo, não haverá ignorância absoluta e tão pouco sabedoria absoluta”. Neste sentido, Freire (2007) defende que se busque entender a realidade como geradora de conhecimento e, portanto, de currículo numa relação dialética e dialógica, entre educador, educando e o mundo. Esse entendimento se assemelha com a concepção de uma educação para os povos do campo, que está diretamente ligada a realidade, sua necessidade e a luta por direitos historicamente negados (CALDART et al., 2012).

Na concepção dos pescadores, a escola local deveria ensinar as crianças sobre: I. Ensinar a pescar e/ ou lidar com o peixe (n=11); II. Valorizar o pescador e preservar das raízes (n=3) e III. Despertar consciência para cuidados com a Lagoa (n=2).

Os discursos destas ideias centrais agrupados deram origem aos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) correspondentes:

DSC I. Ensinar sobre a pesca e/ ou lidar com o peixe (n=11)

*Eu gostaria que ensinasse sobre a pesca, fazer uma rede, fazer alguma coisa sobre pescaria. Respeitar o tamanho do peixe. Verificar o tamanho das malhas da rede para*

*respeitar a natureza. Ensinasse a pesca, respeitar a época do defeso e os limites do peixe para ajudar a levantar a pesca! Aprender os nomes dos peixes daqui da lagoa. Que cada lugar modifica o nome dos peixes, saber identificar o peixe. Ensinar a limpar um peixe!*

DSC II. Valorizar o pescador e preservar das raízes (n=3)

*Mostrar a muitos, suas raízes. Ele ia aprender a valorizar. Aprender a dar valor aos pais deles e de onde vem o sustento da família Mesmo que ele amanhã não pratique aquilo, saber a luta qual tem lá o pescador. Mesmo ele não tendo interesse. Mas vai pelo menos saber da luta pra valorizar! Mas eu vejo que o saber é muito importante. Muitas pessoas que são formadas em outras profissões só puderam fazer isso porque os pais deixaram sua vida ali debaixo de sol para que eles estudassem.*

DSC III. Despertar consciência para cuidados com a Lagoa (n=2)

*Por exemplo sobre a lagoa, pra pessoa cuidar da lagoa. As crianças que vir saber cuidar de não jogar lixo. Tirar um lixo na beira de lagoa. Porque tem muito lixo na lagoa! É. a consciência, mostrar as crianças que a gente depende disso daqui. Não só hoje, mas no futuro! Você vê que a água tá escassa. E nós temos um olho d'água ai que é impressionante.*

Ao analisar os discursos dos sujeitos I ao III, observa-se que na concepção dos pescadores a escola local deveria trabalhar os conhecimentos da pesca, dos peixes, bem como a relação da pesca com o ambiente (lagoa) e a pesca como meio de vida local, evidenciando-se, a importância da valorização do ofício pescador, bem como a preocupação com a poluição e a preservação da lagoa para a continuação da atividade de pesca no futuro.

Os saberes tradicionais dos pescadores artesanais são definidos como um saber empírico e transmitido de forma transgeracional por meio da oralidade, que precisa ser valorizado e difundido. De acordo com Rocha e Contente (2020), é preciso compartilhar os saberes tradicionais construídos nestas comunidades como forma de difundir este conhecimento diferenciado. De acordo com as autoras, “o convívio estabelecido entre os moradores – pescadores e pescadoras, adultos e crianças - objetiva perpetuar os ensinamentos e ressignificá-los.” (p. 105).

A forma de transmissão desses saberes possui raízes nas tradições desses povos e nas suas relações de troca. Contudo, a percepção dos pescadores sobre essa valorização é diversa, de maneira, que oito pescadores entrevistados afirmaram que seus saberes são valorizados, enquanto que sete relataram que não são valorizados ou são valorizados apenas pela comunidade de pesca e familiares.

Em relato, P8, P12 e P13, reforçam percepção dos pescadores em relação a valorização dos seus saberes de ofício:

*“Não. Acredito que não. Não valoriza o trabalho da gente. A gente faz a gente luta e deveria ter mais valor. É muito baixo. É muito pouco. A gente sofre e luta. É muita friagem, chuva e não dão valor ao nosso trabalho” (P12)*

*“Valoriza sim. Se não valorizar como vou vender o meu peixe. Nem espero valorizar. Eu vendo meu peixe e reconheço meu trabalho.” (P13)*

*“Não. Aqui no nosso local, na minha família, por mim e por quem pesca é valorizado. Mas fora daqui isso não é muito valorizado”. (P8)*

Dessa forma, os pescadores e pescadores artesanais possuem uma compreensão que seus conhecimentos tradicionais são mais valorizados dentro da comunidade da pesca e a falta

de conhecimento de outras pessoas, que não são da comunidade pesqueira, levam essas pessoas a não valorizar esses saberes.

Após a análise, verificou-se que mais da metade (n=7) dos pescadores artesanais entrevistados relataram que não iriam na escola local para compartilhar os saberes tradicionais da pesca na lagoa e promover a valorização e difusão desses saberes entre as crianças, como retratado no relato de P1:

*“Que reunisse as crianças da escola aqui nesse pátio é diferente! Aí é diferente de você estar em uma escola para você estar no seu lugar! Não é seu ambiente do dia a dia. Aí dificulta porque você não está acostumado a tá ali.”.*

Em relação aos pescadores que disseram que iriam à escola para falar sobre o saber tradicional de ofício dos pescadores e pescadoras locais, os relatos foram em relação a como se pesca. P6 relatou que *“Iria explicar, falar como é a pesca, o que tem que fazer, contar as histórias dos avós. De como era a pesca naquele tempo. Que meu avô pescava com bambu, com fogueira na ponta para a pesca noturna.”.* Em relato, P7 disse que *“Gostaria de ensinar pelo menos o básico. Como segura uma rede, como solta uma rede, como conduz um motor, quais os tipos de peixe”.* P8 além de afirmar que falaria com as crianças na escola local, relatou que *“Um conhecimento bom é sempre bom ser passado. Ensinnaria como pescar quando um peixe esta ovado se puder soltar solte. Porque ele vai reproduzir. Porque um peixe produz mil ovas e aí serão mil peixinhos que vai ter futuramente. E ensinaria a nunca pegar peixe pequeno.”* Em relato P12 pensou na parte concreta do trabalho e disse que *“Ia no colégio e levaria a rede. Mostraria fotos de peixes bonitos, maiores. Os menores como o sairú, tilápia, crumatã, traíra, piabanha seria bom eles irem aprendendo essas coisas dos nomes dos peixes para eles ficarem sabendo qual é o peixe.”.* O relato de P13 foi de que *“Iria contar as histórias sobre a pesca. Coisa boa é chegar num lugar e colocar sua rede e depois tirar uma rede”.*

O relato que chamou a atenção foi o relato de P4 (Grifo meu):

*“Eu gostaria de contar essa história para as crianças. Eu ia lá na escola e falaria: “Quem quer aprender sobre pescaria aí?”. Aí eu digo: “Eu vim aqui pra ensinar a vocês”. **Eu vou botar uma roupa diferente, eu vou tirar o bigode, vou ficar irreconhecível! Vou botar um chapéu grande e vou mostrar para eles como é que é a pesca, o cuidado com a lagoa e que a lagoa é perigosa.”.***

O que chamou a atenção neste relato foi o fato do entrevistado se dispor em ir à escola para falar sobre a prática da pesca com as crianças, mas precisar se disfarçar para isso. A reflexão feita sobre este relato é que o pescador ou pescadora não conseguem se apresentar como tal, sua profissão não é respeitada e seu saber não é valorizado. O que leva um trabalhador da arte tradicional da pesca não se sentir a vontade de ser quem é para as crianças da escola local pode estar relacionado com o distanciamento da escola com a comunidade local.

Quando a escola não promove a inserção da realidade local em seu currículo pode ocorrer o distanciamento entre os sujeitos e a escola. A escola de Lagoa de Cima tem se fechado numa estrutura organizacional urbana, unidimensional, sem o protagonismo dos sujeitos locais no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, segundo o que aponta Freire (2007), deve-se seguir para uma pedagogia que faça o caminho contrário a esse, que introduza



sentido aos homens e mulheres, que lhes promova o direito de decidir e que forme o sujeito em sua plenitude é a proposta de pedagogia que se busca pautar.

Do ponto de vista dos pescadores e pescadoras entrevistados, os processos de geração, organização e difusão dos saberes tradicionais de ofício da comunidade da pesca local não são compreendidos e problematizados em suas atribuições, contradições e possibilidades pela educação formal na escola local. De maneira, que fica evidenciada a necessidade de uma política de educação continuada dos profissionais da educação do campo do município de Campos de Goytacazes, a fim de promover a inserção desses saberes no currículo escolar, bem como dessa comunidade de pesca na escola.

Pelos relatos dos entrevistados, constata-se que os pescadores gostariam que seus saberes tradicionais de ofício fossem registrados, para sua devida difusão e valorização. De forma que, dos 13 pescadores entrevistados, 12 gostariam que seus saberes fossem registrados como livro, vídeo, filme e em veículos de comunicação como as redes sociais (internet), jornais, blogs e televisão, conforme alguns relatos abaixo (grifos meu):

*“Em livro e na internet”* (P4)

*“Sim. Com certeza. Em um filme”* (P6)

*“Sim. Por meio de vídeo nas redes sociais, e-mails ou jornais”* (P7).

*“Sim. Por páginas da internet, blogs, livros, jornais, televisão”* (P8).

*“Sim. Poderia ser na internet porque hoje é o meio que todo mundo vê”* (P9).

*“Em forma de um livro. Uma história relatada da pesca artesanal no município ou da própria Lagoa”* (P10).

*“Sim. Eu gostaria que fosse que é uma aprendizagem para ficar para alguém. Isso não deveria acabar. Poderia ser num livro que vai ler”* (P12).

Destaca-se ainda, que para P13 os saberes dos pescadores deveriam ser divulgados em “todos os lugares”, para que todos conhecessem, como apresentado no relato abaixo:

*“Em todos os lugares. Contar para todo mundo”* (P13).

A realidade local necessita de uma dinâmica mais dialética em relação a interação entre os grupos, pescadores e pescadoras e professores da escola local, para que se possa adotar uma outra mentalidade no que tange suas relações, com responsabilidade, para conhecer o processo de produção dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais, e compreender a relação do saber tradicional de ofício no contexto da realidade da educação formal local na comunidade de Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Lagoa de Cima, outono de 2021 - acervo pessoal da autora

*Ella está en el horizonte —dice Fernando Birri—.  
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos.  
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá.  
Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré.  
¿Para qué sirve la utopía?  
Para eso sirve: para caminar.  
Eduardo Galeano (2001)*

Em Campos dos Goytacazes o ambiente da pesca artesanal em Lagoa de Cima vem sofrendo a partir dos relatos dos pescadores locais, com a diminuição do estoque de peixes ao longo dos anos e pode-se considerar algumas hipóteses em relação a esse fenômeno: por conta

da atividade no entorno, sobrepesca ou a presença de peixes exóticos e invasores. Desta forma o cuidado com a Lagoa e a atividade de pesca artesanal lá desenvolvida poderá ser melhor compreendida em estudos futuros assim como as espécies de pescado que não são nativos e que podem estar comprometendo o estoque pesqueiro local. As espécies de peixe considerados invasoras pelos pescadores locais podem ser estudados em outra pesquisa para responder alguns questionamentos daquela comunidade.

Já foi apontado nesta pesquisa que a APA de Lagoa de Cima ainda não possui seu plano de manejo ou nenhum outro regramento. Se faz necessário a elaboração participativa com a comunidade local do Plano de Manejo da APA da Lagoa de Cima para que se garanta a diversidade do seu uso e, a partir dos relatos é necessária uma fiscalização no local para a melhoria da preservação do corpo hídrico e do entorno da Lagoa

Conforme relatado pelos pais e mães pescadores, os seus filhos seguem uma tendência de desinteresse pela profissão seja por causa da pouca valorização da atividade da pesca artesanal e com isso o baixo rendimento financeiro ou por causa das dificuldades enfrentadas na prática desta atividade que é considerada perigosa e de muita “luta” o que pode ameaçar o futuro da pesca artesanal local. Por esta razão, acredita-se que a valorização e difusão dos saberes dessas populações tradicionais, que perpassa pela garantia de diálogo com educação formal pode contribuir para a preservação da arte da pesca artesanal.

Os pescadores e pescadoras artesanais vivem um processo de apagamento e silenciamento quando tiram seus espaços de pesca, quer seja por meio de cercas em propriedades privadas, quer seja por meio de empreendimentos marítimos na indústria de petróleo e gás, ou pela urbanização do currículo escolar que ameaça o reconhecimento dos seus saberes que muitas vezes contribui para que os possibilitem de serem protagonistas nas escolhas e na construção de suas histórias.

As dificuldades em acessar e compreender as políticas públicas são barreiras para a manutenção de suas tradições. Diante das dificuldades em que vivem pelo silêncio em suas tradições e das demandas da sociedade atual, a comunidade de pesca em São Benedito vêem como importante ter acesso à educação formal, direito negligenciado em alguns lugares e oferecido de forma que não dialoga com a própria comunidade em outros, para que possam continuar desenvolvendo suas atividades e permanecerem nos seus lugares tradicionais, uma vez que a ausência de uma educação diferenciada é também um fator importante que distancia os pescadores e pescadoras de seus ambientes. Assim, a oferta de uma educação que atenda os anseios da comunidade e não distancie ou ignore suas tradições nessas comunidades de pesca, que é o princípio da educação popular e da educação do campo, não é só um direito desses povos por meio das legislações vigentes, mas também é uma questão de reconhecer e difundir os seus saberes.

Considera-se que a escola que se insere na realidade onde está localizada e participa ativamente promovendo ações locais é fundamental para a construção de uma cidadania coletiva que orienta a população local a preservar e difundir suas tradições de ofício na arte da pesca. A negação dos conhecimentos que são produzidos e vem se constituindo de forma a difundir o conhecimento tradicional para que ele possa ser valorizado para além da comunidade de pesca já é uma produção do saber que ocorre nas relações sociais e também no interior da escola. Consideramos que a Escola pode contribuir na difusão desses saberes tradicionais

Sobre outro aspecto os Pescadores e Pescadoras Artesanais e o turismo de lazer em Lagoa de Cima, particularmente na comunidade de São Benedito, demonstram um conflito que por vezes se tornou explícito em alguns relatos onde os entrevistados apresentaram argumentos coerentes ao defenderem a necessidade do estabelecimento de novas ações e ajustamentos de práticas já desenvolvidas com a finalidade de se alcançar a convivência onde não se haja prejuízos para os pescadores e pescadoras. Sobre este ponto, é seguro afirmar que

a lagoa se constitui como espaço onde o Plano Diretor do município deve ser estudado apresentando propostas para o uso sustentável daquele ambiente sem nenhuma interferência na atividade tradicional da pesca artesanal. Se por um lado, observa-se a relação dos pescadores com o ambiente da lagoa respeitando o tempo, a ocupação do espaço, seu modo de vida, suas relações de trabalho, por outro lado apresenta-se o uso indiscriminado do turismo de lazer principalmente no verão onde o movimento de visitantes na lagoa cresce exponencialmente, e suas consequências provocam avaria em embarcações e apetrechos dos pescadores até queimada em árvores no entorno da lagoa para fazer um churrasco e com isso, os recursos naturais são desarticulados de seu valor de uso para as comunidades tradicionais.

Neste sentido, entende-se que é necessária uma maior sensibilidade, por parte dos executores das políticas públicas, em perceber os pescadores artesanais como trabalhadores interessados na instituição de práticas tradicionais de ofício proporcionando-lhes meios para que juntos possam discutir a implantação de medidas que vão auxiliar no plano de manejo da APA Lagoa de Cima podendo a Escola Municipal Ponta da Palha fomentar estes debates.

De modo conciso, consideramos que os pescadores e pescadoras artesanais e as professoras da escola local em São Benedito apresentaram um antagonismo em suas vivências em relação a participação da escola na comunidade e da comunidade na escola. Percebeu-se por meio das entrevistas o distanciamento existente entre a escola e a comunidade porém, o desejo de que os saberes tradicionais de ofício da comunidade pesqueira local sejam trabalhados como conteúdo escolar ficou explícito na voz dos pescadores e pescadoras que foram entrevistados. A demanda por um processo de organização, participação e interação ficou evidenciado para que a promoção dos saberes tradicionais possa fazer parte do dia a dia dos estudantes.

Os direitos sociais não garantem a implementação da política pública específica para a implantação da educação do campo que é baseada em campo, educação e política de forma indissociável, o que não vem ocorrendo na Escola da comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima. A discussão sobre construção de currículo e educação diferenciada enquanto uma política pública com o campo ainda parece ser necessária para explicitar relações sociais que expressam as comunidades rurais. A discussão do currículo tem como diferencial de trabalho um processo de construção participativa em conjunto com a comunidade escolar, conforme determina a legislação para a Educação do Campo.

Assim sendo, diante de algumas situações apresentadas, propomos um aprofundamento nas questões relacionadas ao cumprimento das políticas de educação no município, principalmente, no que diz respeito a educação continuada dos professores das escolas localizadas em zonas rurais. Formação Continuada de educadores deve reforçar a escuta das demandas e das experiências do campo e de suas lutas. Também cabe uma investigação sobre os impactos econômicos na atividade da pesca na lagoa com a identificação de peixes invasores/exóticos e ainda investigar a condição dos conflitos silenciados existentes na questão do turismo de lazer a o possível impacto na atividade da pesca artesanal.

Os pescadores e pescadoras artesanais em Lagoa de Cima possuem um saber tradicional de ofício que são transmitidos para além das gerações e grau de parentesco. Essas redes de transmissão são formadas por avós, pais, primos, sobrinhos e filhos que se estendem para os amigos e conhecidos. Esse rito de transmissão do saber tradicional na comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima não tem protagonistas pois tanto homens como mulheres são conhecedores da tradição de ofício. Da mesma forma que esse rito se inicia com as crianças ainda muito novas e se constrói ao longo dos anos levando-as a construir seu saber da pesca artesanal por meio de contatos com lugares, práticas e outros pescadores assumindo assim, um legado familiar assegurando as novas gerações o saber de sua família, o seu legado de saber tradicional de ofício do pescador e da pescadora artesanal.

Os saberes da pesca artesanal são dialogados no cotidiano do trabalho, no convívio com a família e a comunidade local, por meio da oralidade e prática e esses saberes são mantidos e aperfeiçoados ao longo dos anos formando uma característica que registra e identifica o contexto próprio dos indivíduos daquela região como por exemplo o nó nas redes ou nos anzóis, tipo de lança ou zagaia onde cada um desse apetrecho pode ser identificado por quem o fez. Esses exemplos citados são as características apresentadas pelos entrevistados e entrevistadas através dos relatos e ainda consideram que os seus saberes tradicionais de ofício devem ser ensinados e difundidos por meio da escola local.

A escola não é neutra já sabemos, portanto é repleta de intencionalidades que podem servir para a manutenção do sistema dominante que está posto ou para despertar a autonomia e emancipação do indivíduo. Desta forma, a escola pode se tornar um instrumento de controle social por meio do seu currículo apresentando aos pescadores e pescadoras artesanais de Lagoa de Cima uma afirmação dos seus saberes tradicionais pois a educação será elaborada de forma coletiva, ressignificando a valorização desses saberes. O processo de construção coletiva do currículo poderá definir elementos temáticos para a matriz curricular e um processo dialógico que possa abordar os saberes locais, as histórias, as características do ambiente podendo assim, fomentar uma reflexão crítica sobre a própria comunidade e seus desafios. O papel de uma educação diferenciada deve considerar o indivíduo como parte do processo que é contínuo e a percepção de que a escola não deve ser a única responsável pela educação e formação dos mesmos, mas uma promotora de cidadania crítica e participativa.

Consideramos que neste período de pandemia pelo COVID 19, muitos estudos foram iniciados em relação as ações sanitárias de biossegurança nas áreas urbanas para conter o vírus, porém existe uma lacuna nessa pesquisa sobre o impacto que a pandemia causou nas comunidades tradicionais de pesca. O questionamento que se faz é: Quais medidas de prevenção ao vírus com informações sobre o distanciamento social, uso de máscara e a manutenção da limpeza das mãos foram passadas de forma explicativa para os pescadores e pescadoras artesanais da comunidade de São Benedito em Lagoa de Cima? Nesse estudo não tem essa resposta, mas dois entrevistados relataram que tiveram COVID 19, foram curados e não queriam que os demais entrevistados soubessem desse fato. Algumas inquietações surgiram a partir disso e pode ser tema para outras investigações.

É relevante pontuar que o objetivo principal desta pesquisa na análise dos processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal, no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes foi alcançado. Pode-se dizer que essa dissertação de alguma forma pode contribuir para o fortalecimento dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais pois seus saberes foram dialogados e apresentados de forma sistemática e o apontamento para que a educação formal inicie uma integração com a comunidade local para a construção coletiva do currículo escolar, assim como a defesa da formação continuada dos professores da Escola Municipal Ponta da Palha.

Na pesquisa buscamos propor uma visibilidade aos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais de Lagoa de Cima, valorizando os conhecimentos tradicionais e contextualizando com a educação formal da escola local. A diversidade de saberes é grande e a elaboração das políticas públicas para a educação diferenciada não pode ser negada para que a ancestralidade desses povos não seja esquecida na prática pedagógica.

O momento é de incertezas que geram instabilidades, no entanto isto apenas torna ainda maior o desafio a ser enfrentado pela educação dos povos tradicionais. Não há garantias nem fórmulas prontas para alcançar o seu desenvolvimento enquanto não houver uma política



pública que alcance a todos. E o poeta Antonio Machado<sup>24</sup>, todavia, já avisava “... No hay camino, se hace camino al andar...”.



Lagoa de Cima, outono de 2021 – acervo pessoal da autora

*Se o mundo ficar pesado  
Eu vou pedir emprestado  
A palavra POESIA  
Se o mundo emburrecer  
Eu vou rezar pra chover  
Palavra SABEDORIA  
Se o mundo andar pra trás  
Vou escrever num cartaz  
A palavra REBELDIA  
Se a gente desanimar  
Eu vou colher no pomar  
A palavra TEIMOSIA  
Se acontecer afinal  
De entrar em nosso quintal  
A palavra tirania  
Pegue o tambor e o ganzá  
Vamos pra rua gritar  
A palavra UTOPIA  
Samba da Utopia - Jonathan Silva, 2018.*

---

<sup>24</sup> Poeta espanhol Antonio Machado

## 6 REFERÊNCIAS

ANACLETO, Marcos. Histórico da fundação da Escola Municipal Ponta da Palha. Mimeo. Campos dos Goytacazes. 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 214 p.

ARROYO, Miguel. Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt). Acesso em 23 de março de 2020.

\_\_\_\_\_, Miguel. **Ofício de mestre** Imagens e autoimagens. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X Congresso Nacional de Educação – Educere**. Curitiba, 2011.

BARROS, Andre Loureiro Ribeiro de; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Educação Diferenciada e turismo de Base Comunitária nos Territórios Caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente&Sociedade**. Vol 22. São Paulo, 2019.

BELO, Diego Carvalhar; PEIXOTO, Vitor. Capital Social e Associativismo dos Pescadores Artesanais de Municípios Limítrofes à Bacia de Campos: análise a partir dos dados do PEA **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Coord: Geraldo Márcio Timóteo. – 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea *j* do Artigo 8, a alínea *c* do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; **dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade**; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm). Acesso em: 20 dezembro 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm) Acesso em 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. Brasília: 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 dezembro 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 18 dezembro 2019.

BRUCE, Maria Valcirlene de Souza; TORRES, Iraídes Caldas. A Lua cheia protagonizando as lendas e mitos Amazônicos. **III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia**. Universidade Federal do Amazonas - UFAM Manaus (AM), 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-9a2c256924c25480feadaf094ca63cbd56052ef8-arquivo.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

BUENO, Silveira. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

BULHÕES, Eduardo; KLOTZ, Stéphanie Katrin Vianna; MOTA, Izaura da Silva Arêas; TAVARES, Tatiane Cardoso; SANGUÊDO, Juliana Bastos; CIDADES, Carolina Almeida Santos. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima: experiência do Município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, v.28, n. 2, p.285-300, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento – formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. A Escola do Campos em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.e n.1, pp.60-81. 2003. Disponível em: [curriculosemfronteiras.org](http://curriculosemfronteiras.org). Acesso em 23 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: FERNANDES, B. M. [et al.]. **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012



CAMPOS Marília Andrade Torales; ANDREOLI, Vanessa Marion. Desigualdades no campo: contribuições da educação ambiental em escolas localizadas em unidades de conservação. **Caderno de Pesquisa Pensamento Educacional**. V.10 n.26: Dossiê: A Educação e da Desigualdade no Contexto da América Latina. UTP. Curitiba-PR, 2015.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ. Lei n. 8.653 de 11 de junho de 2015. **Institui o novo Plano Municipal de Educação no município de Campos dos Goytacazes e da outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2015/866/8653/lei-ordinaria-n-8653-2015-institui-o-novo-plano-municipal-de-educacao-no-municipio-de-campos-dos-goytacazes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 agosto 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei nº 5.394 de 24 de dezembro de 1992. **Cria, com base no Art. .225, § 1º, III, da Constituição da República no Art. 8º da Lei Federal nº 6.902, de 27/04/1981, no Art. 258, III da Constituição do Estado, e no Art. 243, V, da Lei Orgânica, a Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima**. LEX: Diário Oficial Municipal, 1992.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Perfil 2018. Perfil Populacional. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2020

CENSO PEA-Pescarte. **Projeto de Mitigação Ambiental PETROBRAS / IBAMA /UENF**. Campos dos Goytacazes-RJ, 2015. Disponível: faleconosco.pescarte@uenf.br. Acesso em: março de 2019.

COSTA, Klenio Veiga da. **Cosmovisões da Natureza**: um estudo sobre as representações sociais de natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima. Campos dos Goytacazes – RJ. 2008. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. UFRRJ. Seropédica-RJ, 2008.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 69-76, jan./jun. 2003. Editora UFPR

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n.75, p. 76-84, setembro/novembro 2007.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. Formas de Transmissão do Saber Local e Precariedade no Trabalho do Ofício dos Construtores de Embarcações de Madeira do Baixo Tocantins (PA). **Margens Revista Interdisciplinar**. ISSN Vol. 8 N. 11. Dossiê Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional. Editora Abaeté. UFPA. Tocantins, 2014

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. Comunidades litorâneas e os manguezais do Brasil. In: DIEGUES, Antônio Carlos **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: USP/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, p. 185-225, 2001.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos (ORG), et all. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL - COBIO- NUPAUB/USP. SÃO PAULO, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. **Revista e Ampliada**. 6ª edição. São Paulo, Editora Hucitec Nupaub/USP. 2008

DUARTE, Raphaela Silva Gouvêa da Costa. **Além dos muros de uma escola de pesca: aprendizagem, ofício e cidadania em Piúma, Espírito Santo**. Tese (Doutorado) UFRJ / COPPE. Brasil – Rio de Janeiro, 2010.

FAO. 2020. The State of World Fisheries and Aquaculture 2020. Sustainability in action. Rome. <https://doi.org/10.4060/ca9229en> Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9229en/ca9229en.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2021.

FERREIRA, Janylle de Almeida. **A construção da cidadania e a ameaça à identidade dos Pescadores do Jequiá- Ilha do Governador- RJ: a passagem do controle do território pesqueiro da Marinha para a Prefeitura do RJ na década de 90**. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPHU-RIO. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1339421015\\_ARQUIVO\\_trabalho1.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1339421015_ARQUIVO_trabalho1.pdf). Acesso em: 21 de outubro de 2021.

FIPERJ. Diagnóstico da Pesca no Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira**. Diagnóstico da Pesca no Estado Rio de Janeiro. Niterói. 2018. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/1> Acesso em 20 de março de 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. Disponível em: [https://docgo.net/info-doc.html?utm\\_source=gadotti&utm\\_campaign=download](https://docgo.net/info-doc.html?utm_source=gadotti&utm_campaign=download). Acesso em: 20 outubro 2019.

GARCIA, Narjara Mendes. **Educação Nas Famílias De Pescadores Artesanais: Transmissão Geracional e Processos de Resiliência**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Em Educação Ambiental FURG, Rio Grande - RS 2007

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. SP: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. **Revista Eccos**, v.6, n.2, p.39-65, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ.Educ.** v.14, n.50, p.27-38, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos Investigar em Educação**. II<sup>a</sup> Série, n.1, 2014. Disponível em: <https://ec.europa.eu>. Acesso em 10 outubro 2018.

GONÇALVES, Marilei de Fátima Ferreira. **Povos e Comunidades Tradicionais: relações com a escola do/no campo**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação UTP, Curitiba-Pr, 2017

GOOGLE MAPS. **Escola Municipal Ponta da Palha**. 15 Abril 2020. 2 figura. Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Estadual+Ponta+da+Palha/@-21.7575486,-](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Estadual+Ponta+da+Palha/@-21.7575486,-41.5233252,3a,75y,347.48h,86.93t/data=!3m7!1e1!3m5!1sdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.gwsprod.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D306.843%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656!4m8!1m2!2m1!1sEscola+Municipal+Ponta+da+Palha!3m4!1s0xbdd0fa4422a80b:0x444df7bb86c15281!8m2!3d-21.7574733!4d-41.5234208)

[41.5233252,3a,75y,347.48h,86.93t/data=!3m7!1e1!3m5!1sdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw%26output%3Dthumbnail%26cb\\_client%3Dsearch.gwsprod.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D306.843%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656!4m8!1m2!2m1!1sEscola+Municipal+Ponta+da+Palha!3m4!1s0xbdd0fa4422a80b:0x444df7bb86c15281!8m2!3d-21.7574733!4d-41.5234208](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Estadual+Ponta+da+Palha/@-21.7575486,-41.5233252,3a,75y,347.48h,86.93t/data=!3m7!1e1!3m5!1sdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DdD10WtdwEi9ZcrojRw5Zsw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.gwsprod.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D306.843%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656!4m8!1m2!2m1!1sEscola+Municipal+Ponta+da+Palha!3m4!1s0xbdd0fa4422a80b:0x444df7bb86c15281!8m2!3d-21.7574733!4d-41.5234208). Acesso em: 15 abril 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1987. Decreto Estadual Nº 9.760 de 11 de março de 1987. **Regulamenta a lei nº 1130, de 12/02/87, localiza as áreas de interesse especial do interior do estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramento a que se refere o art. 13 da lei nº 6766/79**. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/1d06f1d6596be4980325654c00612d5b/55812fcbd31bee7483256cc5005e6597?OpenDocument> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da z3 – O camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca**. 2017. 173f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 outubro 2018.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1980.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalvanti. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. In: LEFÈVRE, F. **Discurso do sujeito coletivo: um enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2005. p.13-35.

LIMA, Elmo de Souza. Os Impactos da BNCC nas Políticas de Educação do Campo e nos Projetos Educativos das Escolas Famílias Agrícolas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2021. ISSN1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58092>.

MILLER, Francisca; RIAL, Carmen; NETO, José Colaço Dias. **Vivência: revista de antropologia**. UFRN/DAN/PPGAS v. I, N 47 (jan/jun. de 2016) - Natal: UFRN. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Trabalho de Campo: Contexto de Observação**, Interação e Descoberta . Petrópolis: Vozes, 2009.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, v.15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

PEA PESCARTE. Projeto de Mitigação Ambiental PETROBRAS / IBAMA /UENF. TIMÓTEO, Geraldo et.al. **Conceito de comunidade e povos tradicionais**. Campos dos Goytacazes-RJ, 2021. Disponível: [faleconosco.pescarte@uenf.br](mailto:faleconosco.pescarte@uenf.br). Acesso em: outubro 2021. (MIMEO)

PEIXOTO, Vitor; BELO, Diego Carvalhar; SANTOS, Gêssica Silva Análise Socioeconômica e Caracterização Familiar dos Pescadores Artesanais dos Municípios Confrontantes à Bacia de Campos - RJ. **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Coord: Geraldo Márcio Timóteo. – 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019.

PEREIRA, Samira Martins. **O Transitar de Saberes Populares de Pescadores Artesanais na Escola**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. USSC – Tubarão – SC, 2014.

PIMENTEL, Nelson Crespo Pinto. **A Educação Técnica e a Região: um estudo do CEFET Campos**. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PORTAL CAMPOS 24H. **Pescador artesanal em atividade da pesca na Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes, RJ**. 05 dezembro 2018. Disponível em: <https://www.campos24horas.com.br/noticia/lagoa-de-cima-acpa-encontra-redes-de-pesca-em-periodo-de-defeso>. Acesso em: 16 abril 2020

QEDU, 2020. **Dados do Censo Escolar**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/176998-em-ponta-da-palha/sobre>. Acesso em 19 de abril de 2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, v.54, n.1, p.315-352, 2011.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto, **Mestria da pesca: cultura de um ofício**, Etnográfica [Online], Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. 2020 Acesso em 31 outubro de 2020. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/7730>

REZENDE, Carlos Eduardo; MONTEIRO, Leandro; MADEIRA, Ana Paula. **Diagnóstico ambiental da área de proteção ambiental Lagoa de Cima**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Biociências e Biotecnologia: Laboratório de Ciências Ambientais, 2006. Disponível em: <http://uenf.br/cbb/lca/publicacoes/diagnostico-da-lagoa-de-cima/> Acesso em: 18 novembro 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9.760, de 11 de março de 1987. **Regulamenta; a Lei no 1.130, de 12/02/87, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei no 6766/79**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/1d06f1d6596be4980325654c00612d5b/55812fcbd31bee7483256cc5005e6597?OpenDocument>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

ROCHA, Nádia Araújo; CONTENTE, Ariadne da Costa Peres. Os Saberes da Tradição da Comunidade Segredinho na Percepção das Crianças. **Nova Revista Amazônica**. v. 9, n. 1. UFPA, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/10032>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

RUST, Silvana. **Pescador na Lagoa**. 4 setembro 2017. In: *Jornal Terceira Via*, 2017. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/09/04/lagoa-de-cima-sobra-beleza-falta-incentivo/>. Acesso em: 15 abril 2020.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoviella lepidentostole) em Iguape/SP**. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo, USP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMONINI, Eduardo; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Pesquisar é estranhar a realidade: processos de subjetivação e cotidiano**. *Educação em Perspectiva* v. 10. UFV. Viçosa, MG, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/9660/5320> Acesso em: 24 de agosto de 2020.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas : Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Catia Antonia da. Circuitos Produtivos da Pesca Artesanal no Rio de Janeiro – Brasil: Desafios e Contextos. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica. II semestre, p. 1-17 , 2011.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os Pescadores na História do Brasil**. Comissão Pastoral dos Pescadores. Vozes. Recife-PE, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife-PE: UFPE, 1991. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/ppghistoria>. Acesso em: 15 maio 2018.

SIQUEIRA, Micherlane da Silva Almeida. **Zoneamento ambiental em áreas de proteção ambiental lagunares de zonas costeiras: estudo de caso lagoa de cima, município Campos dos Goytacazes-RJ**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Macaé-RJ: IFFluminense, 2019.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias; AMORIM, Alberto Filho Coelho. A Base Nacional Comum Curricular na Contramão da Educação no/do Campo. **Revista Interfaces Científicas – Educação** – 424–440. vol.8, n.3 .2020 (Fluxo Contínuo) Aracaju-Se - Grupo Tiradentes – Edunit. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p424-440>. Acesso em: 10 de março de 2021.

SOUZA, Vanessa Marcondes de; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty – RJ**, Faculdade de Educação e EICOS – UFRJ - VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio de Janeiro, Julho de 2015. Disponível em: [http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/80.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/80.pdf). Acesso em: 10 de março de 2021

VIANNA, Marcelo Cavalcanti. **Vozes e o Silenciamento das Escolas Rurais: Um Balanço Da Educação Do Campo Em Campos Dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas. UFF, Campos dos Goytacazes-RJ, 2018.

## **7 APÊNDICES**



## Apêndice A - Roteiro de entrevista com pescador (a) artesanal



### 1- PERFIL DO PESCADOR E DA PESCADORA ARTESANAL

Objetivos: Conhecer o perfil dos pescadores (as) artesanais; identificar se os pescadores (as) artesanais possuem escolarização.

#### A) Dados Pessoais

Local de seu nascimento:

Tempo que reside na localidade de Lagoa de Cima:

Quais antecedentes eram pescadores?

Tem filhos?

Número de filhos:

Idade dos filhos:

Sexo dos filhos:

Estudam?

Na escola da Comunidade?

Em que ano escolar estão?

#### B) Perfil Profissional

Sempre desenvolveu essa profissão? Há quanto tempo desenvolve essa ocupação?

Você considera sua ocupação importante? Por quê?

Qual a principal fonte de renda?

Possui ocupação secundária? Qual?

#### C) Escolaridade

Frequentou alguma escola formal?

C1 – ( ) Sim . Nível: \_\_\_\_\_

C2 – ( ) Não. Qual impedimento? \_\_\_\_\_

C3 – Você sente falta da educação da escola em seu trabalho de pescador? Me fale sobre isso.

## **2 – SABERES TRADICIONAIS LOCAIS DO PESCADOR E DA PESCADORA ARTESANAL**

Objetivos: Identificar a geração dos saberes do pescador (a) artesanal; Verificar a organização dos saberes utilizado na pesca artesanal e verificar a difusão dos saberes tradicionais dos pescadores (as) artesanais no contexto da educação formal.

### **A) Organização**

Quais instrumentos/apetrechos (exemplificar) de trabalho você utiliza?

Como você escolhe estes instrumentos de trabalho para a pescaria?

Você confecciona/ conserta seus instrumentos de trabalho? De que forma?

Você faz parte de alguma Associação de Pesca ou da Colônia de Pescadores?

### **B) Rotina de Ofício/trabalho**

Por que escolheu esse ofício?

Como é sua rotina diária de trabalho?

Quando você considera que a pescaria foi boa?

Quais os tipos de pescado você captura?

Fale-me quais condições necessárias para uma boa pescaria (clima, lua, mês do ano, tipo de embarcação, tipo de apetrecho...)

### **C) Difusão dos saberes**

Como você aprendeu?

Como você aprendeu a escolher o local para a pescaria?

Esse conhecimento sobre a atividade da pesca foi aprendido na escola?

Você ensina ou ensinou os saberes da atividade da pesca a alguém? Para quem?

Como você ensina ou ensinou os saberes da atividade da pesca?

Gostaria que esses saberes fossem ensinados na escola? Quem ensinaria?

O que você acha que a escola deveria ensinar sobre a pesca e a lagoa para as crianças?

Você considera que esses conhecimentos são valorizados?

De qual forma gostaria que esses saberes fossem registrados?

Você gostaria de falar sobre seus conhecimentos para as crianças na escola da comunidade? Fale-me sobre isso.

## Apêndice B - Roteiro de entrevista com professores (as) da escola local

1- Nome:

2 - Local onde mora:

3 - Quanto tempo trabalha na escola?

4 - Função que desenvolve atualmente na escola: Leciona para que ano?

\_\_\_\_\_

5 - Alguém da sua família é pescador(a)?

6 - Você sabe se seus(suas) alunos(as) são filhos(as), netos(as), sobrinhos(as) ou irmãos(ã) de pescadores(as)?

7 - Conhece algum pescador(a) artesanal da Lagoa de Cima?

( ) Não (Vá direto para a questão 8)

( ) Sim - Em caso afirmativo:

a) Já acompanhou o pescador(a) artesanal da Lagoa em alguma atividade da pesca?

( ) Sim ( ) Não

b) Já viu como o pescador(a) artesanal desenvolve seus apetrechos da pesca?

( ) Sim ( ) Não

c) Você conhece algum saber tradicional do pescador(a) artesanal de Lagoa de Cima?

Fale-me sobre o tema.

8 – Você participou de algum curso, treinamento, oficina, palestra sobre a atividade de pesca em Lagoa de Cima? Fale-me a respeito.

9- Você utiliza algum material didático sobre pesca/ pescaria local nas suas aulas? Qual?


10- A pesca artesanal é trabalhada por você em suas aulas? Quais? Me dê um exemplo?

11 - Como considera que o saber tradicional dos(as) pescadores(as) artesanais pode contribuir para o aprendizado dos alunos?

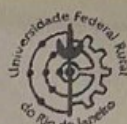
12 - Para você, como a escola pode ser um canal de difusão e de valorização dos saberes tradicionais dos(as) pescadores?

13 – Questão projetiva: Será apresentado um saber dos pescadores ao professor entrevistado e perguntar-se-á a ele, como aquele saber poderia ser utilizado nas suas aulas?

## Apêndice C – Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



Km 47, Antiga Rio-São Paulo  
23851-970 - Seropédica - RJ  
☎ (021) 3787-3741 / 3772

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Da Coordenadora Geral do PPGEA: Profa. Dra. Sandra Regina Gregório

**A: Secretaria Municipal de Educação do Município de Campos**

Prezado (a) Sr(a). Secretário (a),

A Coordenação do PPGEA vem por meio desta apresentar a V.Sa. a mestranda DENISE COSTA DE BRITO, regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, e solicitar a oportunidade da referida estudante dar continuidade a sua pesquisa de dissertação intitulada: "O Saber Tradicional – de ofício – do Pescador e da Pescadora Artesanal de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro"

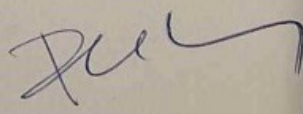
UFRRJ, 05 de fevereiro de 2020.

Atenciosamente,

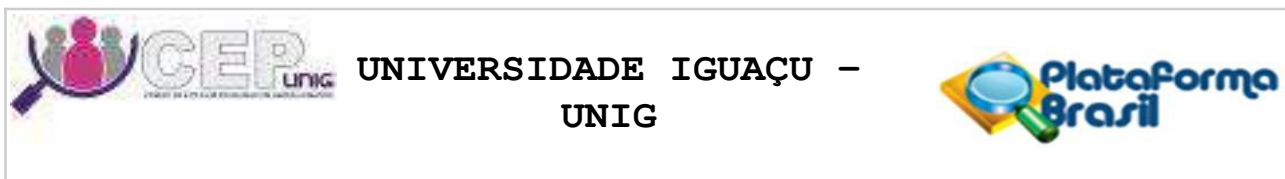


Profa. Dra. Sandra Regina Gregorio  
Coordenadora Geral do PPGEA  
Síape 1350628

*Deferido em  
07/02/2020*



## Apêndice D – Parecer Consubstanciado do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Saber Tradicional de Ofício do Pescador e da Pescadora Artesanal de Lagoa de Cima em Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro

**Pesquisador:** Denise Costa de Brito

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 31714020.2.0000.8044

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.220.528

#### Apresentação do Projeto:

O propósito deste projeto de pesquisa é investigar sobre os saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes. Buscar-se-á descrição dos sujeitos, por meio de entrevistas e questionários, que possa permitir a apreensão de dados válidos, a saber, quem são estes pescadores e pescadoras artesanais e de que forma os processos de formação contribuem no seu enfrentamento em manter a tradição de ofícios presentes na atividade da pesca.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Analisar os processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes. **Objetivo Secundário:**

Conhecer o processo de produção dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais;

**Compreender a relação do saber tradicional de ofício dos Pescadores Artesanais com a realidade da educação formal local; Identificar os canais de difusão e de valorização dos saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais na comunidade de Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes.**

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**Riscos:**

Na coleta de dados os Sujeitos (pescadores(as), docentes e responsável pelos discentes) da pesquisa não quiserem dispor do tempo para as entrevistas.

Sujeitos (todos) se sentirem discriminados e não querer compartilhar as informações.

Pescadores(as) não quiserem expor o trabalho que desenvolvem no ofício da pesca e os também os docentes no trabalho que desenvolvem na escola. Benefícios:

Encontrando os saberes tradicionais a partir dos sujeitos da pesquisa contextualizar com a escola a fim de encontrar um canal de valorização dos mesmos.

### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com evidente relevância Científica e Acadêmica.

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de modo adequado e em consonância com os padrões metodológicos.

### Recomendações:

Apresentar relatórios parciais e relatório final do projeto de pesquisa é responsabilidade indelegável do pesquisador principal. Qualquer modificação ou emenda ao projeto de pesquisa em pauta deve ser submetida à apreciação deste CEP . O sujeito de pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo. O sujeito, caso esteja na faixa etária de 12 a 17 anos, deve ainda apor sua assinatura no Termo de Assentimento. O pesquisador responsável deverá da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências éticas que justifiquem a recusa do trabalho.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1507231.pdf	31/05/2020 19:50:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	31/05/2020 19:49:45	Denise Costa de Brito	Aceito
Outros	Cronogramadasatividades.pdf	08/05/2020 13:45:59	Denise Costa de Brito	Aceito
Declaração de concordância	autorizacaosecretariaeducacao.pdf	23/04/2020 17:03:46	Denise Costa de Brito	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISAPLATAFORMABRASIL.pdf	23/04/2020 16:24:58	Denise Costa de Brito	Aceito
Folha de Rosto	PlataformaBrasilUFRRJ.pdf	18/02/2020 15:32:49	Denise Costa de Brito	Aceito

#### Situação do Parecer:

Aprovado

#### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 4.220.528

NOVA IGUACU, 18 de  
Agosto de 2020

---

Assinado por:  
José Claudio Provenzano  
(Coordenador (a))



## Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

meu nome é **Denise Costa de Brito**, e-mail [denise@iff.edu.br](mailto:denise@iff.edu.br), celular (22) 981226116. Estou realizando pesquisa acadêmica sobre o tema “Saber de Ofício do Pescador e Pescadora Artesanal em Lagoa de Cima, Campos dos Goytacazes”. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEA/UFRRJ, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Helena Maia Porte, e-mail [lhmaia2004@yahoo.com.br](mailto:lhmaia2004@yahoo.com.br).

As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

A sua participação é totalmente voluntária podendo se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento; Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento; A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora da dissertação e para seu orientador; Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de ação; Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes; Fica evidenciado que a participação é isenta de despesas.

Você concorda e libera o uso de sua imagem para divulgação em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, com total preservação de seus dados pessoais?

( ) SIM, concordo com a cessão de minhas imagens por livre e espontânea vontade

( ) NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome:

Telefone:

e-mail:

---

Assinatura e data

# TCLE

dcdenisecosta@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)

**\*Obrigatório**

Nome Completo \*

Sua resposta

E-mail \*

Sua resposta

Se você é maior de 18 anos, está convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa intitulada “O SABER TRADICIONAL – DE OFÍCIO – DO PESCADOR E DA PESCADORA ARTESANAL DE LAGOA DE CIMA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RIO DE JANEIRO”. Ao final da leitura e das explicações, caso você concorde em participar da pesquisa, por favor, assina-le com um X no local determinado para concordância. A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS: Os objetivos da pesquisa são: Analisar os processos de produção, organização e valorização dos saberes tradicionais de ofício do pescador e da pescadora artesanal no contexto da educação formal da comunidade de Lagoa de Cima no município de Campos dos Goytacazes. Conhecer o processo de produção dos saberes tradicionais de ofício dos pescadores e pescadoras artesanais; Compreender a relação do saber tradicional de ofício dos Pescadores Artesanais com a realidade da educação formal local; Identificar os canais de difusão e de valorização dos saberes tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais na comunidade de Lagoa de Cima, no município de Campos dos Goytacazes. Para a coleta de dados é necessário responder as questões que serão apresentadas por meio de entrevista gravada pelo google meet.. Todo o procedimento será realizado de maneira a garantir o anonimato. DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: Durante o preenchimento das questões apresentadas por meio de entrevistas, você pode

sentir um desconforto pessoal, mas este procedimento é necessário para garantir o registro do que você pensa sobre o assunto. Contudo, você não será identificado nominalmente e todo o conteúdo de sua participação é sigiloso. GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa, por email, em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa poderão ser enviados para você e permanecerão confidenciais. Em nenhum momento da pesquisa serão solicitadas informações que permitam sua identificação. Este TCLE atende as determinações da Resolução 466/2012. Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu atesto que sou maior de 18 anos e \* \*

CONCORDO em participar desta pesquisa, assinalando esse consentimento eletrônico.

DISCORDO, não participarei da pesquisa.

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto Federal Fluminense. [Denunciar abuso](#)

Formulários